



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II

ANO XXXIII — Nº 160

QUARTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 1978

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 86, DE 1978

**Suspende, por inconstitucionalidade, a execução da Lei nº 839, de 17 de setembro de 1973, do Município de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo.**

Artigo único. É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 3 de março de 1977, nos autos do Recurso Extraordinário nº 84.543, do Estado de São Paulo, a execução da Lei nº 839, de 17 de setembro de 1973, do Município de São José do Rio Pardo, naquele Estado.

Senado Federal, 28 de novembro de 1978. — **Petrônio Portella**, Presidente.

## SUMÁRIO

### 1 — ATA DA 184ª SESSÃO, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1978

#### 1.1 — ABERTURA

#### 1.2 — EXPEDIENTE

#### 1.2.1 — Offícios do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

*Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:*

— Projeto de Lei da Câmara nº 132/78 (nº 5.618-A/78, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que concede pensão especial a Walter dos Santos Siqueira, e dá outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara nº 133/78 (nº 3.879-B/77, na Casa de origem), que acrescenta dispositivos ao Código Nacional de Trânsito (Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966).

— Projeto de Lei da Câmara nº 134/78 (nº 3.402-B/77, na Casa de origem), que faculta aos assinantes de serviços de telefonia a exclusão do respectivo telefone dos sistemas Discagem Direta à Distância — DDD — e Discagem Direta Internacional — DDI.

*Encaminhando relações dos projetos de lei do Senado rejeitados ou arquivados por aquela Casa do Congresso Nacional, no período de 1974 a 1978.*

#### 1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Prazo para oferecimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 132/78, lido no Expediente.

— Referente a audiência que o Senhor Presidente da República concederá aos Srs. Parlamentares para a solenidade de cumprimentos de fim de ano.

#### 1.2.3 — Telegrama

— Do Sr. Senador Tarso Dutra que se ausentará do País.

#### 1.2.5 — Requerimentos

— Nº 354/78, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Vice-Almirante Orlando Augusto Amaral Affonso, em nome das Forças Armadas, em homenagem às vítimas da Intentona Comunista de 1935.

— Nº 355/78, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, das Ordens do Dia dos Ministros do Exército e da Aeronáutica, alusi-

vas à passagem do 43º aniversário da Intenção Comunista no Brasil, lidas hoje, dia 27 de novembro.

### 1.2.6 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 342/78, de autoria do Sr. Senador Renato Franco, que prorroga o prazo a que se refere o § 4º do artigo 1º da Lei nº 4.937, de 18 de março de 1966.

— Projeto de Lei do Senado nº 343/78, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que altera a redação do *caput* do art. 24, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.

### 1.2.7 — Discursos do Expediente

**SENADOR ITAMAR FRANCO** — Pedido de informações de S. Exª, dirigido ao Poder Executivo, relativo a empreendimentos siderúrgicos em desenvolvimento no Estado de Minas Gerais.

**SENADOR AGENOR MARIA** — Expediente que encaminhará ao Presidente da Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, no sentido de que seja determinada a intervenção do Diretório Regional do MDB, no Estado do Rio Grande do Norte, e a eliminação do Sr. Henrique Alves, Presidente daquele Diretório, das hostes emedebistas por infringência aos princípios da fidelidade partidária, na campanha eleitoral relativa ao pleito de 15 de novembro último.

**SENADOR ERNANDO UCHÔA** — Corrupção eleitoral.

### 1.2.8 — Requerimentos

— Nº 356/78, de autoria do Sr. Senador Jarbas Passarinho, de urgência, para o Projeto de Lei do Senado nº 157/77 (nº 5.525/78, na Câmara dos Deputados), que obriga as emissoras de televisão a incluir, nas suas programações semanais de filmes estrangeiros, um filme, pelo menos, com legenda em português.

— Nº 357/78, de autoria do Sr. Senador Helvídio Nunes, de urgência, para o Projeto de Lei do Senado nº 329/78-DF, que eleva, em até Cr\$ 1.280.000.000,00, o limite concedido ao Governo do Distrito Federal para promover abertura de créditos suplementares ao Orçamento vigente.

### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 1/77 (nº 2.320-A/74, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que regula a locação predial urbana, e dá outras providências. *Discussão sobrestada*, em virtude da falta de *quorum* para apreciação do Requerimento nº 353/78, de adiamento de sua discussão, após usar da palavra o Sr. Senador Itamar Franco.

— Projeto de Lei da Câmara nº 139/77 (nº 1.048-B/75, na Casa de origem), que considera atividade penosa e perigosa a de motorista profissional, e dá outras providências. *Votação adiada* por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei da Câmara nº 126/78 (nº 5.454-B/78, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre a profissão de jornalista. *Votação adiada* por falta de *quorum*.

— Projeto de Decreto Legislativo, nº 21/78 (nº 137-B/78, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas à Convenção da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (OMCI), no seu X período de sessões ordinárias, em Londres, aprovadas em 17 de novembro de 1977. *Votação adiada* por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 238/76-Complementar, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que inclui os contribuintes individuais da Previdência no Plano de Integração

Social, e dá outras providências. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) *Votação adiada* por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 201/78, de autoria do Sr. Senador Mendes Canale, que dispõe sobre desligamento e filiação partidária de candidato a cargo eletivo. *Votação adiada* por falta de *quorum*.

### 1.4 — MATÉRIAS APRECIADAS APÓS A ORDEM DO DIA

— Requerimentos nºs 356 e 357, de 1978, lidos no Expediente. *Declarados prejudicados*.

### 1.5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR OTTO LEHMANN** — Trabalhos desenvolvidos na Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas, à qual compareceu como integrante da Delegação Brasileira.

**SENADOR EURICO REZENDE**, como Líder — Eficiência e dinamismo com que se destacou o Senador Otto Lehmann nas comissões técnicas e no plenário do Senado Federal, no momento em que S. Exª se despede da Casa em virtude do término de seu mandato. Concessão ao Senador Otto Lehmann, pela Embaixada da Alemanha Ocidental, da Grã-Cruz da Ordem do Mérito.

**SENADOR EVELÁSIO VIEIRA** — Encaminhamento de maiores recursos de incentivos fiscais do Fiset — Florestamento e Reflorestamento para a fruticultura e, em especial, àquelas espécies denominadas de clima temperado.

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Discurso proferido pelo Ministro Euro Brandão, por ocasião da abertura da Reunião Técnica sobre Metodologia e Planejamento da Educação para o Desenvolvimento Integrado de Áreas Rurais, promovida pelo Ministério da Educação e Cultura e pela UNESCO.

### 1.6 — COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA

— Término do prazo para oferecimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 90, de 1978, sendo que ao mesmo foram oferecidas 6 emendas.

— Convocação de sessão extraordinária do Senado Federal a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

### 1.7 — ENCERRAMENTO.

## 2 — ATA DA 185ª SESSÃO, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1978

### 2.1 — ABERTURA

### 2.2 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 77/78, que autoriza a Prefeitura Municipal de Ariranha (SP) a elevar em Cr\$ 1.546.600,00, o montante de sua dívida consolidada interna. *Aprovado*. À Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 86/78, que autoriza a Prefeitura Municipal de Paulínia (SP) a elevar em Cr\$ 56.690.046,00, o montante de sua dívida consolidada interna. *Aprovado*. À Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 87/78, que autoriza a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre (MG) a elevar em Cr\$ 14.000.000,00, o montante de sua dívida consolidada. *Aprovado*. À Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 94/78, que autoriza a Prefeitura Municipal de Guarulhos (SP) a elevar em Cr\$ 307.111.424,00, o montante de sua dívida consolidada interna. *Aprovado*, após usar da palavra no encaminhamento de sua votação os Srs. Senadores Paulo Brossard e Saldanha Derzi. À Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 91/78, que autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Maria (RS) a elevar em Cr\$ 343.557.000,00, o montante de sua dívida consolidada interna. **Aprovado**, após usar da palavra na sua discussão o Sr. Senador Franco Montoro. À Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 102/78, que autoriza a Prefeitura Municipal de Barra do Garças (MT) a elevar em Cr\$ 60.000.000,00, o montante de sua dívida consolidada interna. **Aprovado**. À Comissão de Redação.

### 2.3 — MATÉRIAS APRECIADAS APÓS A ORDEM DO DIA

— Redações finais dos Projetos de Resolução nºs 77, 86, 87, 94, 91 e 102, de 1978, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovadas**, nos termos dos Requerimentos nºs 359 a 364/78, respectivamente. À promulgação.

### 2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às 11 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

### 2.5 — ENCERRAMENTO.

### 3 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Leite Chaves, proferido na sessão de 22-11-78.

### 4 — ATAS DE COMISSÕES

### 5 — MESA DIRETORA

### 6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

### 7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## ATA DA 184ª SESSÃO, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1978

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ LINDOSO

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Adalberto Sena — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Renato Franco — Henrique de La Rocque — Helvídio Nunes — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Ernando Uchôa — Agenor Maria — Luiz Viana — Ruy Santos — João Calmon — Roberto Saturnino — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Otto Lehmann — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Vilela de Magalhães — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

*E lido o seguinte*

### EXPEDIENTE

#### OFÍCIOS

*Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:*

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 1978

(nº 5.618-A/78, na Casa de origem)

*De iniciativa do Senhor Presidente da República*

**Concede pensão especial a Walter dos Santos Siqueira, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida a Walter dos Santos Siqueira, filho de Walter de Oliveira Siqueira e de Irene dos Santos, inválido em consequência de acidente ocorrido em área de exercício militar, pensão especial, mensal, equivalente a duas vezes o maior salário mínimo do País.

Art. 2º O benefício instituído por esta lei é intransferível e inacumulável com quaisquer rendimentos recebidos dos cofres públicos, inclusive pensão previdenciária, ressalvado o direito de opção.

Art. 3º A despesa decorrente desta lei correrá à conta de Encargos Gerais da União — Recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 366, DE 1978

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do artigo 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Exército, o anexo projeto de lei que "concede pensão especial a Walter dos Santos Siqueira, e dá outras providências".

Brasília, 30 de setembro de 1978. — **Ernesto Geisel**.

Brasília, DF, 20 de setembro de 1978

Nº 139

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o Anteprojeto de Lei anexo, pela qual a União concede amparo a Walter dos Santos Siqueira, vítima de uma explosão de granada-de-mão ofensiva, encontrada nas proximidades de sua residência, em área onde foi realizado um exercício com tropas do 1º Regimento de Obuses 105.

O lamentável acidente foi objeto de Sindicância, instaurada por ordem do Comandante daquela Organização Militar.

A vítima, que por ocasião do acidente contava apenas dez anos de idade, teve sua mão direita amputada e perdeu, por completo, a visão do olho direito, estando inválida e impossibilitada de prover a própria subsistência.

Com profundo respeito, — **Fernando Belfort Bethlem**.

(À Comissão de Finanças.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 133, DE 1978**  
(nº 3.879-B/77, na Casa de origem)

Acrescenta dispositivos ao Código Nacional de Trânsito  
(Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São acrescentados ao art. 37 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, os seguintes §§ 5º e 6º:

“Art. 37 .....  
§ 1º .....  
§ 2º .....  
§ 3º .....  
§ 4º .....

§ 5º Os veículos de transporte coletivo de passageiros em linhas municipais e intermunicipais e os destinados ao transporte escolar conterão, obrigatoriamente, além dos equipamentos referidos nos parágrafos anteriores e nas pertinentes resoluções do Conselho Nacional de Trânsito — CONTRAN, aparelho destinado ao controle de velocidade (tacômetro).

§ 6º Os veículos utilizados em transporte escolar serão dotados, ainda, de faixas luminosas ou coloridas, letreiros, lanternas pisca-pisca ou outros equipamentos de sinalização, a critério da autoridade de trânsito competente, que permitam a sua rápida identificação no trânsito.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 5.108, DE 21 DE SETEMBRO DE 1966 (1)  
*Institui o Código Nacional de Trânsito*

**CAPÍTULO VI**  
**Dos Veículos**

Art. 35. O Regulamento deste Código classificará os veículos quanto à sua tração, espécie e categoria. (15)

Art. 36. Só poderá transitar pelas vias terrestres o veículo cujo peso e cujas dimensões atenderem aos limites estabelecidos pela autoridade competente.

Art. 37. Nenhum veículo poderá ser licenciado ou registrado, nem poderá transitar em via terrestre, sem que ofereça completa segurança e esteja devidamente equipado, nos termos deste Código e do seu Regulamento.

§ 1º Além da vistoria, que será feita por ocasião do licenciamento, poderão ser exigidas outras a critério da autoridade de trânsito.

§ 2º Os equipamentos obrigatórios dos veículos serão determinados pelo Conselho Nacional de Trânsito. (16)

§ 3º O equipamento de motocicletas, motonetas, ciclomotores, motofurgões, tratores, microtratores, cavalos-mecânicos, reboques, carretas e seus similares, além dos veículos mencionados no artigo 63, será estipulado pelo Regulamento deste Código.

§ 4º Os demais veículos, de propulsão humana ou tração animal, deverão ser dotados, dentre outros que venham a ser exigidos em lei ou regulamento, dos seguintes equipamentos:

a) freios;

b) luz branca dianteira e luz vermelha traseira ou catadióptricos nas mesmas cores;

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Transporte, Comunicações e Obras Públicas.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 1978**  
(nº 3.402-B/77 na Casa de origem)

Faculta aos assinantes de serviços de telefonia a exclusão do respectivo telefone dos sistemas Discagem Direta à Distância — DDD — e Discagem Direta Internacional — DDI.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As concessionárias de serviços telefônicos estarão obrigadas a fornecer, mediante pagamento, aos seus usuários-assinantes, equipamentos destinados ao bloqueio dos sistemas Discagem Direta à Distância — DDD — e Discagem Direta Internacional — DDI, desde que os mesmos venham a ser requeridos.

Parágrafo único. Para a obtenção dos equipamentos a que se refere este artigo, o usuário deverá se dirigir à concessionária, por escrito.

Art. 2º É facultado a cada concessionário o uso do sistema ou tipo de equipamento de bloqueio que tecnicamente melhor atenda ao objetivo desta lei.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

(À Comissão de Transportes, Comunicações e obras Públicas.)

**OFÍCIOS**

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, referentes à rejeição e arquivamento de projetos de lei do Senado:

Brasília, 27 de novembro de 1978.

Ofício SGM 366

Senhor Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Câmara dos Deputados negou aprovação aos projetos abaixo relacionados, originários dessa Casa do Congresso Nacional:

Projetos de Lei nºs	Data da Rejeição
1.643/64 (PLS nº 99/63) .....	12-3-75
2.018/68 (PLS nº 83/68) .....	19-4-76
2.092/70 (PLS nº 108/68) .....	29-9-76
418/71 (PLS nº 71/71) .....	21-3-75
478/71 (PLS nº 60/71) .....	24-9-75
681/72 (PLS nº 16/71) .....	20-3-75
1.339/73 (PLS nº 66/72) .....	7-3-75
1.385/73 (PLS nº 89/73) .....	17-11-77
1.426/73 (PLS nº 85/71) .....	3-4-75
1.462/73 (PLS nº 01/73) .....	12-9-75
1.492/73 (PLS nº 15/73) .....	7-4-75
1.494/73 (PLS nº 35/72) .....	21-5-76
1.528/73 (PLS nº 44/71) .....	11-3-75
1.564/73 (PLS nº 3/73) .....	8-4-76
1.606/73 (PLS nº 78/73) .....	30-11-76
1.643/73 (PLS nº 14/73) .....	15-4-75
1.663/73 (PLS nº 87/73) .....	23-5-74
1.692/73 (PLS nº 8/73) .....	30-3-78
1.737/74 (PLS nº 41/73) .....	10-3-75
1.839/74 (PLS nº 23/73) .....	17-6-75
1.983/74 (PLS nº 149/73) .....	23-9-75
2.078/74 (PLS nº 64/72) .....	17-3-77

Projeto de Lei nºs	Data da Rejeição
2.244/74 (PLS nº 74/73) .....	20-4-76
2.245/74 (PLS nº 1/74) .....	15-9-76
2.317/74 (PLS nº 35/73) .....	26-4-76
2.385/74 (PLS nº 102/ ) .....	7-3-77
833/75 (PLS nº 6/72) .....	15-6-76
1.004/75 (PLS nº 72/74) .....	6-10-76
1.205/75 (PLS nº 45/75) .....	7-6-76
1.400/75 (PLS nº 41/75) .....	13-9-77
1.402/75 (PLS nº 136/73) .....	21-6-76
1.521/75 (PLS nº 39/75) .....	22-6-76
2.295/76 (PLS nº 112/75) .....	13-10-77
2.834/76 (PLS nº 55/75) .....	6-9-77
1.722/76 (PLS nº 106/73) .....	9-8-77
2.023/76 (PLS nº 130/75) .....	30-11-77
2.209/76 (PLS nº 109/74) .....	25-8-77
1.554/75 (PLS nº 57/74) .....	13-4-78
2.404/76 (PLS nº 6/75) .....	4-10-77
2.939/76 (PLS nº 9/76) .....	21-9-77

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. — **Djalma Bessa**, Primeiro-Secretário.

Brasília, 27 de novembro de 1978.

Ofício SGM 367

Senhor Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Presidência da Câmara dos Deputados determinou o arquivamento dos projetos abaixo relacionados, originários dessa Casa do Congresso Nacional:

Projetos de Lei nºs	Data do Arquivamento
1.710/64 (PLS nº 72/63)	23-11-77 (§ 2º, art. 117, do R.I.)
2.124/64 (PLS nº 159/63)	7-3-75 (art. 118 do R.I.)
2.394/64 (PLS nº 33/64)	7-3-75 (art. 204 do R.I.)
3.110/65 (PLS nº 2/65)	17-6-77 (art. 118 do R.I.)
3.211/65 (PLS nº 27/65)	23-11-77 (§ 2º, art. 117, do R.I.)
3.835/66 (PLS nº 75/64)	23-11-77 (§ 2º, art. 117, do R.I.)
3.858/66 (PLS nº 68/65)	23-11-77 (§ 2º, art. 117, do R.I.)
3.887/66 (PLS nº 18/66)	23-11-77 (§ 2º, art. 117, do R.I.)
3.931/66 (PLS nº 9/64)	23-11-77 (§ 2º, art. 117, do R.I.)
4.003/66 (PLS nº 72/64)	23-11-77 (§ 2º, art. 117, do R.I.)
747/67 (PLS nº 49/65)	23-11-77 (§ 2º, art. 117, do R.I.)
918/68 (PLS nº 62/67)	23-11-77 (§ 2º, art. 117, do R.I.)
1.056/68 (PLS nº 32/67)	23-11-77 (§ 2º, art. 117, do R.I.)
1.626/68 (PLS nº 58/68)	23-11-77 (§ 2º, art. 117, do R.I.)
1.663/68 (PLS nº 43/68)	23-11-77 (§ 2º, art. 117, do R.I.)
1.666/68 (PLS nº 55/68)	7-3-75 (art. 204 do R.I.)
1.818/68 (PLS nº 37/68)	23-11-77 (§ 2º, art. 117, do R.I.)
2.040/68 (PLS nº 120/68)	23-11-77 (§ 2º, art. 117, do R.I.)
636/72 (PLS nº 88/71)	7-3-75 (§ 2º, art. 117, do R.I.)
647/72 (PLS nº 14/70)	30-6-75
1.487/73 (PLS nº 59/72)	7-3-75 (§ 2º, art. 117, do R.I.)
1.495/73 (PLS nº 37/73)	28-5-76 (art. 118 do R.I.)
1.624/73 (PLS nº 80/73)	27-9-78 (art. 200 do R.I.)

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de apreço. — **Deputado Djalma Bessa**, Primeiro-Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Do Expediente lido consta o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1978 (nº 5.618-A/78, na Casa de origem), que receberá emendas, perante a Comissão de

Finanças, durante cinco sessões ordinárias, nos termos da alínea b, do inciso II, do artigo 141, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — A Presidência comunica ao Plenário que o Senhor Presidente da República, receberá, no próximo dia 5, às dezessete horas, no Salão Nobre do Palácio do Planalto, os Senhores Parlamentares para a solenidade de cumprimentos de fim de ano.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Sobre a mesa, telegrama que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido o seguinte*

Comunico a Vossa Excelência que segunda-feira dia 20 viajarei Estados Unidos América do Norte fim participar Assembleia-Geral Nações Unidas saudações

Tarso Dutra Senador

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — A Presidência fica ciente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

*São lidos os seguintes*

#### REQUERIMENTO Nº 354, DE 1978

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 233, do Regimento Interno, requero a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Vice-Almirante Orlando Augusto Amaral Affonso, em nome das Forças Armadas, na solenidade realizada ontem, dia 27 de novembro, no Rio de Janeiro, à qual compareceu o Excelentíssimo Senhor Presidente da República General Ernesto Geisel, em homenagem às vítimas da Intentona Comunista de 1935.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1978. — **Lourival Baptista**.

#### REQUERIMENTO Nº 355, DE 1978

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 233, do Regimento Interno, requero a transcrição, nos Anais do Senado Federal, das Ordens do Dia dos Ministros do Exército e da Aeronáutica, General Fernando Belfort Bethlem e Brigadeiro Araripe Macedo, alusivas a passagem do 43º aniversário da Intentona Comunista no Brasil, lidas hoje, dia 27 de novembro.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 1978. — **Lourival Baptista**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — De acordo com o art. 233, § 1º, do Regimento Interno, os requerimentos serão publicados e submetidos ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

*São lidos os seguintes*

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, DE 1978

Prorroga o prazo a que se refere o § 4º do artigo 1º da Lei nº 4.937, de 18 de março de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Para fins do disposto no § 3º do art. 1º da Lei nº 4.937, fica prorrogado por noventa dias, a contar da data da publicação desta lei, o prazo a que se refere o § 4º, do art. 1º do mencionado diploma legal.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

O Instituto de Previdência dos Congressistas, criado pela Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, vem funcionando ininterruptamente, cumprindo, com eficiência, os seus objetivos institucionais.

No que tange à computação do tempo de serviço para fins de aposentadoria, a legislação do IPC foi alterada pela Lei nº 4.937, que

estabeleceu prazos e exigências, observados rigorosamente pelos que o dirigiram até hoje.

O presente projeto tem em mira reabrir o prazo previsto no § 4º do art. 1º do aludido diploma legal, mantendo, porém, os demais requisitos sem quaisquer modificações.

Tratando-se de matéria de interesse do Instituto e de seus segurados, é de esperar que a presente proposição seja acolhida, de forma unânime, nas duas Casas do Congresso.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1978. — Renato Franco.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.937, DE 18 DE MARÇO DE 1966

Altera dispositivos da Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963.

Art. 1º Os ex-Congressistas que contem no mínimo 8 (oito) anos de mandato poderão contribuir para o Instituto de Previdência dos Congressistas, devendo pagar os 8 (oito) anos de carência necessária para o gozo dos benefícios, de uma só vez, ou em 8 (oito) prestações mensais, acrescidas de juros, na base do subsídio fixo em vigor na data dos pagamentos. O prazo para os atuais ex-Congressistas requererem sua inscrição expira em um ano após a data desta Lei.

§ 3º A requerimento de parlamentar e ex-parlamentar, será computado, para todos os efeitos legais, o tempo em que o Congressista exerceu mandato estadual até o máximo de 8 (oito) anos.

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.)

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 343, DE 1978

“Altera a redação do caput do art. 24, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O caput do art. 24, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 24. O auxílio-doença será devido ao segurado que, após 3 (três) contribuições mensais, ficar incapacitado para o trabalho por prazo superior a 15 (quinze) dias.

Art. 2º Os encargos decorrentes desta lei correrão à conta das fontes de receita de que trata o art. 69, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

O auxílio-doença, anteriormente denominado auxílio-enfermidade, é um benefício previdenciário de grande relevância social, pois visa amparar o trabalhador quando se verifica sua incapacidade temporária, por motivo de doença.

São duas as condições essenciais para que o segurado faça jus a essa benesse:

a) haver realizado pelo menos doze contribuições mensais à Previdência Social, salvo se a doença resultar de acidente do trabalho, quando independe de desse período de carência;

b) estar incapacitado para o trabalho por período superior a quinze dias.

A condição constante na alínea b é perfeita, sendo adotada na legislação social da quase totalidade dos países.

Todavia, o prazo de carência de doze meses se nos afigura injusto e absurdo, por excessivamente longo.

De fato, com frequência o empregado é acometido por enfermidade antes de completar um ano de contribuições à Previdência Social, sendo injusto que não possa gozar do benefício do auxílio-doença, passando a enfrentar insuportável situação de necessidades de toda ordem.

Por essa razão, atendendo a justa reivindicação da classe trabalhadora, preconizamos a redução do prazo de carência para três meses.

Assinale-se, a esta altura, que em obediência ao preceituado no parágrafo único do art. 165, da Constituição Federal, a proposição indica a fonte de custeio total do benefício a ser alterado.

Em se tratando de medida de grande repercussão social, esperamos venha a iniciativa a merecer o apoio de nossos ilustres pares.

Sala das Sessões, aos 28 de novembro de 1978. — Orestes Quêrcia.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 3.807, DE 26 DE AGOSTO DE 1960

Lei Orgânica da Previdência Social

#### CAPÍTULO II

##### Do Auxílio-Doença

Art. 24. O auxílio-doença será concedido ao segurado que, após haver realizado 12 (doze) contribuições mensais, ficar incapacitado para o seu trabalho por prazo superior a 15 (quinze) dias.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Itamar Franco, por cessão do nobre Sr. Senador Evelásio Vieira.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nos termos regimentais, solicito a V. Exª, as necessárias providências no sentido de ser dirigido ao Poder Executivo o seguinte requerimento de informações:

1. Quais os empréstimos obtidos pela Aço Minas Gerais S/A (AÇOMINAS) no exterior?

2. Houve repasse desse empréstimo obtido pela Aço Minas Gerais S/A (AÇOMINAS) para outras áreas do Governo? Em caso afirmativo, relacionar.

3. Qual será a área de atuação da Aço Minas Gerais S/A (AÇOMINAS) em relação ao setor de não-planos?

4. Quanto o Brasil importou em produtos siderúrgicos não-planos e planos?

5. Qual a participação da Siderurgia Brasileira S/A (SIDERBRÁS) no projeto Mendes Júnior?

6. Como se encontra atualmente o projeto Mendes Júnior?

7. Qual o apoio do Governo Federal no empreendimento Mendes Júnior, além da participação da Siderurgia Brasileira S/A (SIDERBRÁS)?

8. As restrições impostas no campo da siderurgia alcançarão o projeto Mendes Júnior e a Siderurgia Brasileira S/A (SIDERBRÁS)?

A nossa justificativa, Sr. Presidente:

O presente requerimento objetiva situar os empreendimentos siderúrgicos em desenvolvimento no Estado de Minas Gerais.

Saberemos que há a nível da administração pública federal, matéria que ainda não foram equacionadas de maneira de todo esclarecedora. Dentre essas estão, sem dúvida, o problema da dívida

externa, a aquisição de máquinas e equipamentos no exterior, bem assim, a situação da siderurgia no quadro do desenvolvimento brasileiro.

O setor requer investimentos vultosos. Mas não só, dada a sua condição infra-estrutural, a siderurgia solicita também um planejamento lúcido e coerente, capaz de viabilizar substituições de importações e apoio ao projeto de desenvolvimento do País.

Dai a razão do presente requerimento, que alcança um setor fundamental, mas que também, visa abarcar um conjunto maior, trazendo à luz informações nem sempre disponíveis à opinião pública.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, praticamente, em 1970, surgia, na cidade de Juiz de Fora, o empreendimento da Siderúrgica Mendes Júnior, dimensionada, a princípio, para seiscentas mil toneladas, depois, a pedido do Governo, o grupo privado alterou o projeto inicial para dois milhões de toneladas, voltando, posteriormente, o Governo a solicitar nova alteração do projeto para um milhão e duzentas mil toneladas, dentro daquela idéia de economia de escala da administração federal. Hoje, ao que parece, o projeto foi reduzido para seiscentas mil toneladas.

Neste ínterim, surge a Siderúrgica AÇOMINAS, atuando também no mesmo setor da Siderúrgica Mendes Júnior, do não-plano. Assim, estou solicitando ao Poder Executivo essas informações, para definir as importações brasileiras no setor de não-planos e planos e situar a posição atual do Projeto Mendes Júnior, na cidade de Juiz de Fora, bem como os empréstimos obtidos pela AÇOMINAS, no exterior. Ao que parece, desses empréstimos o Governo Federal fez repasse, inclusive, para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

É a razão, Sr. Presidente, do requerimento que passo às mãos de V. Exª (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Agenor Maria, por cessão do nobre Senador Evandro Carreira.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dei conhecimento à Casa e à Nação, em dias da semana passada, da minha revolta, da revolta daqueles que fazem, com dignidade, com espírito de Oposição, o MDB do Rio Grande do Norte, de que, hoje, entregaríamos, em mãos do Presidente nacional do Partido, um documento em que solicitávamos, da Presidência do MDB nacional, não só a intervenção do MDB do Rio Grande do Norte, como a expulsão do Presidente daquela Seção e de todos aqueles que fizeram acordo com o candidato da ARENA naquele Estado.

Ocupo a tribuna, Sr. Presidente, para ler esse documento que vai ser entregue hoje à tarde, em mãos do Presidente do MDB, a fim de que conste dos Anais:

"Excelentíssimo Senhor Presidente da  
Executiva Nacional do Movimento  
Democrático Brasileiro — MDB

Os abaixo-assinados, Senadores da República, filiados ao Movimento Democrático Brasileiro — MDB — vêm, com a presente medida, baseada na outorga da legislação específica e nos termos da copiosa prova que apresentam, requerer seja determinada intervenção no Diretório Regional do MDB do Rio Grande do Norte, e, ao mesmo tempo, tomadas as necessárias providências, no sentido de ser determinada a expulsão, das hostes partidárias do MDB, do Sr. Henrique Alves, Presidente do Diretório Regional do MDB do Rio Grande do Norte, pelas razões que se seguem.

Como é público e notório, em todo o País e particularmente no Rio Grande do Norte, houve manifesta quebra de fidelidade partidária no curso da campanha eleitoral relativa ao pleito de 15 de novembro último, quando o Sr. Henrique Alves, Presidente do Diretório Regional do Partido e candi-

dato a reeleição à Câmara Federal, manifestou seu apoio ao candidato da ARENA ao Senado da República, Sr. Jessé Freire, em iterativos pronunciamentos públicos, inclusive em comícios em que, sem a mínima reserva e respeito às diretrizes de seu partido, promovia a campanha eleitoral do candidato adversário, assacando aleivosias e ataques soezes contra seus companheiros de agremiação partidária, mas que, naquele momento, não representavam seu próprio interesse e conveniência. Tão atentatórias essas manifestações ao regime de fidelidade partidária, que o Sr. Henrique Alves, no seu espúrio e calculado extravasamento, não se continha nos limites do uso da palavra, mas, à sua reprovável peroração, aliava a ostentação, em suas vestes, de dísticos de propaganda eleitoral do candidato da ARENA, o Sr. Jessé Freire. (Docs. anexos). Essa condenável atitude, aliada a um comportamento desrespeitoso ao próprio Diretório de que é Presidente, se fez marcante, no transcurso de toda a campanha eleitoral, pela presença, pela palavra e pela ação do Sr. Henrique Alves, nos palanques das praças públicas, procurando, com a sua presença e atuação, demonstrar que ocorrerá um apoio oficial de seu Partido ao candidato da ARENA, ilaqueando, dessa forma, a boa fé do eleitorado do MDB. (documentos anexos). O mais grave, contudo, além da insólita presença do Sr. Henrique Alves nos comícios da ARENA, é o fato desse senhor ter-se utilizado, na sua pregação falaciosa, de recursos fraudulentos, conduzindo o eleitorado a uma situação enganosa e inteiramente contrária à realidade. Asseverava, assim, o Sr. Henrique Alves, que os Partidos já estavam extintos e que, em consequência dessa medida, operara-se uma fusão de interesses das correntes representativas do MDB em favor da candidatura Jessé Freire. Mediante esse ardiloso expediente, o Sr. Henrique Alves violava o seu compromisso de fidelidade partidária; usurpava a confiança do Diretório que presidia; subvertia o legítimo convencimento do eleitorado partidário; e fraudava todo o processo eleitoral e a legislação orgânica dos Partidos.

Assim sendo, aos presentes signatários não caberia outra alternativa senão a de promover a denúncia do ocorrido, junto à alta Direção partidária, requerendo a competente intervenção no Diretório Regional do MDB do Rio Grande do Norte, e, ainda, a eliminação de seus quadros partidários, por infringência dos princípios da fidelidade partidária, do Sr. Henrique Alves, Presidente do Diretório Regional, à vista das razões e provas aditadas ao pleito que ora submetemos ao alto descortino de V. Exª."

Sr. Presidente e Srs. Senadores, entregarei, hoje, ao Presidente do MDB estas fotografias, que atestam o comprometimento do Sr. Henrique Alves, Presidente do MDB, com o candidato da ARENA, inclusive a do pai do Deputado Henrique Alves — Sr. Aloísio Alves, cassado por uma Revolução, e que teve ordem, não sei de quem, de, antes de completar dez anos de cassado, ir ao Rio Grande do Norte para fazer campanha em defesa do candidato da ARENA. Todos estes comprovantes serão entregues à Direção do meu Partido, para demonstrar que, na realidade, existe no Rio Grande do Norte um *complot*, que tem como significativo maior deturpar a política e os políticos, em detrimento daqueles que procuram fazer a campanha em defesa de princípios, e não de interesses subalternos.

Todas estas provas serão entregues, hoje à tarde, ao Presidente do meu Partido, para que S. Exª tome as providências cabíveis, porque não tem sentido, depois de 14 anos de Revolução, uma legenda partidária tornar-se propriedade de um indivíduo, a serviço dos seus instintos e dos seus interesses, e, assim, para ele se locupletar, enriquecer-se, beneficiar-se, em detrimento da própria classe política brasileira.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, nós, políticos, só poderemos crescer no conceito do povo se, acima de nossos interesses, colocarmos os interesses do País. Nunca será através dessas negocia-

Falta página nº 6020



Falta página nº 6021

com aqueles que traíram o nosso partido, perderam em Natal, e agora dizem que o traidor é Agenor Maria. Mas, pelo amor de Deus, quem traiu o MDB foi Agenor, que votou com o candidato do MDB, ou foi o Sr. Aloísio Alves que votou com o Sr. Jessé Freire, fez festa, banqueteou-se fez carnaval da vitória com o Sr. Jessé Freire? Esta é a realidade patente que a Nação conhece, que a Nação sabe através de toda a imprensa nacional.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje faremos a entrega desse documento, que terá a assinatura da maioria dos Srs. Senadores que têm assento nesta Casa, para que se apure, com as provas que em mãos entregarei ao Sr. Presidente Ulysses Guimarães, provas com fitas, com fotografias, onde se vê o crachá, o Presidente do MDB com dois crachás: "Jessé Freire para o Senado". Pelo amor de Deus, é a fotografia quem diz, não foi fotografia montada, e ele — agora posso afirmar — merece de nossa parte esta afirmação de que não fez nada escondido; ele apoiou o Sr. Jessé Freire, candidato da ARENA, às claras, mas não disse até hoje ao Brasil, à Nação, por que não apoiou Olavo Montenegro e porque não apoiou Francisco de Oliveira Rocha, só diz que não apoiou Radir Pereira. E os outros dois, Sr. Presidente, Srs. Senadores? É preciso que ele diga: não apoiou Francisco de Oliveira Rocha, que indiquei, levei para a Convenção, não apoiou Olavo Montenegro, que indiquei e levei para a Convenção, por qualquer motivo; e diga depois por que foi votar no Sr. Jessé Freire.

Concluo, Sr. Presidente, pedindo a Deus que, na sua bem-aventurança, tire dos homens — mas tire mesmo — a vaidade, a presunção, o egoísmo, para que acima dessas qualidades pequenas possa prevalecer as qualidades maiores de amor à Pátria, de amor, enfim, a um futuro melhor para o nosso País. Concluo, agradecendo a deferência da Mesa, agradecendo a deferência dos meus pares, acreditando que depois de 14 anos de Revolução não será procedimento dessa ordem que mostre à Nação os melhores caminhos para melhores dias para o nosso País; que não será esse descaminho, que não será essa vilania, que não será, enfim, isso que destoa tanto da vida política e dos políticos do Brasil que possa, realmente, demonstrar, no futuro, aquela Pátria que todos nós esperamos.

Agradecendo a todos, peço, voltando as minhas vistas para Deus, para que nos dê, acima de tudo, o dever consciente de que estamos cumprindo com a nossa obrigação. Muito obrigado a todos. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Dinarte Mariz. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ernando Uchôa.

**O SR. ERNANDO UCHÔA (ARENA — CE)** — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Em artigo que publiquei no jornal *O Povo*, antes das eleições de 15 de novembro, juntei minha palavra às vozes que se erguem contra o escândalo da corrupção eleitoral, e agora compareço a esta tribuna para repisar o assunto, não pelo prazer com que os espíritos estereis insistem sobre os temas cediços, mas na esperança de que as autoridades e os partidos políticos brasileiros, mais uma vez alertados, resolvam dar combate a esse crime até aqui incentivado pela impunidade.

Com efeito, sempre que se aproxima o prélio das urnas, hoje lamentavelmente reduzido a pequenas proporções, a imprensa e as próprias assembleias políticas têm advertido e protestado, inutilmente, contra a maléfica influência do poder econômico nas eleições para a escolha dos representantes do povo, que cresce e se agrava a cada pleito.

**O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS)** — Muito bem!

**O SR. ERNANDO UCHÔA (ARENA — CE)** — Dir-se-á que o mal não é exclusividade nossa e vem de tempos longínquos, anteriores à era cristã, pois já o grande Cícero sentia-se ameaçado pelo dinheiro de Crasso e verberava, com a beleza de sua eloquência e a sua lógica inamolgável, o suborno nas eleições para o consulado. Aliás segundo é sabido, os romanos antigos fizeram da corrupção eleitoral uma verdadeira ciência.

Seja como for, a pátria do Direito legou à posteridade exemplos melhores, verdadeiramente dignos de imitação, e, de outro ângulo, mesmo que se não desconheça a existência atual dessa contrafação do processo eleitoral entre alguns povos, isso não desculpa nem atenua o delito que se pratica hoje no Brasil em matéria de eleições.

Efetivamente, diante dessa degradação dos nossos costumes políticos, que desfigura a representação popular e, conseqüentemente, conspurca o exercício democrático, chega-se à melancólica conclusão de que o Legislativo brasileiro não tardará em se transformar numa instituição essencialmente burguesa, despreparada para os árduos mistérios da política e dissociada das aspirações coletivas, haja vista que, com algumas exceções, o critério adotado para eleger o candidato não está na constatação do seu valor moral e intelectual, da sua competência, em síntese, do seu merecimento, e sim na exclusiva dependência do seu poder aquisitivo, pois o voto é a mercadoria mais cara de quantas se acham expostas à venda.

**O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS)** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ERNANDO UCHÔA (ARENA — CE)** — Com muito prazer.

**O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS)** — É verdade. V. Ex<sup>a</sup> está tocando num assunto da maior seriedade. Brevemente ocuparei a tribuna do Senado e me ocuparei do tema, hoje versado de forma tão superior por V. Ex<sup>a</sup> Por dever de ofício, andei em muitos Estados do nosso País e em todos eles, sem exceção, ouvi quase que as mesmas palavras, era o derrame do dinheiro nas eleições, de maneira e em proporções jamais vistas. E o que é mais grave, até no meu Estado, onde o poder do dinheiro nunca foi influente, até no meu Estado, chegou a dinheiro que este ano cobriu o Brasil, de Norte a Sul, caracterizando-se as últimas eleições como as mais corruptas de que se tem memória — pelo menos a minha geração tem memória. As mais corruptas, aquelas em que o dinheiro foi utilizado de forma mais abundante, mais descarada, mais desavergonhada. Esta é a dolorosa verdade. Tem V. Ex<sup>a</sup> os meus aplausos pelo pronunciamento que está a fazer.

**O SR. ERNANDO UCHÔA (ARENA — CE)** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> nobre Senador Paulo Brossard e o incorporo ao meu discurso como um valioso subsídio.

Devo, no entanto, confessar a V. Ex<sup>a</sup> que, de outro lado, o seu aparte me causa uma imensa e profunda tristeza, porque eu sabia que talvez um dos poucos Estados, talvez o único Estado da Federação, que não havia ainda se corrompido era o Rio Grande do Sul.

**O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS)** — Pois posso dizer-lhe que, infelizmente, até lá chegou a corrupção. Não quero dizer com isto que todos os candidatos tenham recorrido ao dinheiro, mas há, pelo menos um caso lá que se tornou um escândalo. Antes das eleições, tive ocasião de me dirigir à Justiça Eleitoral para reclamar providências suas, uma vez que era notório o uso abusivo do dinheiro, em relação a um candidato. Lá ficou assentado, entre os partidos e a Justiça Eleitoral, que cada candidato a Deputado estadual poderia gastar 60 mil cruzeiros e a Deputado federal 120 mil cruzeiros. Ora, até os cegos viam que um candidato gastava algumas dezenas de vezes mais do que o limite estabelecido pela Justiça. De modo que urgiam providências. Fiz a denúncia antes das eleições, em público, através da Imprensa. E através da Imprensa como Senador da República, requeri à Justiça Eleitoral providências que visassem a coibir o uso aberto e escandaloso da corrupção. Aliás, tenho notícia de que o nobre Senador Daniel Krieger também fez um registro a esse respeito ou prestou um depoimento no sentido de que jamais vira, como neste ano e nestas eleições, o emprego abusivo do dinheiro lá no nosso Estado.

**O Sr. Agenor Maria (MDB — RN)** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ERNANDO UCHÔA (ARENA — CE)** — Pois não.

**O Sr. Agenor Maria (MDB — RN)** — Nobre Senador Ernando Uchôa, fico realmente maravilhado, entusiasmado e contente de ver no Senado V. Ex<sup>a</sup>, um homem que chegou a esta Casa há poucos dias, tratar de assuntos com a liberdade, com o carinho, com o civismo, com o patriotismo, e com a coragem, como V. Ex<sup>a</sup> está fazendo. Na verdade, eu me ufano de ser Senador, nesta Casa, por ver que V. Ex<sup>a</sup> é um homem que acima dos interesses da ARENA e do Governo, põe, mas põe muito mais alto, os interesses da Nação, da Pátria. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> e posso afirmar que a dinheirama dessas eleições é uma consequência da famigerada Lei Falcão que tirou do político a liberdade de expor as suas idéias.

**O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS)** — É verdade.

**O SR. ERNANDO UCHÔA (ARENA — CE)** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> que realmente me comove.

**O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE)** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ERNANDO UCHÔA (ARENA — CE)** — Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE)** — Nobre Senador Ernando Uchôa, também, solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup> nesta manifestação contundente, incisiva contra a corrupção eleitoral imperante no País. V. Ex<sup>a</sup> traz, com seu discurso, um depoimento que precisa realmente ser apreciado por aqueles que têm a responsabilidade de conduzir os destinos nacionais. O País assistiu, no pleito de 1978, à mais desbragada compra de votos que se registrou depois da redemocratização até hoje. Em 1954, ingressei na vida pública do meu Estado e posso dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, competindo em todos os pleitos, nunca me deparei, já agora como Presidente de Partido, e como Senador da República, com um quadro tão desolador para as instituições democráticas do País. A minha solidariedade a V. Ex<sup>a</sup> e junto à sua voz o meu veemente protesto como representante do Estado do Ceará diante dos fatos vergonhosos ocorridos em nossa terra e no restante do País.

**O SR. ERNANDO UCHÔA (ARENA — CE)** — Muito obrigado.

**O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM)** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ERNANDO UCHÔA (ARENA — CE)** — Ouço V. Ex<sup>a</sup> com o maior prazer.

**● Sr. Evandro Carreira (MDB — AM)** — Nobre Senador Ernando Uchôa, o que é lamentável neste fato corrupto que enodoa a História da Pátria é a presença de um homem como o General Geisel que, em 1974, por ordem sua e por determinação sua, presidiu a eleição mais limpa e mais pura que já se exercitou nesta Pátria. Infelizmente, Sua Excelência encerra o seu mandato comandando e dirigindo a eleição mais corrupta que já se constatou em nossa História política — isto é profundamente lamentável e corrobora com o retrocesso cultural e político — quando permitiu, através da Lei Falcão, que nós retroagíssemos. Este fato corrupto e corruptor decorre única e exclusivamente da falta do uso de um meio de comunicação que a tecnologia moderna nos pôs à mão, que é a televisão.

E se continuarmos neste diapasão, fatalmente, iremos entredesenvolver-nos no próximo pleito. É preciso que a lição fique e o futuro Presidente da República tire dela as lições essenciais, ao presidir próximos pleitos.

Não se pode, de modo algum, "tapar o sol com a peneira", como disse o futuro Vice-Presidente da República. Tentar tirar do povo aquela parafernália moderna, o instrumental essencial de comunicação, que é a televisão, provocará todo um obscurantismo e nós iremos, fatalmente, retroagir não só politicamente, mas culturalmente.

Eu o parabeno, na oportunidade em que V. Ex<sup>a</sup> enfoca o problema da corrupção eleitoral.

**O SR. ERNANDO UCHÔA (ARENA — CE)** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

Nesse leilão eleitoral, que corrompe as consciências, onde o sucesso é privilégio dos ricos, dos acobertados pelo poderio dos grupos econômicos e dos protegidos pelo facciosismo dos governos estaduais...

**O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS)** — É verdade.

**O SR. ERNANDO UCHÔA (ARENA — CE)** — ... evidentemente não há lugar para os homens que não acumularam riquezas materiais, para as almas independentes, nem tampouco para as vocações e os valores novos, que assim arrasados pela plutocracia deixam de contribuir para a renovação e o aprimoramento das instituições políticas do País.

**O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS)** — Leilão eleitoral, disse V. Ex<sup>a</sup>, e o disse muito bem.

**O SR. ERNANDO UCHÔA (ARENA — CE)** — Frente a esse quadro de matizes negros e perspectivas terríveis, é fácil prever o enfraquecimento e a rutura do suporte de defesa dos reais interesses da coletividade, já que esses plutocratas do carnaval político, mascarados de legisladores, jamais poderão interpretar com fidelidade, energia e convicção a vontade popular...

**O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS)** — Muito bem!

**O SR. ERNANDO UCHÔA (ARENA — CE)** — ... pois lhes falta identificação com os sofrimentos e as legítimas reivindicações desse mesmo povo, que já começa a gritar que os seus míseros salários são devorados pela inflação, que a carestia é cada vez mais galopante, numa palavra, que precisa de mais pão para saciar a sua fome.

**O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS)** — Muito bem!

**O SR. ERNANDO UCHÔA (ARENA — CE)** — É óbvio que, com esta crítica isenta de preconceitos, não questiono sobre a necessidade da efetiva participação de todas as categorias sociais nos órgãos do poder político e administrativo, que é da própria essência do regime representativo, nem me move o desejo de menosprezar os endinheirados e muito menos de agredir o preceito da igualdade perante a lei. Ao contrário, é em nome dessa mesma garantia constitucional que obedeco ao impulso irreprimível de profligar o abuso e o privilégio de uma casta, evidentemente minoritária, pois não é segredo para ninguém que as eleições parlamentares estão se convertendo em monopólio dos ricos e que a disputa pela conquista do sufrágio popular se faz em jogo violento e com cartas marcadas, em flagrante e acintoso desrespeito às normas da ética política e aos mandamentos legais.

**O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ERNANDO UCHÔA (ARENA — CE)** — Com o maior prazer.

**O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS)** — Peço licença para lembrar que antes de V. Ex<sup>a</sup>, um outro ilustre prócer da ARENA, o Sr. Etelvino Lins, ao declinar de sua candidatura à Câmara dos Deputados, o fez dizendo a causa, a razão por que o fazia. Disse então o antigo Governador de Pernambuco que não tinha condições de concorrer àquele pleito, tal o derrame de dinheiro — são palavras de S. Ex<sup>a</sup>, que repito — que então se verificava no Estado. E acrescentava que em Pernambuco haveria de ocorrer o pleito mais caro de sua História. Essas palavras foram escritas pelo Sr. Etelvino Lins. De modo que V. Ex<sup>a</sup> tem carradas de razão ao versar o assunto, com a superioridade com que o está fazendo.

**O SR. ERNANDO UCHÔA (ARENA — CE)** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

Há, sem dúvida, hoje como ontem, despesas inevitáveis, normais e peculiares ao processo eleitoral, a que nenhum candidato está isento. O que é condenável é a compra do voto, o suborno, a

aquisição mediante leilão dos colégios eleitorais, digo melhor, dos currais eleitorais, enfim, tudo isso que torna a concorrência desenganadamente viciada, haja vista que os abastados e os prepostos dos grupos econômicos, à força do dinheiro, têm *a priori* garantida a sua eleição, em detrimento dos chamados políticos profissionais, que, quando não sucumbem esmagados pela poderosa máquina da corrupção, se vêem forçados a comprometer o pequeno patrimônio da família, quando este existe, ou a contrair pesadas dívidas, cujo resgate, às vezes, se processa ao longo do mandato parlamentar, para começar tudo novamente na eleição seguinte.

Não ignoro os elevados propósitos da nossa legislação eleitoral, cujos objetivos, desgrazadamente, têm sido burlados pela solécia desses mercadores de votos.

Trata-se, não há negar, de matéria que se reveste de grande complexidade, difícil de apuração à luz da prova material ou testemunhal, uma vez que o comprador e o vendedor de votos quase nunca deixam vestígio da ignominiosa transação, embora resultem indícios veementes dessa ação delituosa, pois não é crível que um cidadão que não tem serviços prestados à comunidade, que nunca fez um favor ao eleitor, que antes da campanha nem sequer conhecia os redutos eleitorais, nem tampouco neles era conhecido, em síntese, que quase ninguém sabe quem é, possa da noite para o dia sair do anonimato político e receber votação realmente expressiva, ameaçando autênticas lideranças, construídas no curso de muitos anos de trabalho e sacrifício, e derrotando velhos lutadores que consagraram a sua vida ao nobre ideal de servir à causa do povo.

**O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) —** Muito bem!

**O SR. ERNANDO UCHÔA (ARENA — CE) —** É de primeira evidência, à observação mais perfunctória, que esse triste e vergonhoso espetáculo, sob certos aspectos pior do que a fraude eleitoral manipulada pelas oligarquias da República velha, exige das chefias partidárias e das autoridades competentes, até agora acomodadas e omissas, uma tomada de posição objetiva e enérgica no sentido de normalizar as eleições. Assim, por exemplo, os órgãos da direção partidária devem adotar critérios seletivos mais rigorosos na escolha dos candidatos, agindo preventivamente, ou cassando a concessão da legenda aos transgressores dos princípios éticos da atividade política ou das regras contempladas na legislação eleitoral, em cuja linha de frente se encontram os compradores de voto, os empreiteiros da desonra.

Por seu turno, as autoridades responsáveis pela lisura do pleito devem exercer maior vigilância quanto à campanha eleitoral e à realização das eleições, de sorte a reprimir as distorções e os abusos decorrentes da influência do poder econômico. Para que se alcance esse objetivo, já se vê, é mister que a Justiça Eleitoral esteja convenientemente aparelhada e disponha de recursos humanos e financeiros à altura da importante tarefa que lhe é cometida.

De outro lado, creio que seria providência salutar a decisão do governo de assumir o encargo do alistamento eleitoral, a fim de evitar as elevadas despesas que recaem sobre os candidatos e servem de pretexto para a comercialização do voto.

Em síntese, é imprescindível que os poderes constituídos e os Partidos políticos, o mais cedo possível, despertem para essa dolorosa realidade do nosso método eleitoral, que afronta a dignidade da Nação, sob pena de permanecer exposta a um risco fatal a nossa ainda débil e convalescente democracia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) —** O nobre Senador Itamar Franco encaminhou à Mesa requerimento de informações, que nos termos do art. 239, item VI, do Regimento Interno, será examinado pela Presidência.

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) —** Sobre a mesa, requerimentos de urgência, que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

*São lidos os seguintes*

#### REQUERIMENTO Nº 356, DE 1978

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea b, do Regimento, para a emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 157, de 1977 (nº 5.525-A/78, na Câmara dos Deputados), do Senhor Senador Jarbas Passarinho, que obriga as emissoras de televisão a incluir, nas suas programações semanais de filmes estrangeiros, um filme, pelo menos, com legenda em português.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1978. — Jarbas Passarinho.

#### REQUERIMENTO Nº 357, DE 1978

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea "b", do Regimento, para o Projeto de Lei do Senado nº 239, de 1978-DF, que eleva, em até Cr\$ 1.280.000.000,00 (um bilhão, duzentos e oitenta milhões de cruzeiros), o limite concedido ao Governo do Distrito Federal para promover abertura de créditos suplementares ao Orçamento vigente.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1978. — Helvídio Nunes.

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) —** Os requerimentos lidos serão apreciados após a Ordem do Dia, nos termos do art. 375, item II, do Regimento Interno.

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Evandro Carreira — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Petrônio Portella — Dinarte Mariz — Marcos Freire — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — Amaral Peixoto — Benjamim Farah — Hugo Ramos — Gustavo Capanema — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Daniel Krieger — Paulo Brossard.

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) —** Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido e aprovado o seguinte*

#### REQUERIMENTO Nº 358, DE 1978

Nos termos do art. 198, alínea "d", do Regimento Interno, requero inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item 6 da pauta, seja submetida ao Plenário em primeiro lugar.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1978. — Itamar Franco.

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) —** De acordo com o voto do Plenário, passa-se ao item 6:

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1977 (nº 2.320-A/74, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que regula a locação predial urbana, e dá outras providências, tendo

**PARECER**, sob nº 749, de 1978, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido (dependendo da votação do Requerimento nº 353, de 1978, de adiamento da discussão).

Em votação o Requerimento nº 353, lido na sessão anterior, de adiamento da discussão da matéria, a fim de ser feita na sessão de amanhã, dia 29.

**O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) —** Peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) —** Concedo a palavra a V. Exª, para encaminhar a votação.

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) —** Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, pouca coisa teria

de acrescentar hoje ao que foi dito na sessão de ontem contra o requerimento que ora é submetido ao Plenário do Senado para adiar a votação da Lei do Inquilinato.

Gostaria apenas, Sr. Presidente, de aduzir o pronunciamento do General João Baptista Figueiredo, no Clube Pinheiros, que diz o seguinte:

**"TEMOS DE ABOLIR A DENÚNCIA VAZIA"**

O General Figueiredo fez o seguinte discurso, no clube Pinheiros:

"Minhas senhoras, meus senhores:

"Não há brasileiro que, vindo de São Paulo, deixe de sentir o justo orgulho com que sempre participamos dos grandes feitos. Experiência com sabor de abertura, é sempre renovada com prazer porque, como eu, está indissoluvelmente ligado à terra e à gente paulista.

"Não faltam, porém, aqueles que se assustam com a grandeza de São Paulo. É como se preferissem a igualdade na penúria, a irmandade na pobreza, a equidade na indigência. Como se, não podendo todos progredir igualmente, devêssemos todos fenecer juntos.

"Rejeitando essa e todas as outras aproximações negativas às desigualdades e desequilíbrios existentes no País. Acredito que só haverá Brasil rico, se São Paulo continuar a crescer e a enriquecer. Mas, penso também: São Paulo só prosperará na medida em que o restante do Brasil saia da estagnação ou do subdesenvolvimento.

"Conseqüentemente, devemos agir para nivelar por cima, não por baixo. Se assim não pensarmos, teremos de aceitar a injustiça como regra de comportamento social. Sabendo que, mais cedo ou mais tarde, conduzirá à revolta e à convulsão.

"Esse momento implica, em primeiro lugar, em que todos participem com mais justiça nos frutos do trabalho de todos. Conclamo, por esta razão, os empresários paulistas a intensificarem a presença civilizadora de seus investimentos nos demais Estados. São Paulo não querará ser o escaudouro dos sem trabalho. Sem trabalho do Norte e do Sul. A geografia deve ser expressão de diferenciação, mas não de discriminação. De sua parte, São Paulo precisa de consumidores e fornecedores em todo o Brasil.

"Como tantos antes de mim, andei pelo Brasil, falei com o povo e ouvi suas aspirações. Sei, por isso, que a missão primeira, verdadeiro sacerdócio do governante, será estimular e coordenar o esforço fraterno e solidário de todos, no sentido de corrigir as iniqüidades, suprimir os fatores de desigualdade e a todos assegurar oportunidades de acesso e participação na riqueza nacional.

"Não nos esqueçamos de que, aqui mesmo, nesta São Paulo, por tantos títulos gloriosa, convivem a riqueza e a miséria. A abundância, com o desperdício, o desconforto, a fome, a doença, o analfabetismo, o subemprego, a promiscuidade.

"Penso, pois, que o desenvolvimento será de todos. E que ninguém seja privado dos seus benefícios, em nome de um elitismo mal disfarçado, ou em razão da doença, da subalimentação, de acidentes de nascimento, origem, raça ou cor.

"Nem pode a cidade continuar a exigir de seus cidadãos que, todos os dias, percam horas e horas de vida, no trajeto de casa para o trabalho. Nem que as fontes elementares de vida, como o ar e as águas, sejam diariamente convertidos em agentes de destruição e doença.

Nem que as vias públicas — acessíveis, em nossa infância, aos folguedos das crianças — se convertam em pistas de velocidade, carreiras de morte.

"Nem falem às crianças as escolas, por lhes faltar uma roupa simples que cubra sua nudez pura, ou um calçado que lhes abrigue os pés. Nem deixe a mãe de ir ao trabalho, por

não ter onde deixar os filhos. Nem perca o trabalhador sua casa, quando perder o emprego ou a prestação subir demais. Nem fique sem emprego, por capricho do patrão, ávido de alugar mão-de-obra cada vez mais barata. Respeitada a economia das empresas, haverá que compatibilizar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço com um mínimo de segurança no emprego.

"Nem seja o domingo dia de aborrecimento para aqueles que só vivem para trabalhar. Nem lhes falte um pouco de distração sadia, férias recuperadoras, aposentadoria recompensadora. Mas que se assegure efetivamente uma pensão adequada aos mais idosos e aos inválidos. E há que proteger os benefícios — e a sua base de cálculo contra os efeitos da inflação.

"Nem falte pão nas casas. Quem pode aspirar a coisas grandes, com a panela vazia? Nem tenham os jovens que abandonar a escola, por falta de meios.

Nem seja a escola fator de frustração. Nem haja profissionais sem profissão definida. Nem profissões sem profissionais.

"Reconhecidamente, há ainda, largos segmentos da população especialmente mulheres e crianças... fora dos benefícios dos trabalhadores rurais aos do empregado urbano. Sem isso, como fixar o homem ao campo?

"No setor da assistência médica, temos de encontrar maneiras de compatibilizar seus custos com a ampliação necessária dos serviços. preocupa-me, nesse particular, os menores desassistidos ou marginalizados, os idosos, os excepcionais.

"Problemas como os que acabo de me referir são de estruturação social mais profunda. Portanto, só se resolverão na medida em que o País se desenvolver e que a distribuição da renda se faça de modo mais equitativo. Enquanto isso não for possível, será necessário, pelo menos, encontrar soluções que minorem perceptivelmente sua gravidade e permitam o ingresso ou reingresso dos atingidos por eles nas relações sociais e na força de trabalho.

Mas, Sr. Presidente, chamo, agora, a atenção da Casa para este parágrafo de S. Ex<sup>a</sup>, o General João Baptista Figueiredo, no Clube Pinheiros:

"A mesma preocupação haverá de fazer-se sentir nos programas de habitação para o povo. Precisamos assegurar a posse de uma casa simples, mas limpa, a todos os que trabalham regularmente. Temos, também, de abolir a chamada "denúncia vazia", fator de intranquilidade e insegurança para os que são inquilinos por necessidade, não por opção.

Temos, ainda, muito a fazer pelos que trabalham. Não posso esquecer o sofrimento de tantos e tantos brasileiros, cuja única remuneração é o prato de comida que lhes deu o nome de "bóias-frias". Tanta pobreza e tanta miséria são incompatíveis com o espírito de caridade que anima os brasileiros e forma sua personalidade.

Temos de assegurar, ainda, efetiva participação dos trabalhadores nas negociações e decisões que afetam mais diretamente seus interesses legítimos.

Tenho para mim a certeza tranqüila de que essas aspirações sociais só podem ser equacionadas e atendidas no quadro de um empresariado forte, voltado para o progresso de suas empresas e do País. Cada uma delas representa um custo determinado, que só poderá ser pago dentro de um clima de produtividade e remuneração satisfatória dos investimentos.

O Brasil optou definitivamente pelo sistema capitalista. No meu governo, a regra será estimular o capital e desempenhar o seu duplo papel: desenvolver a economia, sem prejuízo de sua eminente função social.

Sei também que os empresários encontram desestímulos e dificuldades sem conta no seu trabalho. Quero reafirmar,

aqui e agora, que pretendo conter a estatização da economia, fora daqueles casos especiais, previstos na Constituição. Pretendo desestatizar tudo o que puder ser mais bem administrado por particulares.

Pretendo, também, dedicar-me a reformar o sistema tributário, complexo e freqüentemente irracional. E, na medida do humanamente possível, superar a insensibilidade tão comum entre os técnicos e burocratas, que não compreendem os negócios, hostilizam o lucro e desconfiam dos que os usam.

Pretendo, também, que as decisões importantes, e que afetam as empresas, não sejam tomadas sem consulta aos interesses legítimos, por elas afetadas.

Sei que a tarefa é gigantesca. Sei, também, que não faltou, nestes 14 anos de Governos revolucionários, o esforço sincero para resolvê-la. O que prometo é continuar. Lutar para ganharmos tempo, na adoção das reformas econômicas e sociais de que precisamos, tanto quanto das políticas.

Inspirado pelo exemplo de insuperável dedicação e patriotismo do eminente Presidente Ernesto Geisel, vamos continuar a trabalhar. Vamos ouvir os trabalhadores, os empresários, os profissionais liberais, de forma a aumentar o nível de participação nacional nas grandes e importantes decisões que determinarão o rumo da Nação brasileira.

Não será fácil. O desenvolvimento econômico e o aperfeiçoamento das instituições democráticas exigem muito trabalho, paciência, humildade e perseverança. Só assim podemos receber com humildade a crítica séria e meditada, que precisa ser ouvida e respondida de boa fé.

Porque o que todos queremos, o que a todos interessa, o que de que todos carecemos, é de um Brasil maior, mas justo, no qual cada um encontre sua oportunidade.

Essa a Pátria pela qual lutarei sem trégua, enquanto Deus me der forças. Esse o compromisso que assumo perante os brasileiros, que vêem, na pujança de São Paulo, o seu ideal. O objetivo a atingir.

Muito obrigado."

Creio, Sr. Presidente, que o Senador da Oposição aqui poderia parar de falar, para que o futuro Presidente da República tentasse, nessas suas palavras em 19 de outubro de 1978, no Clube Pinheiros, sensibilizar a Liderança do Governo, nesta Casa, para que aprovasse, ainda hoje, a Lei do Inquilinato, e para recordar também Sr. Presidente, que em 1976, precisamente a 30 de novembro de 1976, o Senado Federal, por unanimidade, aprovava o nosso Projeto que extinguiu a denúncia vazia. Por incrível que pareça, Sr. Presidente e Srs. Senadores, verificando a lista de presença dos Srs. Senadores, deparo que presente estava o autor das duas emendas apresentadas, aqui, em Plenário, ontem; presente estava o nobre Líder, Sr. Senador Eurico Rezende; como presente estava, também, na época, o nobre Líder, o Sr. Senador Petrônio Portella, que na época, Sr. Presidente, em 1976, teve a sensibilidade de, em nome da ARENA, em nome do Governo que aqui representava na época, como Líder, de aprovar a extinção da denúncia vazia.

Razão pela qual, Sr. Presidente, pouca coisa quero aduzir ao que falei ontem, na esperança de que a ARENA tenha a sensibilidade para aprovar ainda hoje a Lei do Inquilinato. (Muito bem!)

O Sr. Orestes Quércia (MDB — SP) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — V. Ex<sup>a</sup> não poderá usar da palavra, na forma regimental. Estamos em votação. O encaminhamento de votação é feito por um Líder de cada Partido. Falou o Líder Itamar Franco.

Vou submeter a votos o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Vai-se proceder à verificação requerida pelo Líder Itamar Franco.

Vamos suspender a sessão por dez minutos para convocar os Srs. Senadores, que se encontram nos seus gabinetes, ao plenário, a fim de procedermos à verificação.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 59 minutos e reaberta às 16 horas e 8 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Está reaberta a sessão.

Vai-se passar à verificação de votação. Os Srs. Líderes votarão em primeiro lugar, votando em seguida os Srs. Senadores. Os Srs. Senadores podem votar. (Pausa.)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Eurico Rezende — Altevir Leal — Gustavo Capanema — Helvídio Nunes — Renato Franco — Ruy Santos — Virgílio Távora.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Paulo Brossard — Henrique de La Rocque — Magalhães Pinto — Agenor Maria — Amaral Peixoto — Evelásio Vieira — Itamar Franco — Leite Chaves — Nelson Carneiro — Vilela de Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Votaram favoravelmente ao requerimento, 7 Srs. Senadores; contra, 10 Srs. Senadores. Não há quorum. Em consequência, fica a votação do requerimento adiada para a próxima sessão, sobrestada a discussão do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Em virtude da falta de quorum, ficam igualmente adiadas as demais proposições constantes da Ordem do Dia, todas em fase de votação.

São os seguintes os itens adiados:

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1977 (nº 1.048-B/75, na Casa de origem), que considera atividade penosa e perigosa a de motorista profissional, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 270 e 271, de 1978, das Comissões:

— de Legislação Social, favorável; e

— de Saúde, contrário.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1978 (nº 5.454-B/78, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre a profissão de jornalista, tendo

PARECERES, sob nºs 737 e 738, de 1978, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Legislação Social, favorável.

— 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1978 (nº 137-B/78, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas à Convenção da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (OMCI), no seu X período de sessões ordinárias, em Londres, aprovadas em 17 de novembro de 1977, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 735 e 736, de 1978, das Comissões:

— de Relações Exteriores; e

— de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

— 4 —

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 238, de 1976 — Complementar, do Senhor Sena-

dor Vasconcelos Torres, que inclui os contribuintes individuais da Previdência no Plano de Integração Social, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 320, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

— 5 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 201, de 1978, do Senhor Senador Mendes Canale, que dispõe sobre desligamento e filiação partidária de candidato a cargo eletivo, tendo

PARECER, sob nº 743, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável.

**OSR. PRESIDENTE (José Lindoso)** — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Otto Lehmann.

**OSR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O Governo brasileiro se faz representar anualmente na Organização das Nações Unidas também por Delegação de Observadores Parlamentares do Senado e da Câmara dos Deputados. Este ano fui honrado com a inclusão de meu nome entre os Delegados que assistiram aos trabalhos da Assembleia-Geral daquele Parlamento Mundial, no período de 20 de outubro a 20 de novembro, em Nova Iorque, época de relevantes trabalhos na atual 33ª Sessão da ONU.

De início desejo deixar registrado voto de louvor à Representação brasileira às Nações Unidas, que se destaca amplamente pela eficiência e capacidade de que dá mostras, assumindo na grande Assembleia papel de destacada relevância. Participando de perto das atividades de nossos Representantes, pude constatar *de visu* a importância e o alcance de suas intervenções, a proficiência com que os diplomatas brasileiros desempenham a missão que lhes é confiada por nosso Governo.

Não é de hoje que a Diplomacia nacional se sobressai no concerto das nações civilizadas. Bastaria mencionar a alta demonstração de sabedoria e descortino dada por Rui Barbosa em Haia, ou por Epitácio Pessoa na Conferência de Versalhes, para que se tenha a medida exata da responsabilidade de nossos Representantes, hoje, em congressos internacionais. Herdeiros de tradições de tal porte, nossos Delegados à Organização das Nações Unidas não desmerecem das altas lições aprendidas na Casa de Rio Branco. É sob a égide deste nome, à sombra das lições de Paranhos, um dos excelsos nomes da Diplomacia Sul-americana, que os representantes brasileiros vêm desempenhando o *munus* que lhes cabe, elevando o nome do Brasil entre as nações civilizadas no mais alto fórum contemporâneo.

Criada a 26 de junho de 1945, no encerramento da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, realizada em São Francisco, a Organização das Nações Unidas nestes três conturbados decênios da História mundial vem mantendo admirável postura de coerência e dignidade, estritamente fiel à Carta que definiu seus propósitos e princípios: manter a paz e a segurança internacionais, mediante tomada de medidas coletivas destinadas a reprimir atos de agressão e solucionar controvérsias e situações que possam levar à perturbação da paz.

Neste sentido, tem a ONU por finalidade desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos; conseguir a cooperação internacional para resolver problemas de caráter econômico, social, cultural ou humanitário; promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

No intuito de lograr estes altos objetivos com a imparcialidade e a equanimidade desejáveis, os Estados-membros vêm honrando o compromisso assumido de procurar resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos e, em consequência, evitar em suas relações a ameaça ou o uso de força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado.

Fundada inicialmente com cinquenta e um membros, a Organização das Nações Unidas vê em nossos dias estendida sua representação aos limites mesmo da universalidade, com a paulatina ampliação de seus quadros, que abrangem hoje, com a admissão de numerosos Estados de independência recente, praticamente a totalidade das nações civilizadas. Vem a ONU, nesta 33ª Sessão da Assembleia-Geral, a admitir seu centésimo quinquagésimo membro, com o ingresso em seu augusto recinto das Ilhas Salomão, arquipélago do Pacífico Sul ultimamente tornado soberano.

É precisamente sob este aspecto que desejo chamar mais particularmente a atenção de meus ilustres Pares. Na medida mesmo em que a ONU acolhe essas jovens nações emergentes com toda a carga de problemas e de injunções que a independência, a quebra da tutela metropolitana acarretam, ela se afirma como grande fórum do mundo contemporâneo, assumindo amplamente a projeção histórica que seus princípios, há trinta anos, previam.

É realmente um espetáculo emocionante encontrar convivendo sob o mesmo teto, em plena igualdade, as antigas e veneráveis nacionalidades européias, as representações americanas e as recentes nacionalidades, notadamente as africanas e asiáticas. Não se poderia imaginar confraternização ecumênica mais ampla e enobrecedora do que essa. Recordei-me, face à essa esplêndida realidade, da clarividência de nosso Rui Barbosa, reivindicando, no início do século, o princípio jurídico da igualdade entre as nações, do direito que deveria assistir os pequenos países de se assentarem nas assembleias internacionais, ao lado dos representantes das grandes potências, numa afirmação basilar da representatividade democrática. Não é, efetivamente, a prioridade econômica, militar ou cultural que assoma nas assembleias das Nações Unidas, mas sim a grande prioridade anterior, a prioridade conferida pela igualdade entre os povos, postulado humanístico que em nossos dias encontra sua plena realização.

Pode-se realmente afirmar que o antigo e aparentemente irrealizável ideal de organização internacional encontra hoje na ONU sua única e efetiva expressão. Desde o fim da Idade Média, quando Dante, em 1310, no seu célebre *De Monarchia*, preconizava um único império cristão para todo o mundo, inumeráveis teóricos, incontáveis homens de Estado preocuparam-se, ao longo da História do Ocidente, em justificar ou promover a existência de um organismo suscetível de congregar as nações civilizadas sob uma única jurisdição.

No século mesmo de Dante, Pierre Dubois, através do *De Recuperatione Terrae Sanctae*, propusera em 1306 a formação de um "Conselho Comum" para os soberanos da Europa. A idéia, de tão utópica, só vai reaparecer no Século XVII, com o *Nouveau Cynée*, de Emeric Crucé, estampado em 1623, e com o *Grand Dessein*, que o Duque de Sully, Ministro de Henrique IV, publica em 1638. Delineiam-se nesses textos veneráveis os primeiros projetos de estrutura de uma organização internacional, idéia a que o Abade de Saint-Pierre, em 1713, no seu *Projet de Paix Perpétuelle*, dá contornos mais definidos e aplicáveis.

No Século XVIII, dois dos maiores espíritos da civilização ocidental, Rousseau e Kant, terão sua atenção voltada para o problema. O primeiro, em 1782, no *Jugement sur la Paix Perpétuelle*, o segundo, em 1795, no *Zum Ewigen Frieden*, argumentam poderosamente a favor da necessidade do estabelecimento permanente da paz entre as nações.

Em idêntico sentido, mas ainda no puro terreno das idéias, opinaram muitos outros pensadores e filósofos, entre os quais cumpre destacar os ingleses Jeremy Bentham, no seu *Plan for an Universal and Perpetual Peace*, aparecido em 1823, e James Mill, cujo *Law of Nations*, escrito em 1820, constitui um dos documentos básicos do ideal de conagração universal.

A partir da segunda metade do Século XIX os sentimentos de aversão à guerra passam a empolgar entidades particulares e a orientar a política de círculos governamentais. Sociedades ou ligas pela paz, de iniciativa privada, são criadas na Europa e nos Estados Unidos. Concomitantemente convocam-se congressos e assembleias com ideais pacifistas. No setor público as grandes potências européias promovem as Conferências de Haia, a primeira em 1899 e a

segunda, de que participa o ínclito Ruy Barbosa, em 1905. Nesses encontros aprovam-se convenções tendentes a humanizar e codificar as chamadas "leis de guerra" e a estabelecer sistemas de arbitragem internacional.

Com a Liga das Nações, cujo estatuto, por inspiração do Presidente Woodrow Wilson, dos Estados Unidos, foi anexado aos tratados que puseram fim à Primeira Guerra Mundial, surge a primeira organização de âmbito universal dedicada à manutenção da paz e fundada na vontade expressa dos Estados participantes de renunciar à guerra como instrumento para a solução das controvérsias internacionais.

A Liga das Nações, contudo, falhou em seus propósitos, não conseguindo evitar a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Entre as causas geralmente apontadas para explicar a falência da Liga sobressaem a não participação dos Estados Unidos nos trabalhos do organismo de Genebra; defeitos de estrutura e funcionamento, como, por exemplo, o requisito da unanimidade para a aprovação de medidas destinadas à solução de conflitos ou à revisão de tratados, cujas cláusulas fossem consideradas perturbadoras da paz, destacando-se nesse particular as disposições do Tratado de Versalhes que acabaram por motivar as reivindicações revisionistas de Hitler, sua ascensão ao poder e toda a lamentável política de guerra do nacional-socialismo alemão.

Tudo indica, Senhor Presidente, que essa dura experiência do passado frutificou em realismo e em senso prático. Sucedendo à Liga das Nações, a Organização das Nações Unidas, nos trinta anos de sua existência, não tem feito outra coisa senão evitar, graças a procedimentos mais democráticos, segundo estrutura constitucional mais flexível, os erros e desacertos que levaram a entidade anterior à inoperância e ao descrédito.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP) — Ouço V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Senador Otto Lehmann, na qualidade de Observador Parlamentar à Assembleia da ONU, que se realiza este ano, V. Ex<sup>a</sup> está prestando contas de sua atividade e também dando ao Senado a sua opinião acerca do que representa aquele Organismo e sua meta de realizar a paz e a harmonia entre as nações. E V. Ex<sup>a</sup> faz muito bem em prestar esse depoimento, porque é nessas observações e no conhecimento que o Congresso tem da ONU que ele se posiciona em relação ao grande organismo internacional. E na ONU, em Nova Iorque, o Brasil está maravilhosamente representado, não só na sua apresentação funcional, eu me refiro, mesmo, a sua projeção física: o próprio prédio da ONU, como V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento, surgiu da concepção do grande arquiteto Niemeyer, brasileiro, que também concebeu este Parlamento e o conjunto arquitetônico de Brasília. Nos salões principais da ONU estão dois painéis maravilhosos em tonalidades azul e rosa, ao que me parece, de autoria também de outro grande brasileiro, que foi Portinari. Por conseguinte, a presença do Brasil é sensível, de logo, à chegada da ONU no seu majestoso conjunto arquitetônico e nos seus mais expressivos quadros pictóricos. Eu gostaria, também, de dar conhecimento ao Senado, de que a nossa representação na ONU, a representação efetiva, é da mais alta qualificação, com o nosso Embaixador, que lá tem estado, ao longo desses anos, um homem de reconhecida qualificação profissional e seriedade, de grande conhecimento, grande cultura histórica e grande habilidade parlamentar, que é o embaixador Sérgio Corrêa da Costa, com quem V. Ex<sup>a</sup> deve ter privado durante essa sua permanência, naquele organismo. Na ONU estão juristas de alta qualificação, como é o caso de Franchini Neto, professor da Faculdade Nacional de Direito, e que, ao longo dos anos, tem prestado serviços ao Brasil, naquela Organização. Tem estado também outro grande jurista, nome de grande respeitabilidade nacional, que é o Embaixador Sette Câmara, recentemente eleito para a nossa representação na área.

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP) — Vou referir-me à eleição de S. Ex<sup>a</sup>, posteriormente em meu discurso, pois eu a assisti.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — E, além do mais, uma grande gama de funcionários novos do Itamaraty, secretários, conselheiros, funcionários que têm prestado relevantes serviços ao Brasil na Organização das Nações Unidas, que têm sabido honrar o nosso nome, e que, além do mais, naquela convivência internacional, estão formando um patrimônio cultural e de tal sorte e de tal experiência que poderão ser cada vez mais úteis nessa tarefa de representação. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> e sou, nesta Casa, um defensor integral da ONU; e quanto mais ela estiver apagada nos seus serviços, quanto mais ela estiver silenciada e ausente dos jornais melhor, porque é uma demonstração de que está havendo paz, da qual é ela guarda vigilante. E todas as vezes que há tumulto e pressões é para aquele recinto que os grandes conflitos se dirigem, e é importante que a Humanidade mantenha aquele organismo cada vez mais prestigiado, porque nós temos a certeza de que os canhões somente dispararão quando já não houver possibilidade de entendimento entre os homens que representam os seus países na Organização das Nações Unidas. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP) — Agradeço, nobre Senador Leite Chaves, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e endosso as referências que fez aos nossos diplomatas que ali exercem as suas funções, e devo dizer que também V. Ex<sup>a</sup> deixou, como Observador Parlamentar que foi naquela instituição, e, sobretudo na sede da Missão Brasileira, uma impressão positiva que bem marca a personalidade de V. Ex<sup>a</sup> Agradeço o seu aparte.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Peço um aparte.

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP) — Ouço a V. Ex<sup>a</sup>, ilustre Senador Dirceu Cardoso.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Nobre Senador Otto Lehmann, pela primeira vez estou ouvindo no Senado um relato por parte de um Senador que integrou a Delegação Brasileira à Organização das Nações Unidas. O que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo é incomum, aqui no Senado, porque todos aqueles que têm ido à ONU ou participado de reuniões internacionais, voltam para o Senado e nada dizem a respeito da sua representação, de seu trabalho. Quero destacar em V. Ex<sup>a</sup> aquele Senador que é um refolho daquela levada de sangue que para cá a Alemanha mandou, há 150 anos, que já repontou aqui no recinto desta Casa, nos Lindembergs, nos Borgnhausens, nos Beckers, e em V. Ex<sup>a</sup>, filho daquela alma, daquele espírito, daquele coração e daquele sangue germânico que, instilado na vida paulista, no Vale do Paraíba, hoje aqui veio, depois de ter prestado, em São Paulo, em posição de destaque, uma valiosa contribuição e inestimáveis serviços ao povo paulista.

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP) — Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — V. Ex<sup>a</sup>, que já integrou representações internacionais nossas na Espanha; já integrou representação na ONU, assisti ontem...

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP) — Estivemos juntos no México.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — No México, exatamente. Juntos não, V. Ex<sup>a</sup> era uma figura destacada e eu era um cerra-fila da nossa delegação.

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP) — V. Ex<sup>a</sup> era e é um brilhante Senador, um ilustre jurista e um eminente brasileiro.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — V. Ex<sup>a</sup>, a quem eu assisti ontem receber a mais alta condecoração do governo alemão, posta no seu peito pelo Sr. Embaixador, em nome do Presidente da República Federal da Alemanha, que considerou V. Ex<sup>a</sup> como um descendente da Pátria alemã, por relevantes serviços prestados a esse país. Reconheço em V. Ex<sup>a</sup> o homem que tem servido a duas



pátrias: ao Brasil, que é a sua Pátria e tem servido, também, na aproximação germano-brasileira, à Alemanha, pátria de seu pai. Ontem ouvi a exaltação feita pelo Sr. Embaixador a V. Ex<sup>a</sup>, ao lhe entregar a mais alta condecoração — Grande Oficial da Ordem do Mérito — da República Federal da Alemanha pelos relevantes serviços prestados na aproximação do Brasil e da Alemanha. Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> vai-se despedir desta Casa, mas fique certo de que vai deixar aqui um claro na representação de São Paulo e entre aqueles que integram este Senado. Em tudo em que V. Ex<sup>a</sup> tomou parte, sempre deixou uma nota das suas altas qualificações, do seu alto caráter, do seu espírito, de sua cultura e de sua inteligência peregrina.

**O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP)** — V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, me sensibiliza com suas palavras sempre generosas e amigas. Desde que entrei para esta Casa, nobre Senador Dirceu Cardoso, tive em V. Ex<sup>a</sup> um colega que em pouco se tornou um amigo fraternal. Orgulho-me da amizade de V. Ex<sup>a</sup> e peço licença para dizer que essas palavras que V. Ex<sup>a</sup> me dirigiu, neste aparte que tanto me honrou e sensibilizou, são frutos do coração generoso de V. Ex<sup>a</sup>. Muito grato.

**O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE)** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP)** — Tenho o prazer de ouvir o nobre Senador Mauro Benevides.

**O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE)** — Nobre Senador Otto Lehmann, também eu faço questão de incluir-me entre os admiradores e amigos de V. Ex<sup>a</sup>, entre aqueles que acompanham de perto a sua profícua atuação parlamentar, como representante do grande Estado de São Paulo. E gostaria, neste ensejo em que o aparteio, de ressaltar essa posição correta assumida por V. Ex<sup>a</sup> de, após cumprir aquela delegação honrosa desta Casa e do Governo junto à ONU, vir ao plenário fazer a respectiva prestação de contas. Experimentei, como V. Ex<sup>a</sup>, a oportunidade de, no ano passado, igualmente integrar a delegação brasileira junto à XXXII Assembléia Geral e ali pude recolher observações valiosas que, se não foram transmitidas formalmente ao Plenário, como o faz V. Ex<sup>a</sup> na tarde de hoje, foram levadas à Mesa e, de forma particular, ao Presidente Petrônio Portella, exatamente porque no meu retorno esta Casa encerrava a sessão legislativa do ano transato. Durante aqueles trinta e tantos dias que passei em Nova Iorque, pude aferir, realmente, na convivência diária em todas as comissões das Nações Unidas, desde a primeira à VI Comissão, o trabalho extraordinário levado a cabo por aquela instituição em favor da paz mundial. Ali mantivemos contato permanente com o nosso grande Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, com a sua equipe de ministros, secretários, de conselheiros, de diplomatas da maior qualificação, que prestam, no desempenho das suas tarefas, inestimáveis serviços ao nosso País. Ali, também, convivemos de perto com o Embaixador Sette Câmara, um dos mais destacados integrantes da VI Comissão da ONU, agora mesmo distinguido por seus méritos, pela sua competência, pelo seu talento, para compor a Corte Internacional de Haia, na condição de representante do nosso País. Portanto, nobre Senador Otto Lehmann, as minhas congratulações a V. Ex<sup>a</sup> pelo fiel, pelo cabal desempenho da missão que lhe confiou o Senado Federal, em 1978, na condição de Observador junto à XXXII Assembléia-Geral da ONU.

**O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP)** — Nobre Senador Mauro Benevides, agradeço as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, registrando com prazer o seu aparte. Devo dizer que também V. Ex<sup>a</sup> deixou de sua personalidade a marca entre os diplomatas que trabalham na ONU. Vários deles, senão todos, se referiam a V. Ex<sup>a</sup> pela dedicação e interesse com que V. Ex<sup>a</sup> acompanhou aqueles trabalhos. E eu mesmo, antes de iniciar a minha viagem a Nova Iorque, tive oportunidade de buscar junto a V. Ex<sup>a</sup>, pela sua serenidade, pela sua tranquilidade, pela sua cultura e pela sua experiência, lições que me facilitaram os primeiros passos naquele foro internacional. Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA)** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP)** — Ouço, com muito prazer, o nobre Senador Heitor Dias.

**O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA)** — Não tive a oportunidade de integrar a honrosa comissão junto à ONU com V. Ex<sup>a</sup>. Mas não precisaria ir até lá para sentir que V. Ex<sup>a</sup> cumpriu brilhantemente a sua missão e o seu dever. É que V. Ex<sup>a</sup> é um homem que sabe unir a sua acuidade com o que pode sentir em detalhes as matérias, os projetos, as várias proposições, os vários assuntos em discussão, com o cavalheirismo com que V. Ex<sup>a</sup> congrega amigos, sabe fazê-los e mantê-los. A sua passagem por esta Casa deu ensejo a que V. Ex<sup>a</sup> revelasse o que é a sua personalidade marcante, ao lado da sua fidalguia para com todos os seus colegas. Por isso associo-me, com prazer, aos aplausos que V. Ex<sup>a</sup> está tendo, no momento, de seus colegas e também aos aplausos que obteve na representação de comissão junto à ONU.

**O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP)** — Fico imensamente agradecido a V. Ex<sup>a</sup> que, nesta tarde, mais uma vez, me dá a certeza da sua fraternal amizade e da estima que tem para com este seu modesto colega, que a retribui com toda a sinceridade.

Sabe V. Ex<sup>a</sup> que nós, aqui, tantos nos aproximamos que até nos tornamos vizinhos, no terceiro andar do bloco em que residimos nesta Capital. E essa aproximação quero manter para o futuro, esperando que V. Ex<sup>a</sup>, quando for a São Paulo, saiba que a nossa casa é a sua casa. Espero também um dia ir à Bahia para cumprimentá-lo como um dos diletos companheiros deste Senado. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Henrique de La Rocque (ARENA — MA)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP)** — Com muito prazer, nobre Senador Henrique de La Rocque.

**O Sr. Henrique de La Rocque (ARENA — MA)** — Felicito ao nobre Senador pela merecida comenda com que lhe premiou a República Federal da Alemanha e esse acontecimento é exatamente nas proximidades em que o brilhante representante do Estado de São Paulo deixa o Senado da República, cercado do respeito e da admiração de todos os seus componentes. V. Ex<sup>a</sup> em São Paulo firmou um conceito e o firmou porque em todas as funções que lhe foram delegadas soube cumpri-las atento aos deveres morais e éticos que as mesmas lhe impunham. Receba, pois, após essa trajetória na Câmara Alta deste País, quando com brilho se desempenhou da árdua função da Vice-Liderança da Maioria, após peregrinar com sucesso e brilho também no Tribunal de Contas, receba, repito, nobre companheiro, a renovação da nossa velha estima e da nossa irreversível amizade. V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Otto Lehmann, deixa esta Casa, indiscutivelmente, com a admiração de todos os seus companheiros.

**O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP)** — Nobre Senador Henrique de La Rocque, ouvi neste aparte que tanto me emocionou, a palavra de um velho amigo de 30 anos atrás, que tem sido meu companheiro em linhas partidárias, em posições de defesa de princípios nacionais. Por uma destas coisas do destino, sempre estivemos juntos nas horas mais difíceis que esta Nação atravessou. De forma que o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, embora eu o incorpore com muito orgulho ao meu discurso, sou obrigado a reconhecer, é fruto dos seus generosos sentimentos de fraternidade e de amizade.

Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>

Prossigo, Sr. Presidente.

Dando, obediente aos princípios de sua Carta, particular atenção ao encaminhamento pacífico das controvérsias, e procurando, mediante intervenção preventiva do Conselho de Segurança ou da Assembléia-Geral, evitar o surgimento de atritos e hostilidades, vem sendo a Organização das Nações Unidas a principal responsável pela manutenção de condições estáveis no planeta.

O papel de relevante projeção histórica desempenhada pelas Nações Unidas consistiu na política de amparo às aspirações dos povos dependentes, através da fixação de metas e padrões capazes de acelerar a emergência de seu estatuto independente. Na duas primeiras décadas de sua existência, mais de quarenta territórios se converteram em Estados Soberanos, destacando-se, nessa matéria, a Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais, solenemente aprovada pela Assembleia-Geral a 14 de dezembro de 1960, data histórica que deu seguimento às normas constantes do capítulo XI da Carta das Nações Unidas, intitulado "Declaração relativa a territórios sem governo próprio". Cria-se, assim, um sistema de tutela internacional para a administração de territórios sob mandatos estabelecidos pela Liga das Nações após a Primeira Guerra Mundial; territórios desanexados pelas potências do Eixo como resultado da Segunda Guerra Mundial, e territórios voluntariamente colocados sob o sistema de tutela internacional. Um conselho, composto de oito membros, fiscaliza o funcionamento do sistema. No campo dos territórios sem governo próprio, a ONU, além de contribuir para a transformação em Estado independente de vários dentre eles, cuidou especialmente de fazer com que a República da África do Sul colocasse o Sudoeste da África sob o sistema de tutela e levou Portugal a conceder independência a Angola, Moçambique, etc.

Observador Parlamentar do Brasil, compareci inicialmente à Primeira Comissão, encarregada dos assuntos relacionados com o Desarmamento, examinando-se na ocasião o relatório do Secretário-Geral da ONU sobre os resultados da 10ª Sessão Especial da Assembleia. Especialmente convocada para o exame conclusivo do problema, teve tal Assembleia como objetivo dar novo impulso às negociações multilaterais sobre tema tão complexo, cuja apreciação tem produzido poucos progressos, malgrado a atenção que lhe vem sendo dada ao longo dos anos pelas Nações Unidas.

O "Documento Final", redigido pela 10ª Sessão Especial, recebeu do Chanceler Azeredo da Silveira, no discurso de abertura dos debates da Assembleia-Geral, severa análise, cujos ecos ainda encontrei ao chegar. Exprimiu com franqueza, Sua Excelência, naquela oportunidade, o desapontamento de nossa diplomacia com os resultados da Sessão Especial, já que o Brasil alimentava a esperança de que fosse dado um primeiro passo, ainda que modesto, à solução do problema prioritário do desarmamento, o referente às armas nucleares.

Conferindo desproporcional importância a aspectos secundários, como a limitação dos armamentos convencionais, e os aspectos regionais do desarmamento, o "Documento Final" absteve-se de incluir as sessões relativas às armas nucleares, cujas conclusões, se não foram suprimidas, tornaram-se ambíguas na redação do texto final.

O Sr. Nelson Carneiro (MDB — RJ) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP) — Com muita honra, nobre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro (MDB — RJ) — Eu acompanhava, do gabinete, o notável discurso que V. Exª está pronunciando. Venho, apenas, ratificar as palavras do nobre Senador Dirceu Cardoso. Companheiro de V. Exª na Comissão de Constituição e Justiça, quero aqui descrever aquelas afirmações, que traduzem o pensamento de quantos acompanharam a trajetória, infelizmente breve, de V. Exª nesta Casa.

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP) — Muito grato a V. Exª, nobre Senador Nelson Carneiro, em que eu vejo um companheiro, um amigo, como vejo amigos em todos os Senadores, mas V. Exª realmente pelos nossos trabalhos na Comissão de Constituição e Justiça fez com que nos aproximássemos; ainda que advogados militantes geralmente nos entendíamos nos temas que ali examinávamos. A amizade, a cordialidade e a estima de V. Exª são motivos de grande honra para mim. Muito grato a V. Exª

Em sua oração, o Chanceler Azeredo da Silveira defendeu nitidamente a tese de que o desarmamento há que ser promovido de

forma integrada e universal, reconhecendo-se a prioridade absoluta e indisputável do desarmamento nuclear.

Todas as iniciativas nesse campo, afirmou, devem ser necessariamente tomadas em escala global e à luz de garantias efetivas e concretas dos países armados nuclearmente de que não utilizarão esse potencial, nem o ameaçarão, contra países que não dispõem de tal tipo de armas.

Foi segundo essa tomada de posição que já no contato inicial com a ONU, a 25 de outubro, ouvi do Delegado do Brasil, Ministro Carlos Bueno, palavras reiterando a posição do Brasil na Primeira Comissão da ONU. "Minha declaração, disse o Diplomata patricio, considera que, até que sobrevenha o desarmamento nuclear, as condições de segurança para os Estados que não dispõem de armas nucleares têm de se basear em compromissos concretos e inequívocos por parte dos Estados que dispõem daquelas armas. Estes Estados devem de forma explícita e inequívoca respeitar as zonas desnuclearizadas, bem como oferecer garantias concretas de que não usarão ou ameaçarão usar armas nucleares contra aquelas zonas".

Boa repercussão obtiveram tais palavras na Comissão, acolhidas que foram tanto por Delegações latino-americanas, quanto europeias, asiáticas e africanas, que as consideraram de grande relevância para os debates na ONU sobre futuras linhas de ação multilateral no campo do desarmamento.

Passei, em seguida, a acompanhar a atuação dos Delegados brasileiros na Segunda Comissão, dedicadas a temas econômicos.

Nos seus debates gerais tive o prazer de presenciar outras lúcida e relevante intervenção do Brasil. Ao analisar os indicadores econômicos mundiais, que parecem apontar, ao cabo de período de recessão econômica, prolongado e drástico, para fase de acentuada recuperação que se prolongaria pelo menos até 1985, e, ao confrontar tal recuperação da economia mundial à estagnação no campo da cooperação internacional, pediu o Brasil, que os países industrializados, tomessem, sem mais delonga, medidas efetivas para o desenvolvimento do diálogo Norte-Sul.

"Entretanto, acentuou o diploma patricio, a despeito da existência de uma previsão econômica favorável, nada indica que haja mudança nas perspectivas sombrias da cooperação econômica internacional em favor dos países em desenvolvimento. Sabemos perfeitamente, prosseguiu, que a responsabilidade principal pelo desenvolvimento permanece sendo dos próprios países em desenvolvimento, mas também sabemos que é importante a colaboração suplementar e o apoio firme de outros países em áreas fundamentais como o comércio exterior, a transferência de tecnologia, a industrialização, a transferência de recursos financeiros e a produção agrícola."

"A tendência protecionista das nações industrializadas, asseverou, não se justifica mesmo em termos puramente econômicos. Importações de países em desenvolvimento têm comprovadamente efeito mínimo na estrutura de emprego dos países desenvolvidos. Estudos feitos em um deles mostram que, entre 1962 e 1975, para cada trabalhador deslocado por importações provenientes de países em desenvolvimento, outros 48 trabalhadores perderam seu emprego em virtude de melhorias tecnológicas. De outro ângulo, o pequeno desemprego causado pelas importações provenientes de países em desenvolvimento é mais que compensado pelo número maior de empregos resultante da expansão das exportações para os países em desenvolvimento."

Referiu-se também o Delegado brasileiro ao fato do desencantamento com a atual situação no campo da cooperação internacional levar os países em desenvolvimento a procurar auxílio entre países de seu nível, circunstância na qual encontram dificuldades substanciais, mas o relativo sucesso aí encontrado certamente justifica o esforço feito.

Reportando-o ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, acentuou o Delegado brasileiro que "ao enfatizar a importância da UNEP no campo do desenvolvimento, já que os temas do meio-ambiente estão ligados a tantos campos da atividade humana, o Brasil deseja afirmar mais uma vez que continua a sustentar a tese de que o Programa para o Meio Ambiente deve ser mais

seletivo, concentrado em áreas prioritárias para evitar dispersão de recursos e desperdício de esforços. Essa preocupação do Brasil inclui o ponto de vista já expressado em várias ocasiões de que não consideramos a UNEP foro competente para a codificação do Direito Internacional no campo do meio-ambiente."

A reiterada constatação de que a Delegação do Brasil na ONU é das mais atuantes e respeitadas viu-se ainda ratificada pelas duas eleições realizadas nessa magna Assembléia durante meu período como Observador Parlamentar.

A primeira delas foi para a Corte Internacional de Justiça de Haia, cinco vagas às quais concorriam dez candidatos. Nessa disputa, o candidato do Brasil, o eminente Embaixador José Sette Câmara foi eleito no primeiro escrutínio, com 125 votos dos 150 eleitores, membros da ONU, enquanto que o candidato dos Estados Unidos obteve 103 votos, o da União Soviética, 92, o do Egito, 83, e o da Itália, 67. Concomitantemente a esse pleito a lista de candidatos foi examinada pelo Conselho de Segurança, composto de 15 membros. Catorze deles manifestaram-se favoravelmente a Sette Câmara.

Dez dias após essa vitória, o Brasil apresentou-se como candidato à reeleição para o Conselho Econômico e Social, órgão principal das Nações Unidas, ao lado da Assembléia-Geral e do Conselho de Segurança. Nosso País já exercera sete mandatos no referido Conselho, mais do que qualquer outro Estado, devendo ser o atual o quarto mandato consecutivo, fato igualmente inédito. Acresce a circunstância de que para as quatro vagas reservadas à América Latina, haviam-se apresentado quatro candidatos além do Brasil: Venezuela, Jamaica, Cuba e Barbados, países todos com forte apoio parlamentar dos grupos regionais da África e da Ásia, e, no caso de Cuba, dos países socialistas.

Dessa autêntica refrega internacional saiu-se novamente vitorioso o Brasil, cujo representante foi eleito já no primeiro escrutínio, com 107 votos, recebidos dos 143 eleitores. Cuba e Barbados não alcançaram a maioria necessária de dois terços, após o sexto escrutínio, havendo-se adiado a eleição por duas semanas consecutivas, com vistas a uma solução negociada.

O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP) — Ouço o aparte do nobre Senador Benedito Ferreira.

O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO) — Nobre Senador Otto Lehmann, estava eu realmente angustiado para participar do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, vez que caminhamos quase para a hora da saudade, a hora da nostalgia; uns chegam, outros vão. V. Ex<sup>a</sup> é daqueles que se vão, mas aqui continuam. Continua pela sua maneira amena, pelo seu trato para com seus colegas e, sobretudo, pela sua presença marcante, pela alegria irradiante que trouxe a este ambiente, até mesmo nos momentos dos debates mais acalorados, nos momentos mais difíceis das Comissões, entre nós, seus companheiros, colegas e admiradores, pudemos aprender bastante com esta sua capacidade de trabalho, com esta característica do povo bandeirante. E nós, os goianos, o Estado de Goiás, coração de nossa Pátria, onde começam e terminam todos os caminhos, os caminhos abertos pelos seus conterrâneos paulistas, precisava desta oportunidade, e que todos nós, como que já saudosos, neste seu pronunciamento, nesta prestação de contas de tão relevante missão — e que V. Ex<sup>a</sup> tão bem se desincumbiu — Goiás quer trazer as suas homenagens a São Paulo, na pessoa de V. Ex<sup>a</sup>, vez que Goiás, como coração do País, repito, não poderia estar ausente quando nesta tribuna brilha uma inteligência fulgurante como a de V. Ex<sup>a</sup>. As nossas homenagens, as homenagens sinceras dos goianos.

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP) — Nobre Senador Benedito Ferreira, devo expressar a V. Ex<sup>a</sup>, neste instante, o meu agradecimento sincero pelas gentílicas palavras de V. Ex<sup>a</sup>. Elas espelham aquilo que desejava dizer a V. Ex<sup>a</sup>, pois que, a amizade que tenho para com todos os meus colegas nesta Casa, ela, às vezes, sem que a gente queira, se torna um pouco mais acentuada para uns

e para outros. V. Ex<sup>a</sup> é uma dessas pessoas para quem a minha amizade se acentuou, de forma que é neste momento, quase que uma compensação o aparte de V. Ex<sup>a</sup> que colho e integro ao meu discurso, com muita honra. Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, essas expressivas demonstrações de confiança de seus pares, as altamente favoráveis repercussões alcançadas pelas diversas intervenções brasileiras, são a prova palpável do acerto da política externa sob a administração do Presidente Geisel, que tem granjeado ao País o relevo internacional que merece.

Efetivamente o Presidente Geisel através de diversas medidas tomadas, como a autonomia dada à nossa diplomacia ao determinar o não-alheamento automático, a adoção do chamado "pragmatismo responsável" na condução da política externa, reorientou a ação geral de nossas relações internacionais de forma a garantir-nos a possibilidade das posições a que me referi. Ernesto Geisel entrará para a História deste País, Sr. Presidente, como o estadista que presidiu a abertura do Brasil para a África, que inaugurou o estabelecimento das relações do Brasil com a Europa e a América do Norte em termos adultos, que promoveu o estreitamento mais íntimo de nosso vínculos com as nações-irmãs da América Latina.

Ainda em meu período de trabalho junto à Representação do Brasil em Nova Iorque compareci a reuniões da Quinta Comissão da ONU, dedicada a assuntos orçamentários e administrativos. O Brasil é o maior contribuinte dentre os países em desenvolvimento, para o orçamento da ONU, estando bastante à frente da Argentina, México, Índia, Irã e Arábia Saudita. Essa contribuição é fixada com base na renda nacional de cada país-membro nos últimos sete anos, corrigida a participação na renda mundial por fórmula que toma em consideração o nível de renda "per capita" em cada país. O Brasil, 18º contribuinte na atual escala de rateio entre os 150 membros, pagou no presente exercício cerca de 4 milhões e meio de dólares à ONU, sem contar a contribuição feita às forças de manutenção da paz no Oriente Médio, ao PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), ao UNICEF (United Nations International Childre's Emergency Fund) e às diversas agências especializadas do organismo internacional, tais como a UNESCO (United Nations Educational Scientific and Cultural Organization), a AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica), a OMS (Organização Mundial da Saúde), a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a FAO (Organização de Agricultura e Alimentação), o BIRD (Banco Mundial), o FMI (Fundo Monetário Internacional), a UIT (União Internacional de Telecomunicações), a UPU (União Postal Universal), a OMM (Organização Meteorológica Mundial), a OMPI (Organização Mundial de Propriedade Intelectual), o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), e outras organizações internacionais de que o Brasil é membro, e cujos orçamentos, embora rateados de acordo com a mesma escala, são separados do orçamento da própria ONU.

No próximo exercício será elaborada nova escala de rateio das despesas da ONU e das agências especializadas, com vigência trienal. Devendo então ser tomadas em considerações estatísticas relativas ao período 1971-1977, anos de acentuado crescimento econômico do Brasil, tal fato levará fatalmente ao acréscimo da quota brasileira nos orçamentos plurinacionais. Por outro lado, correspondendo a quota orçamentária de cada Estado ao número de postos de direção que cabem a nacionais dos respectivos países, pode-se esperar seja mais numerosa a participação do Brasil no Secretariado das organizações de que somos membro.

Não quero deixar sem especial referência a figura do Representante Permanente do Brasil na ONU, Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, diplomata de grande experiência que vem dirigindo a representação do Brasil junto às Nações Unidas há quatro anos, com brilho e atuação por todas respeitada. Falando na Primeira Comissão a respeito das propostas de desarmamento regional seletivo, pronunciou o Embaixador Corrêa da Costa discurso de rara lucidez e equilíbrio, em que, inclusive, profligou ironicamente a escolha da América Latina, uma das regiões mais desarmadas do mundo, para a experiência inicial de limitação da venda de

armamentos, enquanto outros continentes empenhados em programas armamentistas são deixados de lado...

Assembléia na qual podem tomar assento nações nos mais diversos estágios de desenvolvimento político, social e econômico, em absoluto plano de igualdade, para resolver pendências e postular reivindicações, a ONU é um foro político único no mundo. Os três decênios de sua existência provam que questões que não poderiam solucionar-se por meios pacíficos em diálogo puramente bilateral ou regional, têm solução facilitada pelo recurso ao foro multilateral e por decisões tomadas em nome de toda a comunidade mundial, fato que torna as sentenças assim proferidas mais facilmente aceitáveis por parte de países que não se conformariam a injunções autoritárias ou condições impostas apenas por um outro Estado.

Nem se imagine, suprema injustiça, que as Nações Unidas estão inertes na manutenção da paz mundial. Na verdade, têm impedido o prosseguimento de estados beligerantes, de soluções conflituosas, intervindo com suas forças de paz a fim de consolidar situações de cessar fogo ordenadas pela própria ONU, permitindo a criação de clima mais propício a negociações diplomáticas. Igualmente no campo normativo internacional a ONU desempenha papel de excepcional relevo, já que por sua própria natureza é o único tribunal que pode elaborar e baixar normas internacionais em campos de interesse universal, como o novo Direito do Mar ou o Direito do Espaço. Isso para não falar do papel que exerce no plano da cooperação e da assistência técnica. Seu "Programa para o Desenvolvimento" vem assistindo tecnicamente países em desenvolvimento numa escala de 500 milhões de dólares anuais, provenientes de fundo voluntário constituído pelos países-membros e dirigidos por um Conselho de que participam, em maioria, os próprios países em desenvolvimento.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, a função da ONU no mundo dividido e conturbado de nossos dias deve ser exaltada por todos quantos creem no ideal da convivência livre de guerras e da miséria. A ONU só pode ser a soma de todos nós, as Nações Unidas que a compõem, e sua atuação em favor da humanidade e na defesa dos altos princípios que a inspiram, só encontrará garantia de efetivação na medida em que contar com nosso apoio e nossa adesão incondicional aos seus altos e nobres objetivos de paz, justiça e prosperidade. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria, Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejo, nesta oportunidade, fazer um registro de episódio altamente honroso para o nosso colega e igualmente enaltecido para nossa instituição.

Por coincidência, o objeto das rápidas considerações que pretendo tecer acaba de deixar a tribuna nobre desta Casa nas cercanias do encerramento da presente Legislatura e também da sua despedida da nossa intervenção e que coincidirá também com o meu afastamento do Senado Federal.

O Senador Otto Cirylo Lehmann, tão logo ingressou nesta Casa, não necessitou exercitar nenhum trabalho preparatório, não precisou de prestar nenhum exame vestibular para exercer a plenitude da sua personalidade. De logo conquistou a confiança e o conceito de todos nós e, o que é mais agradável, a simpatia generalizada em termos absolutamente ecumênicos.

Creio que não identificaríamos em nosso meio, quer na fronteira do MDB, quer na fronteira da ARENA, um Parlamentar sequer que não se sinta sensibilizado e emocionado em ser colega do ilustre representante por São Paulo. Além disso, confirmando as expectativas geradas desde logo ao ingresso de S. Ex.<sup>a</sup> no Senado Federal, ele passou a ter no plenário e nas comissões uma participação ativa, perseverante, eloquente e eficiente.

Tenho, Sr. Presidente, na minha memória, o resultado profícuo das tarefas exemplarmente cumpridas por S. Ex.<sup>a</sup>: a discussão do Projeto de Lei das Sociedades Anônimas, em que S. Ex.<sup>a</sup>, com a sua periciência, foi o autor talvez das mais importantes alterações daquele Estatuto fundamental da nossa vida econômico-comercial.

No plenário, S. Ex.<sup>a</sup>, desde os pronunciamentos a respeito dos grandes problemas nacionais até os discursos enaltecendo os cultos do seu Estado natal, cultivando os mais altos parâmetros do sentimento cívico do povo brasileiro, aqui se destacou, e a memória da Casa, através dos seus Anais, registra e, mais do que isso, justifica vitoriosamente as suas atividades parlamentares.

No exterior, tive oportunidade de conviver com o Sr. Senador Otto Lehmann, por ocasião do Congresso dos Parlamentos Latino-Americanos e Europeus, realizado no México, e, lá, fui testemunha da preocupação desse nosso dileto e querido colega em exercitar uma política de aproximação e de aprimoramento das relações internacionais do País. E, ainda mais, de procurar subsídios e dados para completar o grande esforço que o Governo e o Poder Legislativo do nosso País desenvolvem em busca da nossa emancipação econômica e, sobretudo, das soluções dos nossos ergastulantes problemas na área social.

Agora, através da prestação de contas que faz da missão que cumpriu na Reunião da Organização das Nações Unidas, S. Ex.<sup>a</sup> produziu um trabalho no gênero que pode ser igualado com outros discursos congêneres, mas jamais será superado por qualquer um deles. Tudo isso realiza no espírito de S. Ex.<sup>a</sup> aquela sensação agradável da certeza mil vezes bendita do dever exemplarmente cumprido.

Quero, Sr. Presidente, como Líder do Governo, registrar um evento ontem ocorrido e percebido por V. Ex.<sup>a</sup>, Senador José Lindoso, pelo Sr. Senador Petrônio Portella, Presidente do Congresso Nacional, e pelo Sr. Senador Dirceu Cardoso, meu prezado colega de representação capixaba. Na Embaixada da República Federal da Alemanha, o Sr. Senador Otto Cirylo Lehmann recebeu uma condecoração que raramente é concedida a uma personalidade estrangeira. Premiação que lhe foi outorgada pelo Governo daquele país amigo: a Grã-Cruz da Ordem do Mérito. E a maneira como o Embaixador alemão, interpretando o sentimento do seu Governo e do seu povo, fez a entrega da condecoração refletiu aspectos de um destino de utilidade cumprido no Brasil pelo filho de um honrado imigrante alemão.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Ouço o eminente Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Nobre Senador Eurico Rezende, há poucos instantes, o nobre Senador Leite Chaves e eu tivemos oportunidade, na condição de integrantes do Movimento Democrático Brasileiro, de enaltecer a profícuo atuação do eminente Senador Otto Lehmann, como representante do povo paulista nesta Casa. S. Ex.<sup>a</sup> o Senador Otto Lehmann fazia, minutos atrás, uma prestação de contas do que fora, realmente, o seu trabalho como Observador Parlamentar junto à 33.<sup>a</sup> Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas e para nós eu e o Sr. Senador Leite Chaves, que estivemos em Nova Iorque participando daquelas reuniões da Organização das Nações Unidas, não nos foi difícil constatar o brilho da interpretação feita pelo eminente Senador Otto Lehmann de tudo quanto é levado a efeito naquele organismo de âmbito internacional. Vimos, então, que o Senador Otto Lehmann se situou bem à altura da representação que lhe foi conferida pelo Senado Federal e pelo próprio Presidente da República. E não nos surpreende, portanto, que o dimensionamento da sua atuação, do seu trabalho atinja também uma nação amiga, a Alemanha, que se dispôs agora a condecorá-lo com uma significativa láurea, que, naturalmente, enobrece não apenas S. Ex.<sup>a</sup> mas a nós todos, seus companheiros do Senado Federal. Acredito que o Movimento Democrático Brasileiro, que estava presente na Embaixada da Alemanha pelo nosso companheiro Dirceu Cardoso, a nossa Bancada se associa ao regozijo de

V. Ex<sup>a</sup> ao registrar esse auspicioso evento intrinsecamente ligado à vida parlamentar, à atuação de homem público do nosso companheiro Otto Lehmann.

**O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES)** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que reforça a missão que agora recebo, de traduzir na minha palavra o pensamento e o sentimento unânimes da Casa.

Mas, Sr. Presidente, quero aqui salientar, para enaltecer, um ângulo por mim nitidamente percebido: quando o Sr. Senador Otto Lehmann, já condecorado, agradecia a justa láurea, S. Ex<sup>a</sup> cobriu-se de emoção quando lhe veio à lembrança a figura do seu pai; notei, no rápido estremecimento de sua face, a evocação daquele de quem ele é carne da sua carne, sangue do seu sangue e alma da sua alma.

Apesar de desaparecido do nosso convívio, quero aqui, ao saudar o nosso companheiro, homenagear, na figura do seu genitor, o orgulho e a vaidade de todos aqueles pais que tiveram a ventura de, ao partir para colonizar os gloriosos campos da eternidade, ter deixado, no dorso da sua hereditariedade, um exemplo digno de ser seguido e, mais ainda, digno de ser imitado e multiplicado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Evelásio Vieira.

*O SR. EVELÁSIO VIEIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> não está presente.

**O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE)** Pronuncia o seguinte discurso: — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O problema do êxodo rural, quando não decorre de longos períodos de calamidade, configurados em secas, inundações e geadas, pode resultar, com frequência, da melhoria das condições de vida nos centros urbanos, geralmente mais protegidos do que a periferia rural. Observa-se, por outro lado, que com o desenvolvimento da tecnologia, inflúindo na mecanização da lavoura, há liberação crescente de mão-de-obra nas atividades rurais e sua evasão para as cidades.

Esse fenômeno que já ocorria nos Estados Unidos, há quatro décadas, a ponto de apenas 12% da população norte-americana se dedicar à lavoura, vem-se agravando no Brasil nos últimos vinte anos.

Para debelar o êxodo rural será necessário, portanto, não apenas melhorar as condições de vida nos centros produtivos primários, com grandes investimentos infra-estruturais, mas, também, fortalecer o progresso agroindustrial, além da disseminação da pequena propriedade e da policultura.

Por isso mesmo o Ministro da Educação, Professor Euro Brandão, abrindo no último dia 6 de novembro, a reunião técnica sobre Metodologia e Planejamento da Educação para o Desenvolvimento Integrado de Áreas Rurais, promovida pelo MEC e pela UNESCO, advertiu que embora a educação, por si só, não possa enfrentar o crescimento do êxodo rural, pode no entanto, motivar o camponês, promovendo-lhe uma formação mais condizente com seus hábitos e interesses.

Torna-se necessário, entretanto, para atendimento a esse objetivo, que o processo educacional empregado obtenha a necessária adequação ao meio rural, englobando aspectos de higiene, nutrição e saúde, trabalho e produtividade agrícola, capazes de condicionar o emprego desejado e a ocupação profissional no campo.

Assim, além de um planejamento adequado, a educação rural deve buscar uma forma propícia e oportuna para o exercício do ma-

gistério local, que não deve ter as mesmas motivações do professorado urbano. Muitas vezes, o mestre, levado para uma reciclagem nos grandes centros, adquire uma visão distorcida da realidade rural. Assim, a experiência indica deva promover-se a formação do professorado que se destina à educação dos camponeses segundo modelos que desenvolvam sua consciência interiorana e aumentem sua ligação com a terra. Tanto os livros como os materiais escolares, portanto, focalizarão e reforçarão os aspectos diversos da vida e das atividades do rurícola, seus temas preferenciais, seu interesse, sua vitalidade.

Também o entrosamento entre a administração escolar e os órgãos que se dedicam à agricultura foi considerado fundamental pelo Ministro Euro Brandão.

Ao congratular-me com o ilustre Ministro da Educação, pela sua iniciativa, trazendo a uma reunião no Brasil especialistas de dez países latino-americanos, da UNESCO, do CEPAL, da FAO, da UNICEF, da OIT e do BIRD, fazemos votos para que dela resultem os melhores frutos, levando-se o maior realismo ao ensino rural no País, e por achar o seu discurso de grande significado, solicito que o mesmo faça parte integrante deste meu pronunciamento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA, EM SEU DISCURSO.*

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO  
EURO BRANDÃO

Senhores Conselheiros:

Não será preciso dizer-lhes quanto é grande a minha satisfação de privar do vosso convívio. Volto a este Egrégio Plenário para presidir a abertura da Reunião Conjunta do Conselho Federal com os Conselhos Estaduais de Educação para o exame de um tema da mais alta relevância, a Educação Rural.

Ainda ontem, na abertura da Reunião Técnica sobre Metodologia de Planejamento da Educação para o Desenvolvimento Integrado de Áreas Rurais, convidava eu todos os seus participantes a um esforço no sentido da criação não apenas de uma "nova educação" para a área rural, mas para a reflexão conjunta, a troca de experiências entre os nossos técnicos, orientada a novos livros, novos professores e, até mesmo, a uma nova escola.

Dizia-lhes, então, pensar numa escola que não fosse como uma caixa fechada, para prender alunos que têm os olhos afeitos aos espaços só contornados por longínquos horizontes azuis. Acredito que uma escola, especialmente a rural, não deve propiciar apenas uma convivência formal e modificadora de comportamentos. Espera-se, ao contrário, que essa convivência seja natural, agradável, compatível com o meio rural.

Mas, que espécie de escola deve ser essa, brotada como que da terra, em cada vereda do sertão? Vejo-a como um exemplo de higiene e limpeza, embora na simplicidade, na rusticidade que caracteriza, de forma quase geral, o nosso ambiente rural. Uma escola cercada de hortas e aparelhos agrícolas, onde as crianças, desde cedo, possam não apenas complementar o aprendizado caseiro, mas aperfeiçoá-lo, dele retirar o melhor rendimento e a ele ligar-se íntima e permanentemente.

Estamos todos convencidos de que a escola rural não convém o simples transplante do "modo de fazer" característico das escolas da cidade. A partir dessa constatação, chegamos a nos interrogar sobre se a "educação urbana", levada ao meio rural, não é responsável por uma crescente insatisfação com a vida e o trabalho do campo e, conseqüentemente, pelo êxodo rural.

Não ignoramos, porém, que a educação, de per si, não conseguirá enfrentar e resolver esse problema. Mas a educação adequada ao ambiente rural pode, inegavelmente, contribuir para minorá-lo a curto prazo e a resolvê-lo, grandemente, a prazo mais longo. A educação complementada por medidas paralelas e abrangentes — como, por exemplo, o ensino voltado à vida comunitária e ao trabalho familiar —; a educação entrosada a aspectos de higiene, nutrição e saúde; a aspectos de trabalho, por conseguinte, emprego e realização profissional; a aspectos de produtividade agrícola, com a dissemina-

ção de técnicas específicas para cada região; essa educação geralmente garantirá ao homem do campo uma perspectiva de formação consistente com seus interesses, motivações e maneira de ser.

Finalmente, penso que devemos tratar de utilizar uma administração escolar voltada às realidades do ensino rural, rico e variado como é o nosso mundo rural. Ao mesmo tempo, não se deve descuidar da formação do professor rural porque, acredito, não devemos formá-lo segundo a motivação ou o padrão da vida citadina. Professores do interior, levadas a grandes centros para treinamento e formação, ou não voltaram ou retornaram com a visão desligada das realidades locais.

Senhores Conselheiros:

Vejo com grande satisfação que este Egrégio Conselho dedicará as suas atenções ao exame deste problema. Estou certo de que daqui partirão valiosas sugestões ao esforço comum de estabelecer uma metodologia para planejar a educação que se quer integrada e se faz necessária ao desenvolvimento das áreas rurais.

É este, fora de qualquer dúvida, um vasto campo e ele se desdobra diante de nós como um verdadeiro desafio, um desafio à inteligência de planejadores, técnicos, educadores e governantes. Apesar disso, os resultados virão, para demonstrar o acerto de uma política orientada a uma atuação mais efetiva no meio rural.

**O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque)** — Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 90, de 1978, que regulamenta a aplicação, na administração do Senado Federal, dos Sistemas de Ascensão e Progressão Funcionais e do Aumento por Mérito.

Ao projeto foram oferecidas 6 emendas, que serão lidas pelo Sr. Primeiro-Secretário.

*São lidas as seguintes*

*Emendas ao Projeto de Resolução nº 90, de 1978, que regulamenta a aplicação, na administração do Senado Federal, dos Sistemas de Ascensão e Progressão Funcionais e do Aumento por Mérito.*

#### EMENDA Nº 1

Acrescente-se parágrafo único ao art. 16, do Projeto de Resolução nº 90, de 1978.

Art. 1º Fica o art. 16 acrescido do seguinte parágrafo único:

• “Na Classe de Bibliotecário, Referência 50, serão preenchidos os claros de lotação ora existentes.”

#### Justificação

Tendo em vista existir, na classe de Bibliotecário do Quadro do Senado Federal, no que respeita à lotação, três claros não preenchidos, ao tempo em que, em referência inferior à citada no texto da emenda exercem iguais atividades outras servidoras igualmente qualificadas, o objetivo da emenda em questão é, mantido o critério de emenda por mérito, alterar a situação ora existente.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1978. — Magalhães Pinto — Gustavo Capanema — Adalberto Sena — Osires Teixeira — Ruy Santos — Henrique de La Rocque — Otair Becker — Alexandre Costa — Luiz Cavalcante.

#### EMENDA Nº 2

Acrescente-se como disposição transitória:

“Art. Os ocupantes das classes “A”, “B” e “C” da categoria de Assistente Legislativo do Grupo de Apoio Legislativo passarão a integrar as Referências 41, 42 e 43, respectivamente, da referida categoria funcional.”

#### Justificação

A emenda visa dar aos atuais Assistentes Legislativos tratamento igual ao dispensado a seus colegas de função pelo Tribunal de Contas da União.

Merece realce que a mencionada categoria funcional, encontrase distribuída de maneira irregular pelas referências, pois basta aten-

tar para a diferença de remuneração entre os Assistentes Legislativo “A”, “B” e “C”, que é de 15 referências, da primeira classe para última, ou seja, entre 26 e 41. Tal anomalia deve-se ao fato de não terem as citadas classes “A” e “B” sido contempladas com os aumentos havidos em 1975 e 1976, por estarem vagas naquela ocasião.

Vale aduzir, ainda, que, mesmo a adoção da providência consubstanciada na emenda, os Assistentes legislativos continuarão bastante distanciados de seus colegas de Apoio Legislativo, os Técnicos Legislativos, de cuja carreira são os ocupantes naturais, não só pelas tarefas que lhes incumbem de todo assemelhadas, como pelos dispositivos legais que regem a matéria, os quais lhes asseguram aquele direito.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1978 — Dinarte Mariz — Altevir Leal — Ernando Uchôa — Gilvan Rocha — Ruy Santos — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Otto Lehmann — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Lenoir Vargas.

#### EMENDA Nº 3

Acrescente-se como “Disposição Transitória”:

“Art. O acesso dos atuais Técnicos Legislativos, Classe “C”, Referências 51, 52 e 53, dar-se-á, respectivamente, para as Referências 55, 56 e 57.”

#### Justificação

A emenda justifica-se, principalmente, pelo fato de vir com atraso a aplicação do princípio da progressão no Senado Federal, tanto que o projeto de resolução prevê retroatividade para os efeitos da providência. Além do mais, adota um sistema objetivo de progressão, defendido recentemente pelo futuro Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, que, em discurso na Câmara, perante servidores do País, defendeu um sistema de promoção que condene “o privilégio e o subjetivismo”, fatores esses que, infelizmente, caracterizam a proposição principal, mormente quando se pretende reservar 50% das vagas da Referência 57 para ocupantes de cargo de confiança, o que permitiria que servidores de nível mais baixo, por ocuparem cargo em comissão, preterissem seus colegas em condições de poderem ocupar as vagas. O fato apresenta-se-nos tanto mais grave, quando se considera que, num processo de avaliação, todos os valores devem estar ao alcance dos avaliandos. Não se poderia, pois, considerar a confiança como valor, porquanto os técnicos terão de ser avaliados no desempenho de seus cargos. A anomalia pretendida representaria também desestímulo para os servidores mais antigos.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1978. — Franco Montoro — Ernando Uchôa — Benjamim Farah — Roberto Saturnino — Luiz Cavalcante — Leite Chaves — Nelson Carneiro — Gilvan Rocha — Altevir Leal — Itamar Franco — Lourival Baptista — Osires Teixeira — Adalberto Sena — Alexandre Costa — Lenoir Vargas — Helvídio Nunes — Dinarte Mariz — Jarbas Passarinho — Hugo Ramos — Ruy Santos — Teotônio Vilela — Lázaro Barboza — Agenor Maria — Magalhães Pinto — Murilo Paraíso — Virgílio Távora — Dirceu Cardoso — Gustavo Capanema — Orestes Quêrcia — Evandro Carreira — Benedito Ferreira — Cunha Lima — Itálvio Coelho.

#### EMENDA Nº 4

Acrescente-se como “Disposição Transitória”:

“Art. Os ocupantes das Classes “A”, “B” e “C”, Referências 40, 43 e 47, respectivamente, da Categoria Funcional de Técnico em Comunicação Social, do Grupo Outras Atividades de Nível Superior, passarão a ocupar a Classe Especial, nas Referências 51, 52 e 53, respectivamente, da referida Categoria Funcional.”

#### Justificação

A emenda justifica-se plenamente, eis que tem o escopo de convalescer gritante anormalidade até hoje existente no Quadro de Pessoal do Senado Federal, anormalidade nascida da não inclusão



da Categoria Funcional de Técnico em Comunicação Social nos Atos da Comissão Diretora de dezembro de 1976, que elevaram para a Classe "C" os Técnicos Legislativo e outras Categorias Funcionais, deixando em situação de inferioridade os antigos redatores desta Casa

Sala das Sessões, 27 de novembro de 1978. — Luiz Cavalcante — Itamar Franco — Alexandre Costa — Altevir Leal — Gilvan Rocha — Vilela de Magalhães — Accioly Filho — Ruy Santos — Adalberto Sena — Agenor Maria — Ernando Uchôa — Evandro Carreira — Magalhães Pinto — Osires Teixeira — Leite Chaves — Otto Lehmann — Dirceu Cardoso — Gustavo Capanema — Helvídio Nunes — Itálvio Coelho — Franco Montoro.

#### EMENDA Nº 5

Inclua-se onde couber, no Capítulo IV, "Das Disposições Especiais e Transitórias", o seguinte artigo:

"Art. O acesso dos atuais Taquígrafos Legislativos, Classes "A", Referência 39, e "B", Referência 44, dar-se-á, respectivamente, para a Classe "C". Referências 51 e 52.

O Senado cuida, agora, de corrigir os erros e as omissões verificadas desde a implantação do Plano de Classificação de Cargos em seu Quadro de Servidores — falhas inevitáveis, decorrentes da própria falibilidade humana, sem embargo dos altos objetivos de justiça e correção que nortearam seus montores.

Cuida-se, pela presente Emenda, de dar melhores condições retributivas aos Taquígrafos Legislativos de menor classificação hierárquica, hoje esmagados pela diferença brutal que os separa daqueles mais antigos ou melhor aquinhoados pelas progressões anteriores. Com efeito, as atribuições dos atuais Taquígrafos "C" são exata e inteiramente idênticas àquelas atribuídas aos Taquígrafos "B" e "A", assim como as jornadas de trabalho, exigências de qualificação, requisitos profissionais, intelectuais e escolares.

Não pretende esta Emenda, em hipótese alguma, contribuir para ameaçar os sadios e indispensáveis princípios da hierarquia, da antiguidade e da precedência funcional. Entretanto, a preocupação que norteia esta iniciativa é justamente revalorizar a Classe dos Taquígrafos como um todo, eliminando as grandes e injustificáveis discrepâncias entre os atuais padrões.

Do ponto de vista estrutural, moral e funcional, portanto, cremos haver provado à saciedade a inteira justiça da proposta.

Em amparo de seus princípios podemos invocar, agora, sábias e incontestadas decisões de outras repartições do mais alto porte, a começar pela Casa irmã: a Câmara dos Deputados, há um ano e meio, desde 23 de junho de 1977, quando a Mesa baixou o Ato nº 59, unificou na Classe "C", Referências 51, 52 e 53, os então ocupantes das Classes "A", "B" e "C" — justamente o que ora se propõe.

Cremos ser justos, em conclusão, lembrar que todos os Taquígrafos Legislativos do Senado Federal se desincumbem de suas obrigações com o mesmo empenho, em turnos idênticos e responsabilidades indistintas — e a única diferença, gritante, está no padrão de salários, que varia, hoje, de Cr\$ 9.922,00 a Cr\$ 19.648,00. Deve haver um escalonamento para conferir o justo privilégio aos mais antigos e experimentados, mas nunca em humilhação e detrimento para os demais. Louve-se, agradeça-se e remunere-se condignamente os brilhantes profissionais hoje merecidamente distinguidos na Classe "C", mas confira-se aos companheiros de jornadas e de responsabilidades uma situação de digna sequência.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1978. — Agenor Maria — Leite Chaves — Luiz Cavalcante — Dinarte Mariz — Magalhães Pinto — Adalberto Sena — Lenoir Vargas — Helvídio Nunes — Ruy Santos — Alexandre Costa — Gilvan Rocha — Osires Teixeira — Itamar Franco — Cattete Pinheiro — Renato Franco — Virgílio Távora — Evandro Carreira — Ernando Uchôa — Otair Becker — Roberto Saturnino.

#### EMENDA Nº 6

Acrescente-se como "Disposição Transitória":

"Art. Os ocupantes das Classes "A", "B" e "C" da categoria Funcional de Agente Administrativo do Grupo Serviços Auxiliares passarão a integrar a classe especial, nas Referências 37, 38 e 39, respectivamente, da referida categoria funcional."

#### Justificação

A providência, ora sugerida, visa a estender à laboriosa classe dos Agentes Administrativos do Senado o mesmo tratamento dispensado pelo Tribunal de Contas quando da aplicação a seus servidores da progressão funcional pelo Ato nº 142, de 7 de agosto de 1978, DO de 11 de agosto de 1978.

Vale ressaltar que a medida por nós pleiteada nada mais faz que reproduzir diversas outras emendas igualmente justas e equitativas, beneficiando a outras categorias de servidores desta Casa, motivo pelo qual esperamos sua aprovação.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 1978. — Ruy Santos.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — De acordo com o disposto no Regimento Interno, a matéria será despachada às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças para o exame do Projeto, devendo ainda a Comissão Diretora se pronunciar sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) :Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente, convocando os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 77, de 1978 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 627, de 1978), que autoriza a Prefeitura Municipal de Ariranha (SP) a elevar em Cr\$ 1.546.600,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e seis mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, tendo

PARECER, sob nº 628, de 1978, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 86, de 1978 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 645, de 1978) que autoriza a Prefeitura Municipal de Paulínia (SP) a elevar em Cr\$ 56.690.046,00 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e noventa mil e quarenta e seis cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, tendo

PARECER, sob nº 646, de 1978, da Comissão: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 87, de 1978 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 647, de 1978) que autoriza a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre (MG) a elevar em Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 648, de 1978, da Comissão: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 94, de 1978 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de

Falta página nº 6036



Falta página nº 6037

A matéria vai à Comissão de Redação.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo, de igual valor, junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH — destinado a financiar a execução de

obras de infra-estrutura urbana de apoio à implantação de um Conjunto Habitacional, na sede do município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**PARECER Nº 754, DE 1978**

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 91, de 1978.

Relator: Senador Dirceu Cardoso

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 91, de 1978, que autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Maria (RS) a elevar em Cr\$ 343.557.000,00 (trezentos e quarenta e três milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 1978. — Adalberto Sena, Presidente — Dirceu Cardoso, Relator — Saldanha Derzi.

**ANEXO AO PARECER Nº 754, DE 1978**

Redação final do Projeto de Resolução nº 91, de 1978.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, \_\_\_\_\_, Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 1978**

Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, a elevar em Cr\$ 343.557.000,00 (trezentos e quarenta e três milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 343.557.000,00 (trezentos e quarenta e três milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH — destinado ao financiamento de projetos e atividades na área de infra-estrutura urbana e comunitária naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**PARECER Nº 755, DE 1978**

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 94, de 1978.

Relator: Senador Otto Lehmann

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 94, de 1978, que autoriza a Prefeitura Municipal de Guarulhos (SP) a elevar em Cr\$ 307.111.424,00 (trezentos e sete milhões, cento e onze mil, quatrocentos e vinte e quatro cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 1978. — Adalberto Sena, Presidente — Otto Lehmann, Relator — Virgílio Távora.

**ANEXO AO PARECER Nº 755, DE 1978**

Redação final do Projeto de Resolução nº 94, de 1978.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, eu \_\_\_\_\_, Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 1978**

Autoriza a Prefeitura Municipal de Guarulhos, Estado de São Paulo, a elevar em Cr\$ 307.111.424,00 (trezentos e sete milhões, cento e onze mil, quatrocentos e vinte e quatro cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Guarulhos, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 307.111.424,00 (trezentos e sete milhões, cento e onze mil, quatrocentos e vinte e quatro cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto ao Banco do Estado de São Paulo S/A, este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinado a financiar a execução de obras relativas ao Projeto CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada), naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**PARECER Nº 756, DE 1978**

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 102, de 1978.

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 102, de 1978, que autoriza a Prefeitura Municipal de Barra do Garças (MT) a elevar em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 1978. — Adalberto Sena, Presidente — Saldanha Derzi, Relator — Dirceu Cardoso.

**ANEXO AO PARECER Nº 756, DE 1978**

Redação final do Projeto de Resolução nº 102, de 1978.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu \_\_\_\_\_, Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 1978**

Autoriza a Prefeitura Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, a elevar em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto ao Banco do Estado de Mato Grosso S/A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinado ao financiamento de projetos e atividades na área de infra-estrutura urbana, naquela cidade, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso)** — As redações finais lidas vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

*São lidos e aprovados os seguintes*

#### REQUERIMENTO Nº 359, DE 1978

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 77, de 1978.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 1978. — **Franco Montoro.**

#### REQUERIMENTO Nº 360, DE 1978

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 86, de 1978.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 1978. — **Otto Lehmann.**

#### REQUERIMENTO Nº 361, DE 1978

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 87, de 1978.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 1978. — **Otto Lehmann.**

#### REQUERIMENTO Nº 362, DE 1978

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 91, de 1978.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 1978. — **Paulo Brossard.**

#### REQUERIMENTO Nº 363, DE 1978

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 94, de 1978.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 1978. — **Franco Montoro.**

#### REQUERIMENTO Nº 364, DE 1978

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 102, de 1978.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 1978. — **Saldanha Derzi.**

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Aprovados os requerimentos, passa-se à imediata apreciação das redações finais anteriormente lidas.

Em discussão a redação final do Projeto de Resolução nº 77, de 1978. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados.

(Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Passa-se, agora, à apreciação da redação final do Projeto de Resolução nº 86, de 1978.

Em discussão a redação final anteriormente lida. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados.

(Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Passa-se à apreciação da redação final do Projeto de Resolução nº 87, de 1978.

Em discussão a redação final anteriormente lida. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Passa-se à apreciação da redação final do Projeto de Resolução nº 91, de 1978.

Em discussão a redação final anteriormente lida. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Passa-se, agora, à apreciação da redação final do Projeto de Resolução nº 94, de 1978.

Em discussão a redação final anteriormente lida. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Passa-se à apreciação da redação final do Projeto de Resolução nº 102, de 1978.

Em discussão a redação final anteriormente lida. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às onze horas e trinta minutos, destinada à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 92, 95, 96, 100, 101 e 104, de 1978.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 55 minutos.)*

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES NA SESSÃO DE 22-11-78 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:**

**O SR. LEITE CHAVES** (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É meu propósito, neste final de expediente, traçar algumas considerações acerca das últimas eleições parlamentares brasileiras, cujos resultados se encontram em fase final de apuração.

Depois de apreciação ainda perfunctória, entendeu o nosso Partido que a Oposição, nacionalmente, saiu vencedora no pleito. O significado das eleições é incontestável em mostrar que as teses do MDB são aquelas que se sintonizam com o sentimento do povo brasileiro.

Fomos vitoriosos nas eleições para o Senado, no Rio Grande do Sul, que é, sem dúvida alguma, um dos mais politizados Estados do País, e com expressiva diferença de votos. Fomos vitoriosos em Santa Catarina e no Paraná. Fomos vitoriosos em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás.

Por conseguinte, Sr. Presidente, em todos aqueles Estados mais afluentes, em que as circunstâncias econômicas permitem ao homem um mínimo de liberdade para manifestar seu pensamento, nesses Estados, o nosso Partido foi vitorioso.

Foi vitorioso, por conseguinte, nos Estados que representam uma parte do Brasil de amanhã, porque queiram ou não, haverá de ser ele País de expressão econômica no contexto das Nações.

Perdemos apenas, Sr. Presidente, naqueles Estados que, por circunstâncias econômicas e sociais, estão amargurados e sufocados pelo cinturão da fome. Perdemos apenas naqueles Estados onde a população, vivendo sob estado de necessidade, ou à mingua de recursos econômicos para sobrevivência, ou à mingua de empregos para se manter na vida, não teve condição de expressar seu voto de acordo com sua consciência.

**O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Com todo prazer concedo o aparte ao nobre Senador Eurico Rezende, Líder da Maioria.

**O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES)** — A interpretação de V. Ex<sup>a</sup> briga com a verdade, com a Sociologia Política e com a Federação. Quando V. Ex<sup>a</sup> diz que a Oposição, nacionalmente, ganhou, comete um despautério e diz uma heresia que assusta e que deforma os Anais da Casa. Em primeiro lugar, a eleição para o Senado conforme a doutrina, a tradição e a própria Constituição definem, é obviamente uma eleição federativa. Se a ARENA fez maior número de Senadores, a ARENA ganhou a eleição federativa e, por via de consequência, para o Senado Federal; ou então V. Ex<sup>a</sup> não se considera um representante federativo, ou então V. Ex<sup>a</sup> enfraquece o seu próprio mandato. Por outro lado, as observações de V. Ex<sup>a</sup> passam a ser até injuriosas, quando classificam o Estado de São Paulo mais importante politicamente, nos quadros da Federação, no conceito de Federação, do que o Estado de Sergipe ou de que um outro Estado, onde o MDB tenha perdido a eleição. Assim, podemos afirmar que essas eleições decepcionaram o MDB. Há vários colegas nossos, aqui, que esperavam vencer nos seus Estados, e nós mesmos da ARENA tínhamos pessimismo com relação a alguns Estados em que o próprio MDB esperava ganhar. Agora vem V. Ex<sup>a</sup>, saindo até da bancada cativa e ocupando a tribuna nobre, dizer que o MDB, nacionalmente, ganhou a eleição. Como representante da Federação, é ter pouco carinho para com a hermenêutica precisa dos fatos. O MDB perdeu as eleições de 15 de novembro. E depois, V. Ex<sup>a</sup> quer dizer que no geral, na soma geral de votos, V. Ex<sup>a</sup>s ganharam. Em primeiro lugar, não se pode, pelo princípio federativo, estabelecer o sistema de vasos comunicantes da apuração verificada em São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná para todo o País. Vasos comunicantes, pelo sistema proporcional, existem na Câmara dos Deputados. Por outro lado, mesmo que V. Ex<sup>a</sup> tivesse razão, é melhor apanhar no meio da multidão, tomar sopapo no meio da multidão, do que apanhar separadamente.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Isso para quem gosta de apanhar.

**O S. Eurico Rezende (ARENA — ES)** — De modo que é estranho que V. Ex<sup>a</sup> tenha a desenvoltura de dizer que o MDB ganhou a eleição no País. Ganha eleição quem faz maioria de representantes do povo. Parece-me que é isto. V. Ex<sup>a</sup> fere a Constituição, fere a tradição, fere a doutrina e até discrimina, o que é lamentável. Um senador discriminar Estado, achar que o Estado do Paraná é mais politizado do que o Espírito Santo, do que Sergipe. Não é não, Excelência. Todos os estados têm o mesmo grau de politização. Hoje não vivemos mais na aldeia global, hoje é pilula global, graças à televisão, rádio, jornal, todos estes instrumentos de comunicação de massa disponíveis ao exame, ao entendimento, e ao julgamento popular. V. Ex<sup>a</sup> então, como herói paranaense dessas eleições senatoriais, V. Ex<sup>a</sup>s ganharam, realmente. Mas, V. Ex<sup>a</sup> devia até se orgulhar, porque V. Ex<sup>a</sup> ganhou com uma diferença muito maior há 4 anos atrás. Lá a ARENA lutou com um contra dois, ou três, e perdeu por pouco. Então, o MDB encurtou bastante no Paraná.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Senador Eurico Rezende, muito obrigado pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>, com o qual não estou de acordo em nenhum dos seus pontos, e muito menos na sua essência. Também não estou entendendo esta nova parábola de

V. Ex<sup>a</sup>. Desde que V. Ex<sup>a</sup> foi indicado para Governador, está usando de parábolas a exemplo de Cristo, mas não usa parábolas que atinjam a lógica, V. Ex<sup>a</sup> diz: apanhar no meio da multidão. Estou entendendo que o partido oficial apanhou da multidão. Não entendi essa parábola — “apanhar no meio da multidão”.

**O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES)** — Vou explicar, então.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Desde que V. Ex<sup>a</sup> seja sintético, porque V. Ex<sup>a</sup> tomou a metade do meu tempo.

**O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES)** — Vou explicar o seguinte: vamos figurar, aqui, um caso — o Senador Gilvan Rocha já está, aqui, com o microfone ensarilhado, armado, para proferir o seu aparte — e o quadro que quis definir é o seguinte, dentro da tese de V. Ex<sup>a</sup>, que por ser absurda, quero fazer este raciocínio. Vamos admitir que eu esteja no meio da multidão e ali, na briga geral, eu apanho, mas, outro apanha ali também, e um terceiro apanha. Mas, lá no Sergipe, por exemplo, o Senador Gilvan Rocha apanhou sozinho, e assim ficou pior. Isso que eu quis dizer, dentro do raciocínio de V. Ex<sup>a</sup> — é melhor apanhar no meio da multidão do que apanhar separadamente. E o Senador Orestes Quêrcia, que está ali insinuando alguma coisa, pode ficar quieto porque o candidato dele, dentro dos quadros do MDB, perdeu com implicações dignas de banho de arnica, implicações ortopédicas, do Senador Franco Montoro. De modo que, nós fazemos qualquer desafio. A ARENA ganhou as eleições de 15 de novembro e, isto que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo aí, é uma balela, é uma interpretação destorcida.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — V. Ex<sup>a</sup> não consegue convencer a Casa e muito menos o País com esse argumento. O Partido de V. Ex<sup>a</sup> perdeu as eleições, o voto político é o voto majoritário, e o voto majoritário se expressa pelo número de brasileiros. Um homem não é mais brasileiro ou menos brasileiro por ser do Norte ou do Sul.

Somando-se as legendas que se destinaram à escolha dos senadores a diferença foi de milhões, de aproximadamente 6 milhões, e digo a V. Ex<sup>a</sup> que a despeito da alquimia e da álgebra do General Geisel, ainda assim, o MDB, em valores, em número de votantes, teve eleições proporcionais, isto porque todo o País sabe que para se evitar uma derrota fragorosa na Câmara dos Deputados, o Governo procedeu de uma forma lamentável, nomeou para o Senado o “indireto” e criou novos critérios para escolha dos deputados. De tal sorte que, em São Paulo, onde poderíamos ter oitenta deputados, teremos, no máximo, cinquenta, ou quarenta e cinco. Desfeito o critério apriorístico e tendencioso para que nos Estados pobres e cercados pelo cinturão da marginalização, onde a ARENA tem domínio em razão de na eleição chegar com a farinha e o arroz das repartições públicas em que corrompe famílias inteiras em estado de necessidade, sob a simples promessa de nomeação de uma professora, para que se obtivesse o maior contingente de deputados naquele setor e, mesmo assim, viesse a auferir, com toda essa álgebra, uma diferença inexpressiva, de vinte e dois ou vinte e cinco Deputados na Câmara Federal.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Pois não.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — O nobre Líder da Maioria está sendo campeão em falta de lógica. Primeiro, é de se esperar, por tradição religiosa, que as pessoas que recebem o Espírito Santo fiquem mais clarificadas, mais lógicas. S. Ex<sup>a</sup> recebeu o Espírito Santo e está cada vez mais confuso, porque ele que foi um dos co-autores da democracia relativa, está inventando a aritmética relativa, e o pior, está criando áreas de atrito dentro do seu próprio partido com pessoa hierarquicamente superior a ele, o indigitado Vice-Presidente da República nomeado que vai assumir, Governador Aureliano Chaves, que disse para quem quiser ver e ouvir, e ler na Imprensa brasileira, que chega da ARENA tentar enganar, ela perdeu as eleições. Então, S. Ex<sup>a</sup> é herege, segundo os termos do Líder da Maioria. E não é só, a aritmética relativa de S. Ex<sup>a</sup> está

contrariando o *Time*, o *Le Monde* e o *Le Figaro*. Vê V. Ex<sup>a</sup> que este País, felizmente, está se tornando um País sério. Que o Sr. Líder da Maioria diga isso está bem, porque ele está de certa maneira cumprindo um papel aqui dentro desta Casa. O que não se admite é que o Presidente da República, do alto de sua autoridade, queira se enganar e enganar o povo brasileiro, quando o próprio futuro vice-Presidente, com honestidade intelectual elogiável, já declarou que a ARENA perdeu as eleições, porque essa é uma verdade cristalina. Mas não insistiremos, nobre Senador, nessa tese; basta que o Governo continue dizendo que ganhou as eleições e, acreditando nisso, permita que se façam eleições mesmo, neste País.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, com o qual estou de acordo. Quando digo que a ARENA venceu apenas nos Estados cercados pelo cinturão da fome, nisso não vai nenhum desdemonho e nenhuma ofensa a esses Estados, porque a nossa luta, inclusive, é para que os habitantes dos mesmos possam, um dia, ter um mínimo de condições econômicas, como nos Estados vencedores, para que o povo, no Brasil, possa ter condições de manifestar o seu voto de acordo com a sua consciência.

Não queremos elogiar mais São Paulo ou o Paraná. Somos um País no conjunto, pobre, mas no conjunto da nossa pobreza temos fulcros de pobreza acentuada, onde a miséria é tamanha, que a dependência do Governo central é total. E digo mais ainda a S. Ex<sup>a</sup>, Senador Eurico Rezende; que não houve só essa alquimia de diferenças de quocientes para Estados, a fim de evitar uma expressiva derrota no voto proporcional nos Estados em que a ARENA haveria de perder; levamos em consideração também que, para que essas eleições se processassem, um Presidente já tinha sido nomeado, um Governador também para, em conjunto com um Governador em fim de mandato, realizarem dueto terrível, um fazendo tudo que a moral e a lei não permitem e, o outro, prometendo tudo que contraria a moral e a lei.

Mas, Sr. Presidente, as eleições ainda não terminaram e não é meu propósito fazer uma análise geral, porque o quadro, por enquanto, não comporta. Desejo ater-me mais ao caso do Paraná, onde as eleições terminaram e o nosso Partido foi vencedor. E esse Estado oferece, em razão dessas eleições, ao Senado, ao Congresso, aos *experts* políticos e aos jornalistas, um particular interesse; inclusive, também, aos sociólogos políticos, porque o Estado do Paraná é governado por um preposto indicado por outro, e que foi governador e Ministro anteriormente: o Sr. Ney Braga. O Sr. Ney Braga é um dos homens que exerceram neste País um poder — e esta Casa reconhece — além dos limites do seu prestígio, da sua força e mesmo da sua competência. Valeu-se ele, na época, da circunstância de o General Ernesto Geisel, atual Presidente da República, não ser um homem muito bem relacionado para compor o seu Ministério; valeu-se ele dessa amizade, para indicar ou sugerir para os cargos e os órgãos mais importantes da administração federal elementos do seu relacionamento privado, elementos dependentes exclusivamente da sua amizade e da sua orientação. E foi assim que o próprio Ney Braga terminou, em razão dessa amizade, sendo nomeado Ministro da Educação, indicando para o Banco do Brasil elemento de sua incondicional confiança, que nunca exerceu outro posto de relevância, a não ser por sua determinação; nomeando para o INPS elemento também de seu clã; nomeando para a Caixa Econômica, elemento de seu clã; para o Banco Nacional, elemento de seu clã; para a Prefeitura de Curitiba, elemento de seu clã; para a vice-governança, elemento de seu clã, para o Governo do Paraná, elemento de seu clã. Esses homens disputam, uns com os outros, maior subserviência para, em razão dela, serem recompensados com melhores cargos.

Tudo fizeram para que a máquina funcionasse no Paraná, de tal sorte que a vitória saísse a qualquer custo.

A vitória, entretanto, não saiu; a derrota lá, do Sr. Ney Braga, foi total; para o Senado e, podemos dizer também, para a própria Câmara dos Deputados, porque embora tenha feito 4 Deputados a mais, é de se considerar que os mesmos foram eleitos em razão de o Sr. Paulo Pimentel, seu adversário terreno, ter sido candidato. E, tendo 128 mil votos, teve condições de eleger na ala do Sr. Ney Bra-

ga, na ARENA, 5 Deputados a mais, inclusive ele próprio, porque se sabe que o último Deputado da ARENA foi o Sr. Adriano Valente, com 25 mil votos. Como o Sr. Paulo Pimentel obteve 128 mil votos, deflui-se daí que 5 vezes 25 são 125 mil votos.

De forma que, também no Estado do Paraná, houve a derrota no voto proporcional, mesmo porque o Sr. Paulo Pimentel sempre esteve, ao longo desses anos, em oposição ao Sr. Ney Braga. E foi como adversário do Sr. Ney Braga que conseguiu somar esse contingente de votos.

**O Sr. Orestes Quêrcia (MDB — SP)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Ouço, com prazer, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Orestes Quêrcia (MDB — SP)** — Nobre Senador Leite Chaves, perdoe-me por voltar a um aspecto do aparte do Líder da ARENA nesta Casa e, desta forma, fazer um pouco do jogo do Senador Eurico Rezende, mais para estabelecer no discurso de V. Ex<sup>a</sup> algo que não seja o vazio de denúncias vagas, mas a realidade dos fatos. O Senador Eurico Rezende tem se notabilizado aqui na Casa — infelizmente, vai deixar esse vácuo aqui, a partir do próximo ano — por ser técnico em desviar os discursos dos oradores que se encontram na tribuna para outros aspectos que não dizem respeito ao discurso do orador. E outro aspecto também característico do nobre Senador Eurico Rezende é o da intriga entre companheiros do MDB. Mas, ele se referiu a São Paulo, e ao meu candidato. Fui o coordenador da campanha do MDB e não tive um candidato específico; colaborei com os dois candidatos ao Senado. Se tivesse colaborado ou apoiado um candidato, teria sido até muito bem, porque o candidato Fernando Henrique foi muito bem votado, é um homem inteligente, teve uma votação extraordinária. Mas a realidade dos fatos é que nós coordenamos a campanha e trabalhamos para os candidatos do MDB a Deputados Estadual, Federal e Senador, independentemente de nomes. O que gostaria, além de esclarecer esse aspecto, é assinalar ao Senador Eurico Rezende — tenho a impressão, pelos seus argumentos — que o último Estado do País em que ele poderia "colocar a colher de pau" seria o Estado de São Paulo. Por quê? Porque tínhamos três candidatos ao Senado: o primeiro colocado foi o nobre Senador Franco Montoro, com aquela votação extraordinária; o segundo colocado foi também um candidato do MDB, Professor Fernando Henrique Cardoso; o terceiro colocado foram os votos em branco e nulos e, à ARENA, que é o Partido de S. Ex<sup>a</sup>, sobrou a colocação humilhante, a quarta colocação. Perdeu para os votos em brancos e nulos, perdeu para o segundo mais votado do MDB e perdeu para o primeiro mais votado do MDB. Em suma, a ARENA saiu do pleito de 15 de novembro humilhada, despedaçada, não significa nada a ARENA no Estado de São Paulo e S. Ex<sup>a</sup> tem a coragem de vir, no aparte ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>, que faz uma análise do pleito, lembrar o aspecto de São Paulo. O aspecto real é este e ele perdeu a oportunidade de ficar quieto, porque a ARENA de São Paulo decepcionou totalmente o Partido de S. Ex<sup>a</sup>, pois ficou na quarta colocação, tendo três candidatos.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Nobre Senador Orestes Quêrcia, agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que realmente põe a nu os poderes do dia. Esta derrota de São Paulo, para o Governo, é uma derrota não só eleitoral, mas também derrota moral insuportável. Não sei como o Governo terá condições de permanecer no mando, ainda que usando artifícios, porque em São Paulo, onde houve essa derrota, onde o Governo perdeu inclusive por votos em branco e votos nulos, São Paulo é o Estado que concorre com 73% dos impostos do País.

Que moral tem esse Governo para subsistir, quando perde para votos nulos e brancos? Depois de perder para o primeiro e segundo colocados da Oposição, perde para os votos em branco e nulos. Que autoridade tem, quando é esse o Estado em que se concentra a maior força laboral, onde a oposição, a oposição de esquerda, que concorre com 73% da arrecadação nacional? De forma que o Senador Eurico

Falta página nº 6043

Falta página nº 6044



Rezende, que antes sempre procurava, com a intriga, debilitar os nossos argumentos, hoje está apanhando da multidão.

**O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — V. Ex<sup>a</sup>** permite um aparte? É rápido. O Senador Orestes Quêrcia citou um ângulo novo...

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) —** Excelência, como disse, eu não estou fazendo uma análise das eleições nacionais; quero me ater ao Estado do Paraná. Um umento, que lhe darei o aparte, mas esclarecendo o seguinte: quero me ater ao caso do Paraná, porque ele oferece peculiaridades singulares. Não quero fazer uma análise nacional porque as eleições não terminaram ainda, o Senador Paulo Brossard, nosso ilustre Líder, haverá de fazer uma apreciação conjunta desse resultado, há oportunidade própria. Aliás, hoje, trarei subsídios para o plenário e, também, para o nosso Líder, dando conhecimento de fatos e circunstâncias...

**O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) —** Mas V. Ex<sup>a</sup> me permite o aparte, porque há de convir, que o Senador Orestes Quêrcia abordou um setor novo e eu serei rápido.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — V. Ex<sup>a</sup>** nega que a ARENA perdeu para o voto em branco e para o voto nulo em São Paulo? Se for para V. Ex<sup>a</sup> negar isso, eu lhe darei o aparte.

**O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) —** Conceda-me o aparte e eu responderei a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) —** Tem V. Ex<sup>a</sup> o aparte.

**O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) —** A questão do voto nulo e em branco, é que ele foi contra a ARENA e contra o MDB — mais contra o MDB. Acompanhe o raciocínio, porque o povo nos colocou aqui para exercitarmos raciocínios e não usarmos só a palha das palavras. Em 1974, o MDB teve aquela grande vitória em São Paulo, com o Senador Orestes Quêrcia e um grande avanço no Brasil, em termos de Senado. Não houve quantidade considerável de votos em branco e votos nulos. Não ocorreram, em 1974, aquela votação em branco e aquela votação nula que ocorreram antes de 1974; e, agora, em 1978, ocorreram; por quê? Por um argumento do povo, muito simples. "Deixamos de votar na ARENA e passamos a votar no MDB para o MDB resolver o custo de vida, resolver os problemas do País; não resolveu; então, não confiamos na ARENA e nem no MDB". E o povo, então, votou, em grande parte, em branco. Aqueles votos positivos que foram para o MDB, em São Paulo, em 1974, e que lhe deram vitória para o Senado e a Câmara dos Deputados por uma diferença esmagadora obviamente, os votos daqueles eleitores não continuaram a ir para o MDB. Então, esses votos em branco e esses votos nulos representam uma censura aos dois partidos: mas, foi uma censura muito maior ao MDB. Tanto assim que o Sr. Senador Franco Montoro não conseguiu ultrapassar a grande margem de votos obtida pelo Sr. Senador Orestes Quêrcia. E voltando, agora, ao Sr. Senador Orestes Quêrcia, conforme os jornais noticiaram, ele trabalhou com afincô e dedicação pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, por quê? Ficou com medo de o Senador Franco Montoro ter uma diferença de votos maior do que ele; então ele quis ficar na redoma, quis ficar no Himaláia da vaidade como o Senador mais votado na América Latina. Esta que é a verdade. Então, é outra balela de V. Ex<sup>a</sup> e do Senador Orestes Quêrcia; os votos nulos e em branco significaram, na sua maioria, desconfiança para com o MDB.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) —** Eu registro o esforço de V. Ex<sup>a</sup>, mas também registro o fato de que V. Ex<sup>a</sup> NÃO NEGA QUE A ARENA teve menos votos do que os votos brancos e nulos registrados em São Paulo.

**O Sr. Orestes Quêrcia (MDB — SP) —** Permite um aparte, nobre Senador?

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) —** Com prazer.

**O Sr. Orestes Quêrcia (MDB — SP) —** Em 1974, eu tive 4.600.000 votos; o Professor Carvalho Pinto teve 1.600.000 em

São Paulo. Neste ano, o Senador Franco Montoro teve quase a votação que eu tive e o Professor Fernando Henrique Cardoso teve 1.200.000. O MDB, de 4.600.000 foi para quase 6.000.000 de votos; a ARENA, de 1.600.000 para 1.100.000. Eu pergunto: quem mereceu o repúdio do eleitorado de São Paulo? O MDB aumentou os votos; a ARENA diminuiu os votos. Os votos em branco e nulos significam, claro, evidentemente, matematicamente, um repúdio dos brasileiros de São Paulo à ARENA, provado por A mais B; 2 mais 2 são 4, e nenhuma matemática vai desviar este raciocínio. O povo repudiou a ARENA, esta é a realidade comprovada pelos próprios argumentos usados pelo Senador Eurico Rezende. Muito obrigado.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) —** Grato a V. Ex<sup>a</sup>, também, pelo aparte, que é de uma evidência indiscutível.

Mas, Sr. Presidente, munido de todos esses poderes, de todos esses instrumentos econômicos, como procedeu o ex-Senador Ney Braga? Ele nomeou o Sr. Jayme Canet; do qual, por sua vez, será sucessor. Ele é ex-Governador e futuro Governador. Homem acostumado, no passado, à luta política, ao exercício, inclusive, de todos os meios de influência e de domínio do poder. Como procedeu ele? Primeiro, suprimiu a imprensa, de maneira total e completa, para a Oposição; enquanto, diariamente, estavam ele e os seus candidatos e o Governador nas páginas de todos os jornais, referência alguma era feita aos seus adversários.

A imprensa foi suprimida para a Oposição e, durante os comícios, faziam referências desprimorosas aos nossos candidatos, inclusive a este modesto Senador. Diziam: "você não podem eleger Senador do MDB. Você elegeram Leite Chaves e ele desapareceu. Não fez nada. Ninguém o viu". Os jornais só reproduziam o que eles diziam.

Então, vim aqui ao Senado e resolvi pedir ao PRODASEN a relação dos meus modestos serviços e daquilo que o Sr. Ney Braga fez, ao longo do seu mandato de Senador, de 8 anos. Veja que dificuldade: eu tive que, em cada comício, explicar isso. Veja que coisa dolorosa: ele, usando a Imprensa e nós, os comícios. Ainda que tivéssemos comícios de grandes proporções, era uma faina muito difícil, porque com aquilo — ele é um homem terrível — ele visava a dois objetivos: primeiro, mostrar que o MDB é incapaz de fazer alguma coisa; quando quem é incapaz de fazer alguma coisa, os Srs. sabem, é esta Casa. O Senado, pela lei, não pode fazer nada. Não podemos legislar sobre funcionários públicos, sobre matéria financeira, nada que aumenta despesa. A Revolução eliminou tudo. E todos os projetos, por mais justos, que apresentemos, o partido oficial derruba, por determinação do Governo. Mas eu tive um recurso: pedi ao cérebro eletrônico o resultado dos nossos trabalhos nesta Casa e o do ilustre Governador.

Sr. Presidente, o cérebro eletrônico nos deu o resultado e tive que sair de comício em comício, dizendo: "Srs., eles suprimiram a televisão, suprimiram o rádio, não permitem comícios após determinadas horas, não o permitem nas proximidades de colégios, quartéis e hospitais e ficam dizendo isso; e os jornais retratam. Então, é uma injustiça, e não posso sofrer esta afronta. O Senador Ney Braga anda dizendo isso, mas pedi ao cérebro eletrônico informações e ele me deu estas informações."

Está aqui o trabalho do Senador Ney Braga nesta Casa, desde que tomou posse, até o ano de 1974. Tudo o que ele fez, está aqui: uma página apenas, dois projetos apenas, o de nº PLS 4/72 e PLS 42/73.

Enquanto isso, treze são as páginas que contêm os meus trabalhos, como os Srs. vêem, contendo dezenas de projetos, centenas de discursos e pareceres. (Palmas.)

Então, vejamos que situação ter que explicar tudo isso em comícios. Eles visavam a duas coisas: primeiro, marginalizar-me, mostrar a nossa incompetência, sabendo que nós não podíamos falar; e, ao mesmo tempo, procuravam marginalizar os nossos companheiros e derivar a luta, sendo que eles tinham a Imprensa e a Televisão, enquanto eu e meus companheiros de partido tínhamos apenas os comícios.

prejudicou seriamente. Por isso, sua votação concentrou-se em Curitiba e ele não pôde percorrer o resto do Estado a fim de que fossem conhecidas a sua imagem e a sua mensagem. Mas ele se sacrificou para que o nosso Partido obtivesse a vitória. E obteve essa vitória com um dos homens mais dignos, que foi Prefeito de Londrina, um de seus melhores prefeitos, já foi parlamentar, congressista e é muito conhecido desta Casa: José Richa, que também fez uma campanha de grande dificuldade, sem dinheiro, sem articulação e sem televisão, andando fervorosamente por todo o Estado.

Quando a campanha indicava que José Richa seria o vencedor e que o dinheiro e a corrupção não eram suficientes para eliminá-lo, o que fez a ARENA e seus chefes? Fizeram a campanha mais indigna que já vi na minha vida. Todos sabem que, no passado, José Richa pertenceu ao Partido Democrata Cristão, como pertenceu o ex-Líder e vencedor das eleições de São Paulo, Franco Montoro, presente ao plenário. Ele, no passado, pertenceu ao PDC como pertenceu Ney Braga e foram amigos. Pois toda a ARENA, todo o Partido oficial desenfreado uma campanha em todo o Estado dizendo que era inútil eleger José Richa, porque eleito se mudaria para o Partido oficial. Para debilitar o nome de nosso candidato na confiança dos nossos companheiros, Sr. Presidente, usou-se de um processo dessa natureza, sendo esse um dos fatores que mais concorreram para que não tivéssemos uma vitória tão expressiva como em 1974.

São coisas que não se fazem nem com um inimigo. Depois que o dinheiro e a corrupção, a pressão e a ameaça não funcionaram, usaram isto. E eu afianço à Casa que José Richa é um digno homem do nosso Partido e que o honrará no Senado, onde será um dos nossos valorosos membros. Tendo sido Prefeito de Londrina, poderia, ao terminar o mandato, se ele não tivesse interesse em manter vivas essas vinculações, se desvinculado do nosso Partido. Entretanto, assumiu a responsabilidade de ser candidato da Oposição, diante de todas essas circunstâncias adversas, e se a sua vitória não foi maior, como disse, foi em razão desses fatos, inclusive dessas injúrias. Até mesmo no dia da eleição, em Londrina, que é uma cidade politizada, a sua cidade, onde ele obteve 82% dos votos, na beira da urna havia cabo eleitoral para dizer aos eleitores que, se eles fossem votar em José Richa, não o fizessem, porque ele iria abandonar o MDB. Srs. Senadores, eu tenho testemunho disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência lembra ao nobre orador que dispõe de apenas 5 minutos para concluir o seu pronunciamento.

**O SR. LEITE CHAVES** (MDB — PR) — Sr. Presidente, agradeço, mas peço que V. Exª acresça ao meu tempo o da Liderança, para finalizar o meu discurso com mais tranquilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Nobre Senador, ao término do prazo regimental destinado ao pronunciamento de V. Exª, que será exatamente às 17 horas e 55 minutos, a partir deste instante, então, fluirá o tempo de Líder que V. Exª, agora, requer no exercício da Liderança da sua Bancada.

**O SR. LEITE CHAVES** (MDB — PR) — Perfeitamente, Sr. Presidente. Eu passo a palavra, agora, ao nobre colega pela representação do Estado do Paraná, o ilustre Senador Vilela de Magalhães.

**O Sr. Vilela de Magalhães** (ARENA — PR) — Nobre Senador Leite Chaves, evidentemente, V. Exª faz uma análise política da eleição. E eu não quero entrar aqui em discussão quanto a todos os detalhes do pronunciamento de V. Exª, mas em apenas dois ou três fatos, que são da mais fácil demonstração. Evidentemente, nobre Senador, o Governo tem feito tudo, dentro da legislação, para coibir os abusos econômicos nas eleições. V. Exª sabe que o voto, com a cédula oficial, foi instituído pelo Governo da Revolução, impedindo que aquele tradicional voto de curral, que existia no passado, distorresse a vontade popular. Sabe V. Exª também que a instituição da obrigatoriedade de transporte de eleitores pela Justiça Eleitoral é

conquista atual. Portanto, toda e qualquer particularidade de distorções, em termos de abuso de poder, não pode ser atribuída ao Governo, mas um fato isolado do candidato, que assim procede mal e que evidentemente acontece neste País, pois todos sabemos que existe tanto dentro da ARENA, como do MDB. É inquestionável para aqueles que conhecem detalhes de campanha de cada Estado que esse fato de abuso do poder econômico, em eleições, existe. Esta é uma verdade indiscutível. Quando V. Exª acusa, — não tenho procuração para defender o futuro Governador Ney Braga, — de S. Exª ter nomeado auxiliares ou companheiros políticos para cargos de confiança de Governo. Nada mais justo, nada mais correto de que, se tiver que indicar um companheiro ou algum cargo pela conquista política, evidente que S. Exª iria nomear pessoas do seu quadro partidário, como fez o próprio Prefeito Antônio Belinatti, de Londrina, que nomeou o seu irmão auxiliar direto dele. Ninguém pode contestar o fato quanto a sua veracidade e a sua retidão. Não se nomeia para cargo de confiança um inimigo político, desde que o cargo seja de confiança, de atribuição e de nomeação política. Quanto a um outro fato que V. Exª acusou diretamente de reajuste de empreiteiros, na atual eleição do Paraná, quero dizer a V. Exª que todos os contratos de obra, quando acima de cento e vinte dias de prazo, no Brasil inteiro, até na Prefeitura de Londrina, onde detém o poder o MDB, com grandes obras, evidentemente, existem as cláusulas de reajustamento legais, que vão depois para o Tribunal de Contas para serem analisadas. Então, quanto a esta questão de empreiteiros aceitar ou receber o reajustamento, quando ele se definisse a favor da ARENA ou de um candidato qualquer de preferência de Ney Braga, como V. Exª acusa, não é verdade. O reajustamento é de lei e V. Exª, que é advogado, poderá pegar todos os contratos de obras rodoviárias do Estado do Paraná, que estão dentro do espírito do Decreto-lei nº 200, inclusive, com concorrência e dentro daqueles critérios normais de atualização do custo da moeda dos serviços, é por lei, todo contrato. Não é verdade que esses contratos tenham sido reajustados por favores políticos. E V. Exª, quando mostrou comparativamente o seu currículo de trabalho, aqui dentro desta Casa, evidentemente, comparando com o do ex-Senador Ney Braga, isto não é critério, veja bem, em quantidade e mesmo o trabalho e o desempenho, aqui dentro, para credenciar à reeleição ou o prestigiamento político; tanto é que o Deputado Antônio Bresolin, que talvez, dentro do computador, mostre o maior trabalho dentro da Câmara dos Deputados, não conseguiu reeleição. Não creio que o ex-Senador Ney Braga tenha tido um péssimo desempenho nesta Casa, pelo contrário, pelo menos, dentro daquilo que os seus companheiros da época relatam, o desempenho de S. Exª aqui foi da mais alta valia para esta Casa. E assim, nobre Senador, aceitamos, como emedebista que V. Exª é, a sua defesa e a sua glória em ter vencido as eleições para o Senado no Paraná, com o seu Partido. Mas, acreditamos que muita coisa que V. Exª acusa não é verdadeira. Não posso provar porque, evidentemente, não tenho elementos. Acredito que muitas delas sejam reais e possam ter até distorções pessoais de candidatos, mas não que essa acusação possa cair em cima do ex-Ministro Ney Braga, que é uma liderança incontestada, demonstrada em voto popular, desde 1960, no Paraná, e do trabalho desenvolvido pelo atual Governador Telles Júnior, nomeado, escolhido indiretamente mas, evidentemente, um governador que mostrou, diante da pesquisa de opinião pública nacional, um índice de popularidade e de trabalho de 68%. Portanto, o fato político da vitória de José Richa, no Paraná, para o Senado, não desmerece em nada o trabalho desenvolvido pelo então Ministro Ney Braga, nem tampouco o trabalho do atual Governador Canet Junior. Era o que eu tinha a comentar.

**O SR. LEITE CHAVES** (MDB — PR) — Fico muito satisfeito pelo fato de V. Exª não negar que houve reajustamento de contrato de construção no Paraná.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Começa a fluir, a partir desse instante, o tempo de Liderança solicitado por V. Exª

O Sr. Vilela de Magalhães (ARENA — PR) — O reajustamento existe em todos os contratos do Brasil.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Permite o nobre Senador um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Logo em seguida, Senador Paulo Brossard, darei o aparte a V. Ex<sup>a</sup>. Quero fazer umas correções ao tranqüilo e muito elegante aparte do Senador Vilela de Magalhães.

V. Ex<sup>a</sup> disse que esse Governo assegurou liberalidade e liberdade para a eleição, porque introduziu a cédula única. Todavia V. Ex<sup>a</sup> está defasado; a cédula única não é deste Governo. Na época da eleição de Jânio Quadros, ela já existia e foi utilizada.

V. Ex<sup>a</sup> disse que houve a lei do Transporte. Foi, realmente, da iniciativa do ilustre Senador Etelvino Lins, mas foi o próprio Senador Etelvino Lins que, nas últimas eleições, declarou que deturpavam a sua lei, porque o próprio Governo negou à justiça condições materiais para que ela se fizesse cumprir.

V. Ex<sup>a</sup> disse que era justo que o Ministro Ney Braga nomeasse seus amigos para cargos de confiança. Mas, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o Sr. Ney Braga era Ministro da Educação e a Presidência do INPS não é cargo de confiança para o Ministério da Educação. Também não é o Banco Nacional da Habitação que não lhe está, sequer, subordinado. Também não é a Caixa Econômica Federal, nem o BNH, nem o Banco do Brasil, que é uma sociedade de economia mista, cujo Presidente é eleito por uma assembléia.

V. Ex<sup>a</sup> também disse que eu fiz comparações. Eu, aqui, não acusei, mas me defendi. Eu apenas disse de que meio tive de lançar mão para não cair no desmerecimento do meu povo e nem dos meus companheiros.

Suprimiram o rádio, a televisão e os jornais. Os nossos comícios não podiam ir, naturalmente, além das multidões que nos aplaudiam. Enquanto isso, eles usavam o jornal, a televisão e o rádio, para dizer: "Não votem nos candidatos do MDB, porque eles nada farão. Onde está o Leite Chaves? Desapareceu." E, então, o meio de que lancei mão para os comícios foi esse: se o Senador Ney Braga alardeou que teve atividade parlamentar mais intensa que a minha, só me restou esta síntese do PRODASEN, para provar o contrário, exibindo-a em comícios e agora desta tribuna.

Tinha que fazer isso para me defender, para que eu não me desmerecesse aos olhos dos Presidentes de Diretórios, dos meus companheiros, e para que eles tivessem argumentos convincentes para prosseguir a luta.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com todo prazer, nobre Senador Paulo Brossard.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Nobre Senador Leite Chaves, eu estava longe do plenário, mas ouvindo o seu discurso, quando V. Ex<sup>a</sup> fez referências à personalidade do Sr. José Richa, que, para honra do Paraná, e para prazer nosso, será o futuro Senador pelo seu Estado, sentando ao seu lado, sendo a outra voz do Paraná, nesta Casa. Eu queria dizer que subscrevo e aplaudo os conceitos que V. Ex<sup>a</sup> emitia a respeito daquele nosso eminente companheiro. Fui colega de José Richa, na Câmara dos Deputados, e ainda hoje me recordo de discursos feitos por S. Ex<sup>a</sup> a respeito do café, do problema do café, da política do café. Discursos que foram proferidos há 10 anos, talvez, um pouco mais de 10 anos, e que me impressionaram de tal maneira, que eu não os esqueci até hoje. É o que é mais importante, o que o Deputado Richa disse, então, sobre a política do café se confirmou perfeitamente, plenamente. De modo que, é um homem de alta qualificação, da melhor estirpe e será, como V. Ex<sup>a</sup> teve ensejo de dizer, será uma das melhores figuras do Senado, a partir do ano que vem. Um digno companheiro de V. Ex<sup>a</sup> e um grande companheiro de Bancada do MDB.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Senador Paulo Brossard, a agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> que é um testemunho da atuação parlamentar passada do nosso ilustre candidato.

Eu posso assegurar ao Senado e a minha Bancada, que o Sr. José Richa é um homem digno por todos os títulos. Fez ele uma campanha de oposição, uma campanha de oposição seriíssima, de conceitos contra este modelo econômico. E, a despeito de tudo isso, o Partido oficial, sistematicamente, usou este processo cínico de alegar que, sendo ele amigo de Ney Braga, haveria de passar para o outro Partido, para, isso, diminuir a sua imagem, no nosso conceito, para, com isso, diminuir o impacto eleitoral em seu favor.

Senador Vilela, V. Ex<sup>a</sup> procurou insinuar que estávamos aqui, procurando justificar fatos; nós não estamos nem invocando glórias nem vitórias, nem estamos amargurados, estamos dando depoimentos para que fatos lamentáveis como estes não ocorram no futuro. Lembra-se V. Ex<sup>a</sup> que o próprio Governador Ney Braga, que V. Ex<sup>a</sup> tanto defende, entrou na vida pública condenando a corrupção no Estado do Paraná. Foi ele que convenceu o Brasil que Lupion era um corrupto, vendendo até praças; foi com base nessa bandeira que ele venceu uma determinada campanha no Estado. Mas que ele não venha a imitá-lo, que ele não venha a reproduzi-lo, talvez incorrendo naquela figura de Psicanálise que se chama *Father imago* — a imagem do pai. Muitas vezes o pai maltrata a mãe em presença do filho. Esse ato que o filho condena e que lhe causa revolta, vem por ele a ser reproduzido na maturidade. Termina imitando aquilo que condenava, aquilo que, segundo Adler e Jung e Freud passou a chamar *Father imago*.

Isso também se processa em outras circunstâncias, por assimilação; como passou a ocorrer no caso Ney Braga, que veio a reproduzir Lupion, seu adversário do passado.

Esperamos que o Governador Ney Braga medite sobre a derrota, que lhe está sendo muito amarga, para que no futuro adote comportamento mais digno e mais compatível com a moralidade exigida por um Estado evoluído, como é hoje o Paraná.

O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO) — V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Pois não.

O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO) — Preliminarmente, nobre Senador Leite Chaves, indagaria a V. Ex<sup>a</sup> se tem seu endosso e se subscreve o que foi lido por V. Ex<sup>a</sup> deste jornal — se não me falha a memória — *Folha de S. Paulo* — com relação à situação política do Paraná? Essa é a preliminar, essa a indagação, para que eu pudesse, com a resposta de V. Ex<sup>a</sup>, prosseguir no meu aparte.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Se V. Ex<sup>a</sup> fosse advogado e estivesse usando esse argumento numa audiência ou num tribunal de júri V. Ex<sup>a</sup> estaria inteiramente desamparado. Como é que eu não posso endossar, se eles não desmentiram? Qualquer acusação que não seja desmentida é tida como válida, desde que ela tenha sido conhecida do público e divulgada pelos jornais, como é o caso.

O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO) — V. Ex<sup>a</sup> então endossa?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — De forma que V. Ex<sup>a</sup> vê que o jornal não foi desmentido. Não me cabe endossar. Aos acusados é que cabe a rejeição ou a impugnação da nota.

O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO) — Mas, prosseguindo no meu aparte, já que V. Ex<sup>a</sup> endossa ...

O SR. LEITE CHAVES (ARENA — PR) — De forma que se V. Ex<sup>a</sup> quiser usar argumentos à altura da Casa, como V. Ex<sup>a</sup> tem usado, terá o aparte. Mas V. Ex<sup>a</sup> não pense que, através de sofismas, V. Ex<sup>a</sup> vai me envolver em situação desta natureza.

O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO) — Não estou com sofisma, Excelência!

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — V. Ex<sup>a</sup> é capaz de dizer se houve negação disso? Houve refuta pública da reportagem?

**O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO)** — Excelência, eu não conhecia o texto do jornal e escapou-me se a acusação de que as firmas empreiteiras que tinham recebido reajustes por corrupção, dito por V. Ex<sup>a</sup>, escapou-me — repito — se fazia parte da leitura do jornal ou se era V. Ex<sup>a</sup> que fazia esta denúncia.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Excelência, são fatos notórios, que no Paraná se comentam, condenam-se e não se negam.

**O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO)** — Mas quero crer que não fica bem para nós ...

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Senador Benedito Ferreira, somos Senadores do País. É uma honra tê-lo neste debate. Mas, como eu disse, estamos debatendo a campanha no Paraná. Quero saber se V. Ex<sup>a</sup> está habilitado a discuti-la? V. Ex<sup>a</sup> esteve no Paraná durante as eleições ou V. Ex<sup>a</sup> esteve no seu Estado disputando também as eleições?

**O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO)** — Eu estive também no Paraná.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Mas V. Ex<sup>a</sup> esteve na campanha?

**O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO)** — Mas isto não impede, pois V. Ex<sup>a</sup>, que é um paraibano, está representado o Paraná aqui. Logo, creio que me assiste o direito...

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Qual é o fato que o habilita a entrar neste debate? V. Ex<sup>a</sup> esteve na campanha?

**O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO)** — O que me habilita, Ex<sup>a</sup>, é ver...

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — V. Ex<sup>a</sup> diz que é falsa a acusação do jornal?

**O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO)** — Eu indaguei a V. Ex<sup>a</sup>, preliminarmente, se V. Ex<sup>a</sup> endossava...

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Mas em jornal não precisa de endosso, ele precisa é de credibilidade.

**O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO)** — V. Ex<sup>a</sup> vai me permitir o aparte ou não?

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Os ofendidos é que devem fazer as suas reparações ou as suas contraditas. Estou lendo o jornal *A Folha de S. Paulo*, do dia 7 de novembro de 1978: "Corrupção eleitoral nos Estados. Órgãos oficiais do Paraná ajudam o candidato de Ney."

Tudo isto está dito aqui.

Os repórteres desse jornal estão presentes na Casa. V. Ex<sup>a</sup>, então, dirija-se a eles, se V. Ex<sup>a</sup> nega a autenticidade; já que os ofendidos não tiveram a coragem de fazê-lo, V. Ex<sup>a</sup> por sub-rogação ou como procurador *ad hoc*, que o faça; porque eu não vou discutir com V. Ex<sup>a</sup> sobre esse assunto. V. Ex<sup>a</sup>, evidentemente, há de compreender que não seria legítimo estar eu hoje falando sobre a campanha de Goiás, Estado de V. Ex<sup>a</sup>, onde eu não estive, durante a campanha eleitoral. Não que V. Ex<sup>a</sup> não tenha qualificação pessoal para discutir qualquer matéria aqui; mas somente com relação a este assunto, porque V. Ex<sup>a</sup> não está a par dos fatos.

**O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO)** — Não estou entrando no mérito Excelência. O que me causa repulsa, e quero crer que à consciência de qualquer democrata desta Casa, é V. Ex<sup>a</sup> permitir-se acusar, da forma que fez, firmas empreiteiras do Paraná. Mas não citou o nome de uma firma empreiteira. Quero crer que V. Ex<sup>a</sup>, como bom representante do Paraná, já que por lá, graças a esse mar de lama, deveria, até para a sua postura de representante, citar nominalmente essas firmas que estão se locupletando com essa sinecura

denunciada por V. Ex<sup>a</sup>. É essa a minha preocupação. Não estou entrando no mérito eleitoral. O que me causa repulsa, e quero crer que ofende à consciência desta Casa, é o fato de que V. Ex<sup>a</sup> esteja denunciando e não esteja dando nome aos bois. Há firmas fazendo corrupção no Governo do Paraná e, no entanto, V. Ex<sup>a</sup> não citou o nome de uma dessas firmas sequer. Daí a minha indagação: é do jornal ou é de V. Ex<sup>a</sup> essa acusação.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Mas veja como V. Ex<sup>a</sup> está deslocado e desmontado. O próprio Senador do Estado do Paraná, ilustre Senador Vilela de Magalhães, presente, confirmou que houve um reajustamento.

**O Sr. Vilela de Magalhães (ARENA — PR)** — Permite V. Ex<sup>a</sup>, já que V. Ex<sup>a</sup> tocou no meu nome. Eu nego que tenha havido corrupção, e convido V. Ex<sup>a</sup>, já que V. Ex<sup>a</sup> não quer dar nome às firmas, eu que sou Engenheiro do Departamento de Estradas de Rodagem, a ir ao Departamento e colocar todos os contratos à sua disposição para que V. Ex<sup>a</sup>, então, demonstre em qual vai encontrar essa corrupção.

**O SR. LEITE CHAVES (ARENA — PR)** — V. Ex<sup>a</sup> não se entusiasme no debate, porque depois virão os testemunhos. Estou falando no fato genericamente e V. Ex<sup>a</sup> sabe, conhece muito bem a situação. Todos têm conhecimento — isso foi ventilado nos jornais — que o futuro Governador Ney Braga, em Maringá, logo no começo da campanha se manifestou desapontado porque a arrecadação feita naquela cidade fora menor do que a de Londrina. O jornalista que noticiou isso foi sumariamente despedido. Ora, se entre firmas que não têm nem vinculação oficial há coisa dessa natureza...

Outra coisa: nas vésperas da campanha, comerciantes eram solicitados a dar somas em dinheiro e houve um entre eles que deu cinquenta mil e logo depois teve que dar a outro arrecadador cem mil cruzeiros.

Meus Senhores, estou procurando delinear um quadro do que houve no Estado do Paraná para que sirva de meditação ao futuro Governador Ney Braga, ele que começou na vida pública denunciando a corrupção, ele que começou condenando Lupion. Todos conhecem Lupion, a imagem mais condenada deste País em razão das acusações feitas pelo futuro Governador Ney Braga, o qual por uma figura de psicanálise terminou por reproduzi-la; terminou compulsivamente fazendo aquilo que condenara.

Houve também um outro Governador nomeado chamado Leon Peres, de triste memória. Um dos maiores corruptos que já existiram no Estado. O nosso Estado, infelizmente, é conhecido no País como um Estado que tem governadores corruptos.

Pois sabem os Senhores o que o povo, hoje, diz? Que Lupion e Leon Peres são meros trombadinhas diante dos atuais donos do Estado.

Sr. Presidente, não poderia terminar este discurso sem fazer uma menção a uma empresa que pela seriedade de seus propósitos e pela honradez de seus funcionários foi capaz de impedir que se corrompesse o pleito no Paraná, como se fez em vezes passadas...

**O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira. Fazendo soar a campainha.)** — Solicito a V. Ex<sup>a</sup> que não conceda mais apartes, porque o seu tempo está esgotado.

**O-SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Agradeço, Sr. Presidente, e terminarei ao final dessas observações.

**O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO)** — Quer dizer que V. Ex<sup>a</sup> não vai me conceder o aparte?

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Quero me referir à Rádio Alvorada de Londrina, uma rádio privada que, mesmo assim, teve um papel extraordinário nesta eleição. Ela se organizou para divulgar o resultado do pleito e começou a realizar a apuração, a computá-la a partir da primeira urna que se abriu em Guaíra e depois em Cascavel. Em razão da sua organização e eficiência,

passou a ser o núcleo de informação mais correto do Estado, e o Paraná todo, por ela, acompanhou as eleições, de maneira a nos dar tranquilidade no instante em que o nosso candidato ao Senado ganhava por 48 mil votos e o Presidente da ARENA, nomeado senador indireto, vai à televisão num programa nacional e declara que no Paraná o candidato oficial ganhara, e mais do que isso, dando causas para a vitória. E o fazia de maneira tão convincente que o País e o Paraná acreditaram naquilo, num instante em que havia dúvida sobre o resultado.

No passado, nas nossas eleições, houve uma manipulação condenada; as eleições iam em franco processamento, tínhamos certeza de que fariamos a maioria dos Deputados Estaduais e Federais, e o computador, inexplicavelmente, parou. Em razão disso, tivemos três Deputados Estaduais a menos e dois Federais. E esta manipulação implicou nisso. Desta vez, a nossa preocupação era de que isso não se repetisse, mas a Rádio Alvorada nos conferiu subsídios e por isso nos organizamos, fomos a Curitiba, tomamos todas as providências e aquela perpetração não se verificou.

E o nosso receio aumentava na medida em que ocorria um fato altamente suspeito: o secretário do Tribunal Eleitoral, que é bacharel, mas que nunca foi advogado, que tem não só impedimento para a advocacia, mas também, incompatibilidade, fora indicado por uma lista triplíce para ser desembargador. Como advogado ele não podia nem ser candidato, porque ele não era militante, mas mesmo assim fora indicado antes das eleições, e a nomeação haveria de ser feita depois. Embora nada tenhamos contra S. Ex<sup>a</sup> em particular, era um fato altamente suspeito. Quer dizer, o homem que controla, que tem a autoridade sobre a organização, sobre o computador, o computador que no passado, inexplicavelmente parou, e que em razão dessa paralisação tivemos deputados a menos em 1974.

Ora, se no passado afetou resultados maiores, como não poderia facilmente transmutar uma menor diferença de votos.

Então, foi esta rádio, a Rádio Alvorada, com o seu trabalho eficiente, lançando mão de um computador, de funcionários sérios, que nos deu meios de nos organizar e evitar que essa violência se perpetrasse, que se repetisse a violência do passado contra a vontade popular.

Senador Osires Teixeira, deploro não poder dar o aparte a V. Ex<sup>a</sup> e, não o faço porque já não tenho tempo regimental para isso.

Termino, Sr. Presidente, fazendo votos para que o próprio Governo medite sobre essas circunstâncias: o povo brasileiro não aceita mais isso; a corrupção, a violência, as promessas e as influências, já não geram resultados, sobretudo, naqueles Estados em que as pessoas dispõem de um meio econômico mínimo para sobreviver, podendo em razão disso, manifestar a sua consciência. E a consciência brasileira se fez manifestar em favor do partido que nasceu a determinação dos brasileiros em lutar pela sua independência e liberdade, que é o Movimento Democrático Brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

# **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LEITE CHAVES EM SEU DISCURSO:**

## **ÓRGÃOS OFICIAIS DO PARANÁ AJUDAM CANDIDADOS DE NEY**

**A. C. SCARTEZINI,**  
Enviado Especial

Com a injeção maciça de verbas e obras, mais a disposição de continuar a prestigiar com cargos os arenistas que aceitam a liderança do antigo e futuro Governador Ney Braga, o Governo Federal transformou o Paraná num laboratório eleitoral, onde testa a capacidade que podem ter os eleitos de um importante Estado em responder à atenção governamental, votando na ARENA.

O teste foi preparado pelo Governo com tanto empenho que o Senador Accioly Filho, arenista dissidente, resolveu abandonar a política por não aceitar o novo processo eleitoral.

"O Paraná — diz ele — nunca teve tão ostensivo processo de manipulação de veículos e bens do Estado em favor de candidatos.

Voltamos à situação anterior à Revolução de 30, particularmente por culpa das eleições indiretas."

Embora o Senador esteja se afastando, o filho Accioly Neto tenta se manter como Deputado estadual, enfrentando pressões de todos os tipos. Para evitar sua reeleição, Ney Braga conseguiu retirá-lo o apoio de 11 dos 12 prefeitos com que contava até o início da campanha eleitoral. Os 12 prefeitos, segundo amigos de Accioly Neto, foram procurados com conselhos para não votarem no Deputado porque "ele pode criar problemas para o Governo".

Apesar de tudo, o MDB deve vencer a eleição ao Senado com José Richa, passando a ter dois dos três Senadores (o terceiro é o "biónico"). A impressão no Estado é a de que Richa pode ser menos votado do que o candidato oficial, Túlio Vargas, mas deve ganhar na soma de legenda: a ARENA concorre apenas com Vargas, enquanto o MDB concorre ainda com o Deputado estadual Enéias Faria. A previsão é de arenistas ligados a Ney Braga e que acompanham a evolução eleitoral.

## **UM LABORATÓRIO**

O ponto de partida do entendimento da política paranaense está no prestígio que o Governo Geisel concedeu ao Paraná, e que o General Figueiredo, no final de outubro, prometeu manter, sempre se pensando em assegurar, no Estado, o domínio da ARENA. O próprio Braga foi nomeado Ministro da Educação, ao mesmo tempo em que conseguiu colocar seus amigos nas direções de órgãos federais como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o INPS, o Banco Nacional da Habitação e a CIBRAZEM.

A explicação para o processo em que Ney Braga conseguiu a ascensão de seus amigos em Brasília está no fato de que, nas eleições parlamentares de 74, a ARENA do Paraná, apesar da importância do Estado, conseguiu empatar com o MDB na escolha de Deputados federais e eleger quatro Deputados estaduais a mais, embora perdesse no Senado. Em 78, a previsão de arenistas é a de que continua a perder no Senado, mas deve eleger mais Deputados federais e manter a diferença na Assembléia.

O prestígio em Brasília da ARENA de Ney Braga cresceu mais depois das eleições municipais de 76, quando o desempenho arenista — e particularmente a vitória na escolha de Vereadores em Curitiba — chamou a atenção federal. O próprio Braga e amigos como o atual Governador Jaime Canet e o Prefeito curitibano Saul Raiz conseguiram, então, convencer o General Geisel de que a ARENA do Paraná é viável, merecendo assim transformar o Estado no laboratório para 78. Em seguida, vieram as verbas, as obras e os empregos para os amigos.

O próprio Ney Braga, percorrendo agora o Estado em campanha, chama a atenção dos paranaenses para o fato de que as facilidades federais para a ARENA podem se ampliar depois de 78. É dá exemplo de seu prestígio pessoal, como este:

"Vocês se lembram do Antoninho de Morretes? Aquele Antoninho que veio de Morretes para ser funcionário da Assembléia, mas que depois levamos para a Secretaria da Fazenda, onde passou a fazer o orçamento do Estado? Sabem o que está fazendo hoje o Antoninho? O Antoninho hoje é o dono do orçamento do Brasil. Vejam só".

O Antoninho de Morretes, ou Antônio Alves de Oliveira, trabalha hoje na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, onde é o diretor do Instituto Nacional de Orçamento (INOR), qualidade em que coordena todos os anos a elaboração da proposta orçamentária que o Governo submete ao Congresso Nacional.

## **Carta de Raiz**

O prefeito Saul Raiz despachou pelo correio uma circular aos moradores de Curitiba impressa em letras douradas, pede votos para os candidatos da ARENA.

No entanto, pelo menos uma das pessoas que recebeu a carta do prefeito não poderá atender à pressão. É o advogado Amauri Silva, cassado em 64, último ministro do Trabalho do Governo Goulart.

Embora não possa votar, o ex-Ministro Amauri Silva respondeu a Saul Raiz, com outra carta. Em sua resposta, começa por estranhar que Raiz se tenha prevaído do "cargo que ocupa, de prefeito nomeado" para despachar a circular sem dizer quem pagou as despesas. Em seguida, afirmou que o documento "não condiz com a isenção e imparcialidade que deve ter o homem público investido da função". Finalmente, disse que o documento "desrespeita e fere de morte a sensibilidade e independência política da gente curitibana".

A preocupação de Amauri Silva é mesmo com as despesas provocadas pela circular do prefeito. Calcula que mais de 200 mil eleitores de Curitiba tenham recebido a circular de letras douradas e, conforme o carimbo do correio nos envelopes, o despacho postal de cada cópia custou Cr\$ 1,80. Assim, só com o Correio, a despesa não seria menor do que Cr\$ 400 mil, restando, porém, avaliar as despesas com o papel, impressão, envelope e preparo da correspondência. Os envelopes, por sinal, foram impressos por computador.

O computador, por sinal, é aproveitado também por Nei Braga. Como o comandante local da campanha arenista, mandou imprimir num computador uma carta personalizada em oito modelos diferentes, dirigidas a prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e eleitores da ARENA.

#### A Máquina

Com os recursos do Estado postos à disposição, a campanha eleitoral no Paraná não está sendo cara para os candidatos que são amigos de Nei Braga, Jaime Canet e Saul Raiz, que sempre levam consigo Túlio Vargas nos contatos com o povo, especialmente nas inaugurações, onde os locutores e governantes nunca se esquecem de lembrar nos microfones a presença do candidato a senador.

Nunca se esquecem de advertir para o fato de que a eventual derrota arenista será atribuída aos prefeitos, vereadores e cabos do partido, cujos municípios não devem, no caso, esperar muita coisa das administrações estadual e federal nos próximos anos.

Nunca falta, também a dedicação dos funcionários públicos à campanha arenista. Em pessoa, o secretário de Viação e Obras, Osires Guimarães, conseguiu de uma empreiteira, em Antonina, a demissão de um funcionário que levava no carro um plástico com a propaganda do emedebista José Richa.

O empenho dos gerentes do Banco do Estado não fica atrás. Em qualquer ponto do Paraná, o responsável pela agência local do Banco é um atento agente à disposição da ARENA. Se numa cidade, por exemplo, o gerente do banco localiza uma residência com cartaz do MDB, trata logo de identificar o proprietário. Depois, no banco, vê se o proprietário ou algum parente possui alguma coisa pendente no estabelecimento. Se possuir, alguém vai ponderar-lhe que as transações bancárias ficam mais fáceis quando não se faz a propaganda do MDB.

A mobilização dos recursos de uma determinada agência oficial e feita pela ARENA para que dê cobertura a candidatos definidos à Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa. A cobertura é geral apenas para o candidato ao Senado, Túlio Vargas. Na distribuição dos recursos, a preferência é para os dois candidatos de Nei Braga a deputado federal, ambos tentando a reeleição:

1 — Norton Macedo — um homem da assessoria pessoal de Nei Braga, se elege sempre de acordo com as disponibilidades arenistas do momento. Assim em 78 não deve ser votado nas mesmas áreas com que se elegeu em 74. Desta vez, Braga mandou votar nele alguns prefeitos do Sul, do Oeste e do Norte, conforme as áreas disponíveis que selecionou; 2 — Mário Braga Ramos — primo de Nei Braga — também tem sua votação variando de uma área para outra, em cada eleição, conforme as disponibilidades do momento. Vem se elegendo para a Câmara desde 66, mas em 70 ficou apenas como suplente. A derrota de 70 se explica: Nei Braga não estava em boa posição no poder, pois o governador era Paulo Pimentel.

Para a Assembleia, a preferência de Nei Braga é por outro primo, Fabiano Braga Cortes.

O governador Jaime Canet também tem as suas preferências. Para a Câmara, está empenhado em eleger um parente, Pedro

Sampaio, derrotado em 74 para deputado estadual. Agora, com o parente sendo governador, ficou mais fácil receber a garantia do apoio de alguns prefeitos selecionados com cuidado para evitar surpresas.

Para a Assembleia, o empenho do Governador está na eleição de João Elísio Ferraz de Campos, que deixou de ser secretário de Agricultura em 15 de maio, quando se desincompatibilizou. A votação de Ferraz de Campos também foi dividida por várias prefeituras, criando-lhe choques com outros arenistas, por questões de invasão de área.

Quanto ao apoio específico das agências burocráticas, a ARENA dividiu assim a atuação da máquina: 1 — Banco do Estado: apóia Norton Macedo, Braga Ramos e Cleverton Teixeira (seu funcionário) como candidatos à reeleição na Câmara. Na assembleia, o apoio é de João Elísio Ferraz Campos; 2 — Secretaria do Interior: apóia Roberto Galvani para Deputado federal, porque foi chefe de gabinete do secretário; 3 — Secretaria de Saúde apóia a reeleição do Deputado federal Arnaldo Buzato, ex-secretário, especialmente por intermédio da rede de postos de saúde; 4 — Secretaria de Segurança, procura, por intermédio das delegacias de polícia, reeleger o ex-secretário Ítalo Conti para a Câmara; 5 — Secretaria de Agricultura, a favor da eleição, como Deputado estadual, de João Elísio Ferraz Campos; 6 — Departamento de Estradas de Rodagem: pela candidatura a Deputado federal do Senador Hamilton Vilela de Magalhães; 7 — FAMEPAR (Fundação de Assistência aos Municípios): está ajudando José Sampaio a ir para a Câmara; 8 — FUNDEPAR (Fundação Educacional do Estado): presidida por Guilherme Braga, irmão do futuro Governador, apóia os primos Braga Ramos (federal) e Fabiano Braga Cortes (estadual).

Na área federal, no Banco do Brasil é acusado de ter auxiliado a candidatura a Deputado federal do ex-Governador Paulo Pimentel, que, apesar de ter contra si Ney Braga, deve ser o mais votado do Estado. A acusação afirma que o empréstimo de 500 mil dólares pedido ao banco por Pimentel para suas empresas contou com parecer favorável da assessoria técnica do estabelecimento, mas ficou paralisado na cúpula, em Brasília. Então Pimentel esteve em Brasília com o General Figueiredo e acertou sua candidatura a Deputado, o que teria coincidido com a liberação do dinheiro. Ainda em coincidência com a decisão, a Rede Tupi de Televisão voltou a fornecer sua programação para transmissão na emissora de Pimentel.

Ainda o Banco do Brasil, o Diretor Matos Leão, que foi Senador pela ARENA do Paraná até receber a nomeação para a Diretoria, no início do segundo semestre deste ano, costuma reunir gerentes do estabelecimento para pedir apoio eleitoral ao seu partido. Sem ver nada de mais na questão, alguns arenistas ponderam que o objetivo de Matos Leão é impedir que o Banco do Brasil continue a eleger seus funcionários pelo MDB no Paraná. É o caso do Senador Leite Chaves e dos Deputados federais Sebastião Rodrigues e Fernando Gama, todos eleitos em 74 pelo MDB e funcionários do Banco.

Novamente na área federal, há a atenção da Previdência Social a Reinhold Stephanes, do grupo de Ney Braga, ex-presidente do INPS e agora candidato a Deputado federal. O lançamento de sua candidatura ocorreu em dezembro do ano passado, numa entrevista concedida, em Curitiba, na TV-Paranaense, a principal da cidade.

Segundo pessoas da ARENA, a emissora recebeu uma sugestão para que permitisse uma entrevista com o então presidente do INPS, porque isso poderia impedir a cobrança judicial dos recolhimentos de contribuições à Previdência Social em atraso. A proposta teria sido aceita, com a disposição de emissora em permitir a entrevista num sábado à noite —, no horário nobre, durante uma hora e meia, interrompendo a programação normal feita pela Rede Globo. Entrevistado por 20 jornalistas que levou para o encontro, Stephanes falou de sua administração na Previdência.

A candidatura de Reinhold Stephanes é uma das que mais gasta, utilizando-se de pintas de publicidade e carros com som espalhados por todo o Estado. No entanto, ele é conhecido financeiramente por sua origem familiar humilde no interior paranaense.



## ATAS DE COMISSÕES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

37ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA),  
REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1978

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de novembro de mil novecentos e setenta e oito, na Sala Clóvis Beviláqua, sob a Presidência do Sr. Senador Daniel Krieger, presentes os Srs. Senadores Helvídio Nunes, Leite Chaves, Itálvio Coelho, Otto Lehmann, Osires Teixeira, Dirceu Cardoso, Gustavo Capanema, Paulo Brossard e Lenoir Vargas, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente dá início aos trabalhos da Comissão. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior é, em seguida, dada como aprovada.

Com a palavra, o Sr. Senador Otto Lehmann apresenta parecer pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 262/78, que "regulamenta o exercício da profissão de Desenhista". Aprovado.

A seguir, o Sr. Presidente comunica que vai-se passar à apreciação do parecer do Sr. Senador Helvídio Nunes ao Projeto de Lei da Câmara nº 120/78 — Complementar, que "dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional", adiada do dia 23 para hoje, 24 de novembro.

Com a palavra, o Sr. Senador Helvídio Nunes lê seu parecer pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto aprovado pela Câmara dos Deputados. Em discussão, o Sr. Senador Paulo Brossard pede vista do processado, que lhe é concedida pelo Senhor Presidente, ficando desde logo marcada reunião para o dia 27 de novembro, às 9:00 horas, a fim de se apreciar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Assistente, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

38ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA),  
REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 1978

Às dez horas do dia vinte e sete de novembro de mil novecentos e setenta e oito, na Sala Clóvis Beviláqua, sob a Presidência do Sr. Senador Daniel Krieger, presentes os Srs. Senadores Eurico Rezende, Lenoir Vargas, Otto Lehmann, Helvídio Nunes, Itálvio Coelho, Dirceu Cardoso, Paulo Brossard, Osires Teixeira, Leite Chaves e Gustavo Capanema, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente dá início aos trabalhos da Comissão. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior é, em seguida, dada como aprovada.

O Sr. Senador Paulo Brossard devolve o Projeto de Lei da Câmara nº 120/78 — dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, cuja vista lhe fora dada.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Helvídio Nunes, Relator da Matéria, que passa a ler seu parecer concluindo pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto oriundo da Câmara dos Deputados.

O Sr. Presidente coloca em discussão e votação o parecer, ressalvadas as emendas. O parecer é aprovado, votando vedos os Senadores Paulo Brossard, Leite Chaves e Dirceu Cardoso vencido, em parte, o Senador Otto Lehmann.

Passa-se à apreciação das emendas, propondo o Sr. Relator que sejam estudadas, preliminarmente, as de parecer favorável. Quanto às de parecer contrário, seriam apreciadas aquelas que fossem destacadas pelos Srs. Senadores, considerando-se as demais rejeitadas nos termos do parecer do Sr. Relator. A proposta foi aprovada.

Emendas de parecer favorável e aprovadas pela Comissão: 1 — 11 — 26 — 33 com subemenda; 42 com subemenda; 50 — 64 com subemenda; 81 — 85 — 101 — 107 contra os votos dos Senadores

Paulo Brossard, Leite Chaves, Gustavo Capanema e Dirceu Cardoso; 109 com subemenda; 117 contra o voto do Senador Leite Chaves, quanto à redação. São aprovadas as seguintes emendas do Relator: 120-CCJ a 125-CCJ — 126-CCJ vencidos os Senadores Paulo Brossard, Dirceu Cardoso, Osires Teixeira e Otto Lehmann — 127-CCJ vencidos os Senadores Lenoir Vargas, Paulo Brossard, Dirceu Cardoso e Otto Lehmann — 128-CCJ vencido o Senador Paulo Brossard — 129-CCJ contra os votos dos Senadores Leite Chaves, Paulo Brossard e Dirceu Cardoso — 130 a 132-CCJ.

Devido ao adiantado da hora, o Sr. Presidente encerra a reunião, convocando outra para as 15:30 horas, a fim de se prosseguir no estudo da matéria, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Assistente, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA,  
REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 1978

Às quinze horas e trinta minutos, na Sala Clóvis Beviláqua, sob a Presidência do Sr. Senador Daniel Krieger, presentes os Srs. Senadores Gustavo Capanema, Otto Lehmann, Dirceu Cardoso, Lenoir Vargas, Eurico Rezende, Helvídio Nunes, Osires Teixeira, Paulo Brossard, Itálvio Coelho e Leite Chaves, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Presidente declara que há número regimental e dá início aos trabalhos da Comissão, sendo dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que é, em seguida, dada como aprovada.

O Sr. Presidente comunica que continua em discussão e votação o parecer do Sr. Relator sobre as emendas ainda não apreciadas.

São aprovadas as emendas do Sr. Relator de nºs 133 — CCJ contra os votos dos Senadores Leite Chaves, Paulo Brossard, Dirceu Cardoso e Itálvio Coelho — 134 — CEC a 144 — CCJ.

Aprovado o parecer pela prejudicialidade das Emendas nºs 8, 23, 27, 53, 55, 59, 62, 72, 74 votam com o parecer os Senadores Eurico Rezende, Osires Teixeira e Lenoir Vargas e contra os Senadores Otto Lehmann, Gustavo Capanema, Itálvio Coelho e Dirceu Cardoso. O Sr. Presidente desempata votando com o Sr. Relator — 75, 82, 86, 95 e 106.

São encaminhados à Mesa pedidos de destaque para as Emendas de nºs 3, 4, 5, 66, 109 e 119. Passa-se à apreciação destes destaques.

Para encaminhar a votação fala o Senador Dirceu Cardoso, autor do destaque e o Senador Eurico Rezende, também autor do destaque. Os Senadores Otto Lehmann e Osires Teixeira que solicitaram destaque para as mesmas emendas fazem suas as palavras do Senador Eurico Rezende. O Senador Helvídio Nunes, Relator, usa da palavra para contraditar. São aprovadas as emendas contra os votos dos Senadores Itálvio Coelho e Helvídio Nunes.

O Senador Osires Teixeira apresenta pedido de destaque para a Emenda nº 66, de parecer contrário, e pede a palavra para encaminhar a votação. O Sr. Relator contradita. Em votação é aprovado o parecer do Sr. Relator.

Ainda pelo Senador Osires Teixeira é solicitado destaque para a Emenda nº 109, cuja votação é encaminhada pelo seu autor. O Sr. Relator aceita as ponderações do Sr. Senador Osires Teixeira e a Comissão aprova a Emenda nº 109, com subemenda.

A seguir, o Senador Dirceu Cardoso pede destaque para a Emenda nº 119, de parecer contrário: é aprovada a emenda contra o voto do Relator.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Assistente, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA,  
REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 1978.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e oito de novembro do ano de mil novecentos e setenta e oito, na Sala "Clóvis Beviláqua", presentes os Srs. Senadores Itamar Franco — Presidente em exercício, Alexandre Costa, Saldanha Derzi, Adalberto Sena, Altevir Leal e Evandro Carreira, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Heitor Dias, Murilo Paraíso, Cattete Pinheiro, Osires Teixeira, Virgílio Távora e Lázaro Barboza.

Verificada a existência de número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, sendo dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Constantes da pauta, são relatadas as seguintes matérias:

Pelo Sr. Senador Saldanha Derzi —

Parecer favorável — nos termos do Projeto de Resolução que oferece — ao Ofício "S" nº 20, de 1978, "do Sr. Presidente do Tri-

bunal de Contas do Distrito Federal, encaminhando ao Senado Federal o Relatório e demais peças do Processo sobre a aprovação das Contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 1977".

Pelo Sr. Senador Alexandre Costa —

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 239, de 1978-DF, que "eleva, em até Cr\$ 1.280.000.000,00, o limite concedido ao Governo do Distrito Federal para promover abertura de créditos suplementares ao Orçamento vigente".

Pelo Sr. Senador Adalberto Sena —

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1978-DF, que "dispõe sobre a criação e extinção de cargos no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências".

Submetidos à discussão e votação, os citados pareceres são aprovados sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Ronaldo Pacheco, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.



# MESA

**Presidente:**  
Petrônio Portella (ARENA — PI)

**1º-Vice-Presidente:**  
José Lindoso (ARENA — AM)

**2º-Vice-Presidente:**  
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

**1º-Secretário:**  
Mendes Canale (ARENA — MT)

**2º-Secretário:**  
Mauro Benevides (MDB — CE)

**3º-Secretário:**  
Henrique de La Rocque (ARENA — MA)

**4º-Secretário:**  
Renato Franco (ARENA — PA)

## Suplentes de Secretário:

Altevir Leal (ARENA — AC)  
Evandro Carreira (MDB — AM)

Otair Becker (ARENA — SC)  
Braga Junior (ARENA — AM)

## LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

**Líder**  
Eurico Rezende  
**Vice-Líderes**  
Heitor Dias  
Helvídio Nunes  
Jarbas Passarinho  
José Sarney  
Osires Teixeira  
Otto Lehmann  
Saldanha Derzi  
Virgílio Távora

## LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

**Líder**  
Paulo Brassard  
**Vice-Líderes**  
Evelásio Vieira  
Gilvan Rocha  
Hamar Franco  
Leite Chaves  
Marcos Freire  
Roberto Saturnino

## COMISSÕES

**Diretor:** José Soares de Oliveira Filho

**Local:** Anexo II — Térreo

**Telefones:** 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

### A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

**Chefe:** Cláudio Carlos Rodrigues Costa

**Local:** Anexo II — Térreo

**Telefone:** 25-8505 — Ramais 301 e 313

### COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 membros)

#### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Agenor Maria  
**Vice-Presidente:** Otair Becker

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Otair Becker	1. Dinarte Mariz
2. Benedito Ferreira	2. Saldanha Derzi
3. Itálio Coelho	3. Vilela de Magalhães
4. Murilo Paraiso	
5. Vasconcelos Torres	

#### **MDB**

1. Agenor Maria	1. Adalberto Sano
2. Roberto Saturnino	2. Evelásio Vieira

**Assistente:** Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramais 301 e 313

**Reuniões:** Terças-feiras, às 10:30 horas

**Local:** Sala "Clávis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

### COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 membros)

#### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Dinarte Mariz  
**Vice-Presidente:** Evandro Carreira

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Heitor Dias	1. Saldanha Derzi
2. Jarbas Passarinho	2. José Sarney
3. Dinarte Mariz	3. Otair Becker
4. Teotônio Vilela	
5. Braga Junior	
	<b>MDB</b>
1. Agenor Maria	1. Evelásio Vieira
2. Evandro Carreira	2. Gilvan Rocha

**Assistente:** Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

**Reuniões:** Terças-feiras, às 10:00 horas

**Local:** Sala "Clávis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(15 membros)

#### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Daniel Krieger  
**1º-Vice-Presidente:** Accioly Filho  
**2º-Vice-Presidente:** Leite Chaves

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Accioly Filho	1. Vilela de Magalhães
2. Gustavo Capanema	2. Leneir Vargas
3. Daniel Krieger	3. Arnon de Mello
4. Eurico Rezende	4. Vasconcelos Torres
5. Heitor Dias	5. Milton Cabral
6. Helvídio Nunes	6. José Sarney
7. Wilson Gonçalves	
8. Itálio Coelho	
9. Otto Lehmann	
10. Osires Teixeira	
	<b>MDB</b>
1. Dirceu Cardoso	1. Franco Montoro
2. Leite Chaves	2. Lázaro Barbosa
3. Nelson Carneiro	3. Cunha Lima
4. Paulo Brassard	
5. Orestes Quêrcia	

**Assistente:** Daniel Reis de Souza — Ramal 675

**Reuniões:** Quartas-feiras, às 10:00 horas

**Local:** Sala "Clávis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)**

(11 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Itamar Franco

**Titulares**

1. Heitor Dias
2. Murilo Paraíso
3. Cattete Pinheiro
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Wilson Gonçalves
7. Virgílio Távora
8. Alexandre Costa

**Suplentes****ARENA**

1. Augusto Franco
2. José Sarney
3. Braga Junior
4. Altevir Leal
5. Luiz Cavalcante

**MDB**

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza
3. Adalberto Sena

1. Evandro Carreira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Marcos Freire

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

**Titulares**

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. José Guimard
4. Luiz Cavalcante
5. Murilo Paraíso
6. Vasconcelos Torres
7. Dinarte Mariz
8. Otair Becker

**Suplentes****ARENA**

1. Cattete Pinheiro
2. Augusto Franco
3. José Sarney
4. Heitor Dias
5. Jarbas Passarinho

**MDB**

1. Franco Montoro
2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino

1. Agenor Maria
2. Orestes Quêrcia

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(9 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Evelásio Vieira

**Titulares**

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Otto Lehmann
5. Jarbas Passarinho
6. Cattete Pinheiro

**Suplentes****ARENA**

1. Helvídio Nunes
2. Ruy Santos
3. Arnon de Mello
4. Heitor Dias

**MDB**

1. Evelásio Vieira
2. Itamar Franco
3. Adalberto Sena

1. Franco Montoro
2. Benjamim Farah

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**

(17 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Saldanha Derzi

**Titulares**

1. Teotônio Vilela
2. Alexandre Costa
3. Wilson Gonçalves
4. Saldanha Derzi
5. Helvídio Nunes
6. Lenoir Vargas
7. Vilela de Magalhães
8. Ruy Santos
9. Braga Junior
10. Tarso Dutra
11. Virgílio Távora
12. Magalhães Pinto

**Suplentes****ARENA**

1. Cattete Pinheiro
2. Heitor Dias
3. Lourival Baptista
4. Daniel Krieger
5. José Guimard
6. José Sarney
7. Otair Becker

**MDB**

1. Franco Montoro
2. Evelásio Vieira
3. Gilvan Rocha
4. Roberto Saturnino
5. Cunha Lima

1. Hugo Ramos
2. Dirceu Cardoso
3. Evandro Carreira

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(9 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jessé Freire

Vice-Presidente: Orestes Quêrcia

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Jessé Freire	1. Braga Junior
2. Ruy Santos	2. Virgílio Távora
3. Lenair Vargas	3. Osires Teixeira
4. Jarbas Passarinho	4. Cattete Pinheiro
5. Lourival Baptista	
6. Accioly Filho	
	<b>MDB</b>
1. Franco Montoro	1. Lázaro Barbosa
2. Orestes Quêrcia	2. Cunha Lima
3. Nelson Carneiro	

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jarbas Passarinho

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Milton Cabral	1. José Guimard
2. Vilela de Magalhães	2. Murilo Paraíso
3. Arnon de Mello	3. Virgílio Távora
4. Luiz Cavalcante	
5. Jarbas Passarinho	
	<b>MDB</b>
1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Franco Montoro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Adalberto Sena

Vice-Presidente: Helvídio Nunes

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Helvídio Nunes	1. Virgílio Távora
2. Otto Lehmann	2. Arnon de Mello
3. Saldanha Derzi	3. Jarbas Passarinho
	<b>MDB</b>
1. Hugo Ramos	1. Dirceu Cardoso
2. Adalberto Sena	

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**

(15 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Magalhães Pinto

1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi

2º-Vice-Presidente: Nelson Carneiro

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Magalhães Pinto	1. Accioly Filho
2. Alexandre Costa	2. Fausto Castelo-Branco
3. Virgílio Távora	3. Helvídio Nunes
4. Jessé Freire	4. Heitor Dias
5. Arnon de Mello	5. Jarbas Passarinho
6. Saldanha Derzi	6. Luiz Cavalcante
7. José Sarney	
8. João Calmon	
9. Augusto Franco	
10. Otto Lehmann	
	<b>MDB</b>
1. Paulo Brassard	1. Marcos Freire
2. Gilvan Rocha	2. Hugo Ramos
3. Itamar Franco	3. Roberto Saturnino
4. Leite Chaves	
5. Nelson Carneiro	

Assistente: Cândido Hipperth — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Ruy Santos

Vice-Presidente: Altevir Leal

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Altevir Leal	1. Saldanha Derzi
2. Ruy Santos	2. Itálvio Coelho
3. Cattete Pinheiro	3. Osires Teixeira
4. Fausto Castelo-Branco	
5. Lourival Baptista	
	<b>MDB</b>
1. Adalberto Sena	1. Benjamim Farah
2. Gilvan Rocha	2. Cunha Lima

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

## COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Augusto Franco

## Titulares

## ARENA

1. Jose Guimard
2. Vascancelos Torres
3. Virgilio Távora
4. Augusto Franco
5. Milton Cabral

## Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Braga Junior
3. Dinarte Mariz

## MDB

1. Adalberto Sena
2. Benjamim Farah

1. Agenor Maria
2. Dirceu Cardoso

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

## COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Benjamim Farah

Vice-Presidente: Lenoir Vargas

## Titulares

## ARENA

1. Lenoir Vargas
2. Accioly Filho
3. Augusto Franco
4. Heitor Dias
5. Saldanha Derzi

## Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Gustavo Capanema
3. Vilela de Magalhães

## MDB

1. Benjamim Farah
2. Hugo Ramos

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Lourival Baptista

Vice-Presidente: Alexandre Costa

## Titulares

## ARENA

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Braga Junior
4. Lourival Baptista
5. Vilela de Magalhães

## Suplentes.

1. Otto Lehmann
2. Teotônio Vilela
3. Wilson Gonçalves

## MDB

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS  
E DE INQUÉRITO

## Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 25-8505 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos
- 3) Comissões Especiais e de Inquerito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;

Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598;

Mauro Lopes de Sa — Ramal 310.

## SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL  
PARA O ANO DE 1978

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO	09:00	C.F.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CÂNDIDO
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	GUILHERME	09:30	C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	SÔNIA
10:30	C.A.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLÁUDIO COSTA	10:00	C.E.C	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	SÔNIA
	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	11:00	C.L.S	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LEDA
09:00	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDA		C.S.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	DANIEL	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM
	C.M.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO				
10:30	C.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	DANIEL				

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **PREÇO DE ASSINATURA**

### **Seção I (Câmara dos Deputados)**

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre .....	Cr\$ 200,00	Semestre .....	Cr\$ 400,00
Ano .....	Cr\$ 400,00	Ano .....	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso .....	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso .....	Cr\$ 2,00

### **Seção II (Senado Federal)**

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre .....	Cr\$ 200,00	Semestre .....	Cr\$ 400,00
Ano .....	Cr\$ 400,00	Ano .....	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso .....	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso .....	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

**CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL**

**Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF**

# **LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA**

**3ª edição  
agosto de 1978**

— Código Eleitoral, Lei das Inelegibilidades, Lei Orgânica dos Partidos Políticos, Lei de Transporte e Alimentação e Lei das Sublegendas: textos vigentes e consolidados com índices alfabéticos e remissivos.

Integra da legislação alteradora, citada e correlata.

**300 páginas  
PREÇO: Cr\$ 55,00**

**SUPLEMENTO** — Instruções do Tribunal Superior Eleitoral para as Eleições de 1978 (com índice temático).

**124 páginas  
PREÇO: Cr\$ 25,00**

Pedidos pelo Reembolso Postal  
para Subsecretaria de Edições Técnicas  
Senado Federal — Edif. Anexo I  
70160 — BRASÍLIA — DF

# **REGISTROS PÚBLICOS**

**nova lei anotada**

- Redação atualizada da Lei nº 6.015/73, com as alterações das Leis nºs 6.140/74 e 6.216/75, contendo notas explicativas e remissivas;
- Redação vigente do Decreto nº 4.857, de 9-11-1939, seguida de notas explicativas do seu texto, com apresentação das redações anteriores.

**"Revista de Informação Legislativa" nº 46**

**328 páginas**

**PREÇO: Cr\$ 30,00**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,  
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00**